



**Responsabilidade Social sob a Ótica da Transparência: O Caso do
Instituto Federal do Triângulo Mineiro, uma Instituição Brasileira
Pública de Ensino**

Fabiane Costa Lopes

Dissertação de Mestrado

Mestrado em Assessoria de Administração

Porto – 2017

**INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO DO PORTO
INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO**



**Responsabilidade Social sob a Ótica da Transparência: O Caso do
Instituto Federal do Triângulo Mineiro, uma Instituição Brasileira
Pública de Ensino**

Fabiane Costa Lopes

**Dissertação de Mestrado
apresentado ao Instituto de Contabilidade e Administração do Porto para
obtenção do grau de Mestre, sob orientação da professora Doutora Anabela
Mesquita Teixeira Sarmento e co-orientação do professor Mestre Carlos Lourenço
Moreira de Barros**

Porto – 2017

**INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO DO PORTO
INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO**

RESUMO

As práticas de responsabilidade social representam uma importante ferramenta de gestão para transparência de ações nas instituições públicas de ensino. Por isso, a presente investigação tem como objectivo analisar as informações constantes nos Relatórios de Gestão Anuais, de divulgação obrigatória, e do “IFTM em Ação”, de divulgação voluntária, ambas publicadas pelo Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM), sobre os aspectos da responsabilidade social, transparência e sustentabilidade entre os anos de 2013 a 2016. Estabelecemos uma inter-relação com o relatório de sustentabilidade, versão G4 da GRI, para comparabilidade dos dados técnicos aplicáveis. Quanto aos procedimentos metodológicos, a pesquisa se concentrou no estudo de caso, se enquadrando como descritiva, exploratória e qualitativa. Para a coleta dos dados foi adotada a técnica de análise documental e para análise dos dados, a técnica de análise de conteúdo. Por fim, conclui-se que o IFTM, apesar de não publicar formalmente um relatório de sustentabilidade, assume uma postura transparente de instituição socialmente responsável aos seus *stakeholders* apresentando cerca de 70% de suas informações aplicáveis aos conteúdos de um relatório de sustentabilidade padrão GRI-G4.

Palavras chave: Responsabilidade Social, Transparência, Educação, Indicadores, Sustentabilidade.

ABSTRACT

Social responsibility practices represent a significant management tool for transparency of actions in public education institutions. Therefore, the present research aims to analyze the information contained in the Annual Management Reports, of mandatory disclosure, and the "IFTM in Action", of voluntary disclosure, both published by the Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM), on the aspects social responsibility, transparency and sustainability between the years 2013 and 2016. We have established an interrelationship with the sustainability report, G4 version of GRI, for comparability of the applicable technical data. As for the methodological procedures, the research focused on the case study, being classified as descriptive, exploratory and qualitative. For the data collection was used the technique of documentary analysis, and for the data analysis was used content analysis technique. Finally, it is concluded that IFTM, although not formally publishing a sustainability report, assumes a transparent posture of a socially responsible institution to its stakeholders, presenting about 70% of its information applicable to the contents of a GRI- G4.

Key words: Social Responsibility, Transparency, Education, Indicators, Sustainability.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me guiar neste grande desafio proposto, que foi cursar um mestrado em outro continente, na qual pude agregar experiências e conhecimentos fundamentais para minha formação profissional.

Ao ISCAP, por ter me recebido com tamanho profissionalismo junto a todos os mestrandos brasileiros.

Ao IFTM, por ter investido neste convênio junto ao ISCAP e ter acreditado na importância da formação de seu quadro de servidores, oferecendo suporte e grande oportunidade de capacitação aos interessados.

À minha orientadora, Anabela Mesquita Teixeira Sarmento, e meu co-orientador, Carlos Lourenço Moreira de Barros, que me assessoram e ajudaram a ultrapassar várias dificuldades que foram surgindo ao longo do desenvolvimento desta dissertação, o que contribuiu para a conclusão deste importante estudo ao Instituto Federal do Triângulo Mineiro.

A todos os professores do mestrado, que de uma forma ou de outra contribuíram para minha formação.

Aos colegas da turma do Mestrado em Assessoria, pelo companheirismo nestes dois anos de curso, na qual muitos obstáculos foram ultrapassados.

A meu esposo, pelo amor, pelo encorajamento, pela parceria e pela compreensão em relação a vários momentos em que não pude estar presente para dedicação a esta realização profissional. Sempre acreditou que eu seria capaz.

Aos meus pais e irmãs, pelo amor incondicional e pelo incentivo constante demonstrado por palavras que não me deixaram desanimar em nenhum momento.

Aos demais familiares e amigos, que sempre me apoiaram nesta jornada.

LISTA DE ABREVIATURAS

ADCE	Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas
BS	Balanço Social
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CGU	Controladoria Geral da União
CMMAD	Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CPA	Comissão Própria de Avaliação
e-SIC	Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão
FIES	Programa de Financiamento Estudantil
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IES	Instituições de Ensino Superior
IF	Instituto Federal
IFECT	Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
IFTM	Instituto Federal do Triângulo Mineiro
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
GRI	<i>Global Reporting Initiative</i>
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MEC	Ministério da Educação
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROUNI	Programa Universidade para todos
REUNI	Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RS	Responsabilidade Social
RSC	Responsabilidade Social Corporativa
RSE	Responsabilidade Social Empresarial
RSU	Responsabilidade Social Universitária
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SISTEC	Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica
TCU	Tribunal de Contas da União
UE	União Europeia
UNED	Unidades de Ensino Descentralizada

ÍNDICE GERAL

ÍNDICE DE FIGURAS.....	X
ÍNDICE DE GRÁFICOS.....	XI
ÍNDICE DE QUADROS.....	XII
ÍNDICE DE TABELAS	XIII
INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I - REVISÃO DA LITERATURA.....	9
1.1. RESPONSABILIDADE SOCIAL.....	10
1.1.1. Enquadramento histórico.....	10
1.1.2. Responsabilidade Social Corporativa (RSC) e Responsabilidade Social Universitária (RSU).....	11
1.1.2.1. RSC.....	11
1.1.2.2. RSU.....	15
1.1.3. Teorias influenciadoras da Responsabilidade Social.....	17
1.1.4. A importância da responsabilidade social e da transparência para os <i>stakeholders</i> ..	20
1.2. SUSTENTABILIDADE.....	26
1.2.1. O contexto da sustentabilidade.....	26
1.2.2. Desenvolvimento sustentável no setor de educação.....	29
1.2.3. Relatório de Sustentabilidade: Global Reporting Initiative (GRI).....	31
1.2.3.1. Parâmetros para os relatórios de sustentabilidade <i>GRI</i>	34
1.2.3.2. Indicadores econômicos, sociais e ambientais.....	37
1.3. EDUCAÇÃO NO BRASIL.....	39
1.3.1. Contexto do Estado e das Políticas Públicas Educacionais.....	39
1.3.2. Instituições de Ensino Superior (IES).....	41
1.3.3. Instituições de ensino públicas e privadas.....	44
1.3.4. Educação básica, profissional e tecnológica.....	46
CAPÍTULO II - ESTUDO EMPÍRICO	50

2.1. DESENHO DA INVESTIGAÇÃO.....	51
2.1.1. Sujeitos da Pesquisa	52
2.1.2. Caracterização dos Elementos Analisados	52
2.1.3. Instrumento de Coleta de Dados.....	53
2.1.4. Análise de Dados.....	55
2.2. CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE DE ESTUDO.....	59
2.2.1. Caracterização da Instituição	59
2.2.2. Caracterização dos documentos publicados	63
2.2.2.1. Relatório de Gestão	63
2.2.2.2. Relatório “IFTM em Ação”	67
2.3. ANÁLISE DESCRITIVA DAS PRÁTICAS DE DIVULGAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	68
2.3.1. Análise preliminar	68
2.3.2. Categorização: informações econômicas, sociais e ambientais.....	69
2.3.2.1. Informações econômicas	69
2.3.2.2. Informações Sociais.....	71
2.3.2.2.1. Indicadores socioeconômicos.....	71
2.3.2.2.2. Indicadores acadêmicos	72
2.3.2.2.3. Indicadores administrativos	73
2.3.2.2.4. Indicadores de gestão de pessoas	74
2.3.2.2.5. Acessibilidade	76
2.3.2.3. Informações Ambientais.....	77
2.3.3. Relatório “IFTM em Ação” sob foco da RS e Sustentabilidade.....	78
2.3.3.1. Programas e Projetos	78
2.3.3.2. Ações e práticas desenvolvidas.....	83
2.3.4. Análise, discussão e interpretação dos dados: Prestação de Contas IFTM versus Relatório GRI-G4	84
CAPÍTULO III – CONCLUSÃO	94

3.1. CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
3.2. LIMITAÇÕES DO ESTUDO E SUGESTÕES DE INVESTIGAÇÕES FUTURAS..	97
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	99
ANEXOS	115
ANEXO I INDICADORES GRI	115
ANEXO II – GUIÃO DE ANÁLISE DE DADOS	124

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1– Mapa mental	7
Figura 2 – Responsabilidades Sociais Totais	13
Figura 3 – Mapa dos <i>stakeholders</i> : primários e secundários	22
Figura 4 - <i>Stakeholders</i> primários e secundários IFTM.....	23
Figura 5 - Tripé da sustentabilidade.....	32
Figura 6 - Fases da análise de conteúdo.....	58
Figura 7– Estrutura Organizacional do IFTM.....	60

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Total de visitas por ano às informações ao Portal da Transparência	24
Gráfico 2 – Evolução do número de matrículas nas IES	43
Gráfico 3 - Percentual de IES por categoria administrativa Brasil – 2015	45
Gráfico 4 - Número de matrículas em cursos de graduação por categoria administrativa (2005 a 2015).....	46
Gráfico 5 - Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Em unidades	47
Gráfico 6 - Número de servidores por CampusFonte – Indicadores/IFTM (2017).....	61
Gráfico 7- Indicadores de servidores	61
Gráfico 8 – Número de alunos por Campus	62
Gráfico 9 – Indicador de Gestão de Pessoas do IFTM	74
Gráfico 10 – Indicador de Educação Continuada	75
Gráfico 11 – Indicador de Redução da Força de Trabalho	75
Gráfico 12 – Publicação IFTM com perfil conteúdo padrão geral GRI-4	86
Gráfico 13 – Indicadores Econômicos da GRI e aplicabilidade ao IFTM.....	87
Gráfico 14 – Indicadores Ambientais da GRI e aplicabilidade ao IFTM	89
Gráfico 15 – Indicadores Sociais da GRI e aplicabilidade ao IFTM.....	92
Gráfico 16 – Percentual indicadores GRI aplicáveis e não aplicáveis ao IFTM.....	93

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Abordagens quanto à responsabilidade social	14
Quadro 2 – Aproximação teórica da RSU.....	17
Quadro 3 - Resumo: principais acontecimentos relacionados com a sustentabilidade e desenvolvimento sustentável.....	26
Quadro 4 – Dimensões do desenvolvimento sustentável.....	31
Quadro 5 – Princípios para Relato GRI-G4	33
Quadro 6 - Conteúdos Padrão Gerais Necessários	35
Quadro 7 – Conteúdos Padrão Geral	36
Quadro 8 – Categorias e aspectos GRI4: Padrão Específico.....	38
Quadro 9 – Retrospecto histórico das IES	41
Quadro 10 – Síntese de estudos que através da técnica de análise de conteúdo abordaram o tema responsabilidade social, transparência, sustentabilidade e GRI em instituições de ensino	56
Quadro 11 – Instrumentos de incentivo à participação no IFTM.....	62
Quadro 12 - Estrutura de conteúdos dos Relatórios de Gestão aplicáveis à natureza IFTM	64
Quadro 13 – Indicadores de desempenho dos Institutos Federais.....	66
Quadro 14– Resumo dos relatórios “IFTM em ação”	67
Quadro 15 – Programas e Projetos de RS e Sustentabilidade publicados pelo IFTM.....	79
Quadro 16 – Análise conteúdo padrão geral: GRI versus IFTM.....	85
Quadro 17 – Análise categoria econômica: GRI versus IFTM	86
Quadro 18 – Análise categoria ambiental: GRI versus IFTM.....	88
Quadro 19 – Análise categoria social: GRI versus IFTM.....	89
Quadro 20 – Resumo de indicadores do conteúdo padrão específico GRI aplicáveis ao IFTM	92

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Relatório de Pedidos de Acesso à Informação IFTM de 2012 a 2016.....	25
Tabela 2 - Número de Instituições de Educação Superior	45
Tabela 3 – Balanço Patrimonial do Ativo de 2013 a 2016	69
Tabela 4 – Resultado Patrimonial do IFTM de 2013 a 2016	70
Tabela 5 – Autonomia Financeira do IFTM de 2013 a 2016	70
Tabela 6 – Rendibilidade Operacional do IFTM de 2013 a 2016	71
Tabela 7 – Liquidez Geral do IFTM de 2013 a 2016	71
Tabela 8 – Indicadores Socioeconômicos do IFTM	72
Tabela 9 – Indicadores Acadêmicos do IFTM	72
Tabela 10 – Indicadores Administrativos do IFTM.....	73

INTRODUÇÃO

É crescente o debate em torno do papel social das organizações, devido ao cenário social e econômico e à crescente preocupação ambiental. Isso faz com que a responsabilidade social e a sustentabilidade ambiental assumam efetiva importância nas organizações, uma vez que passam a elencar práticas ambientais para minimizar impactos ao meio ambiente, bem como ações sociais em prol da sociedade (Severo *et al.*, 2016).

Os conceitos de responsabilidade social e sustentabilidade são relacionados e ao mesmo tempo distintos. A responsabilidade social distingue-se por consistir numa visão ampla da aplicação prática e sustentabilidade, em analisar os impactos que uma tomada de decisão pode provocar, afetando o desenvolvimento sustentável na sociedade (Pinheiro, 2012).

Nas instituições de ensino esse debate não é diferente, uma vez que por ser parte integrante da comunidade, assumem um papel para além da formação educacional e profissional, pois se torna responsável por formar cidadãos. Com isso, abre-se a lacuna para o exercício da responsabilidade social nos ambientes educacionais. Todavia, conforme Jorge & Peña (2015), há muito que se avançar ainda, visto que a reflexão sobre a responsabilidade social das instituições de ensino está apenas começando.

A influência para divulgação de indicadores de sustentabilidade pelas empresas no país foi alavancada pelas diretrizes definidas na Agenda 21, com participação de 179 países do Rio 92¹, que propôs um novo padrão de desenvolvimento sustentável. Isso incentivou também envolvimento da comunidade escolar, como forma a atingir uma gestão sustentável.

No Brasil, há maior concentração de fiscalização sobre as instituições públicas, comparado às instituições privadas, pelo motivo dessas terem subsídios oriundos de recursos públicos. De acordo com Faria (2015, p.20), “uma das principais variáveis de distinção empresarial é a separação entre o setor público e setor privado”. Essa distinção é propulsora da prática de fiscalização por parte da sociedade, que cobra das organizações públicas transparência nas ações executadas. Tachizawa (2011) já defendia que o aumento da consciência coletiva em relação ao meio ambiente e questões sociais que a comunidade repassa às organizações provocam um novo posicionamento das mesmas.

A transparência compõe o princípio da publicidade constante na Constituição Federal do Brasil, em seu artigo 37, que estabelece cinco princípios básicos da administração pública direta e indireta: “a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade,

¹ Em 1992, o maior cartão-postal brasileiro, o Rio de Janeiro, sediou a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, que ficou conhecida como Eco-92 ou Rio-92.

impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.” Sua prática é amparada pela Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009, que alterou a redação da Lei de Responsabilidade Fiscal no que se refere à transparência da gestão fiscal, inovando ao determinar a disponibilização de informações sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

O Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM), objeto desse estudo, faz parte das Instituições de Ensino Superior (IES) do Brasil, instituição esta pública e sem fins lucrativos de Educação Superior, Básica e Profissional. O IFTM é composto pela Reitoria, dois *Campi* Avançado e sete *Campi*, além disso, tem uma estrutura pluricurricular e *multicampi*, especializado na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas (Institucional IFTM, 2016).

No IFTM a transparência das ações é uma exigência legal, tanto que há divulgação de informações também sob o foco da responsabilidade social e sustentabilidade nos Relatórios de Gestão Anuais, de divulgação obrigatória, e de forma complementar, no “IFTM em Ação”, de divulgação voluntária. Estas têm como propósito primordial demonstrar o envolvimento das partes interessadas, além de prestar contas da gestão pública. Por isso, esta investigação encontra-se embasada na Teoria dos *Stakeholders*.

O Relatório de Gestão atende a um importante dispositivo legal, que é a Instrução Normativa do Tribunal de Contas da União (TCU) nº 63, de 1º de setembro de 2010. Esta estabelece normas de organização e de apresentação dos relatórios de gestão e das peças complementares que constituirão os processos de contas da administração pública federal, para julgamento do TCU, nos termos do art. 7º da Lei nº 8.443, de 1992: “as contas dos administradores e responsáveis serão anualmente submetidas a julgamento do Tribunal, sob forma de tomada ou prestação de contas, organizadas de acordo com normas estabelecidas em instrução normativa”.

O Relatório “IFTM em Ação” é um periódico informativo desenvolvido e publicado voluntariamente pelo IFTM à sociedade. Caracteriza-se como veículo de comunicação e informação das atividades desenvolvidas na instituição relacionadas a ensino, pesquisa, extensão, projetos, eventos, gestão e relação com a sociedade (Informativo IFTM, 2017).

Contudo, detecta-se por intermédio de informações e ações publicadas pelo IFTM, que há uma preocupação com a responsabilidade social e o meio ambiente, mas com a ausência de indicadores para mensuração ao longo dos anos. Por isso, este estudo tem o intuito de analisar

como as ações e os indicadores de responsabilidade social que o IFTM coloca em prática são divulgados, para assim poder avaliar sua ação social e/ou ausência desta em relação a seus *stakeholders*.

Ressalta-se que a Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ministério da Educação, na qual o IFTM é parte integrante, compõem instituições de ensino no país responsáveis pela gestão dos recursos públicos de sua competência e estão relacionados, ao mesmo tempo, com funções administrativas e com projetos de ensino, pesquisa e extensão. Por isso, a demonstração com a preocupação social representa um importante apoio ao planejamento e ao desenvolvimento.

Todavia, não há relatos de Institutos Federais (IF), que publiquem relatórios de sustentabilidade reconhecidos mundialmente e com padrões para divulgação de práticas de responsabilidade social, como *Global Reporting Initiative* (GRI). Isso ocorre por ainda não haver exigência legal e, no caso da GRI, pela ausência de Suplemento Setorial com indicadores específicos para o setor de educação. Entretanto, Chiavenato (2012) defende que as organizações precisam ter balanços sociais e ambientais de alcance externo, além dos balanços contábeis convencionais.

Neste contexto, a GRI ao “(...) elaborar e difundir Diretrizes para elaboração de Relatórios de Sustentabilidade aplicáveis global e voluntariamente pelas organizações que desejam dar informações sobre os aspectos econômicos, ambientais e sociais das suas atividades, produtos e serviços” (Faria, 2015, p. 46), abre espaço para uma análise mais simplificada também para o setor da educação.

Esta investigação concerne no estudo de caso do IFTM sob a ótica do compromisso das instituições públicas de ensino com a questão social, como forma de analisar as diretrizes dos conteúdos publicados quanto à temática abordada, identificar as ações sociais adotadas e compreender como estas são divulgadas para a comunidade. Também foi traçado um levantamento dos conteúdos padrão GRI, correlacionando aos dados publicados pela instituição, para uma melhor análise de gestão das ações futuras.

Face ao exposto, foi fundamental traçar os objetivos do presente trabalho. O objetivo geral se concentrou em realizar um estudo exploratório para analisar como o IFTM reporta os conteúdos de caráter econômico e socioambiental, publicados nos Relatórios de Gestão Anuais e do “IFTM em Ação”, entre os anos de 2013 a 2016, de forma a avaliar a transparência da sua função social para os *stakeholders*.

E, os objetivos específicos se concentraram em: contextualizar por intermédio de conceitos e práticas o tema responsabilidade social, sustentabilidade, transparência e educação, a partir de literatura especializada; identificar políticas e valores corporativos da instituição pesquisada; levantar as ações e os indicadores de responsabilidade social no âmbito da instituição pública em destaque, constantes no Relatório de Gestão do IFTM nos anos de 2013 a 2016, para avaliar sua ação social em relação a seus *stakeholders*; identificar ações de responsabilidade social e sustentabilidade publicadas no “IFTM em Ação” nos anos de 2013 a 2016, não detalhadas no Relatório de Gestão do IFTM; traçar um paralelo entre os relatórios publicados pelo IFTM e o relatório de sustentabilidade padrão GRI-G4; e, correlacionar os resultados extraídos da pesquisa empírica com a base teórica utilizada.

Após todo prospecto quanto aos objetivos, buscou-se responder às seguintes questões de investigação:

Questão 1: Qual o nível de desenvolvimento da responsabilidade social no IFTM?

Questão 2: As informações disponibilizadas nos Relatórios Anuais do IFTM possibilitam uma análise comparativa aos conteúdos do relatório de sustentabilidade propostos pela GRI?

Questão 3: O IFTM assume uma postura de empresa socialmente responsável?

A investigação ancora-se na abordagem qualitativa, contendo procedimentos metodológicos descritos no capítulo 2. Após o enquadramento teórico procedeu-se para coleta de dados, através da análise documental, e por seguinte, análise dos dados, através da análise de conteúdo.

Preliminarmente, foi realizada a pesquisa bibliográfica e documental, no intuito de delinear um alicerce teórico para embasamento das subseqüentes etapas da pesquisa. Houve um levantamento dos preceitos que envolvem as temáticas: Responsabilidade Social Corporativa (RSC) e suas teorias influenciadoras, transparência para os *stakeholders*, sustentabilidade e educação.

“A pesquisa documental trilha os mesmos caminhos da pesquisa bibliográfica, não sendo fácil por vezes distingui-las. A pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos localizados em bibliotecas. A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas,

relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc.” (Fonseca, 2002, p.32).

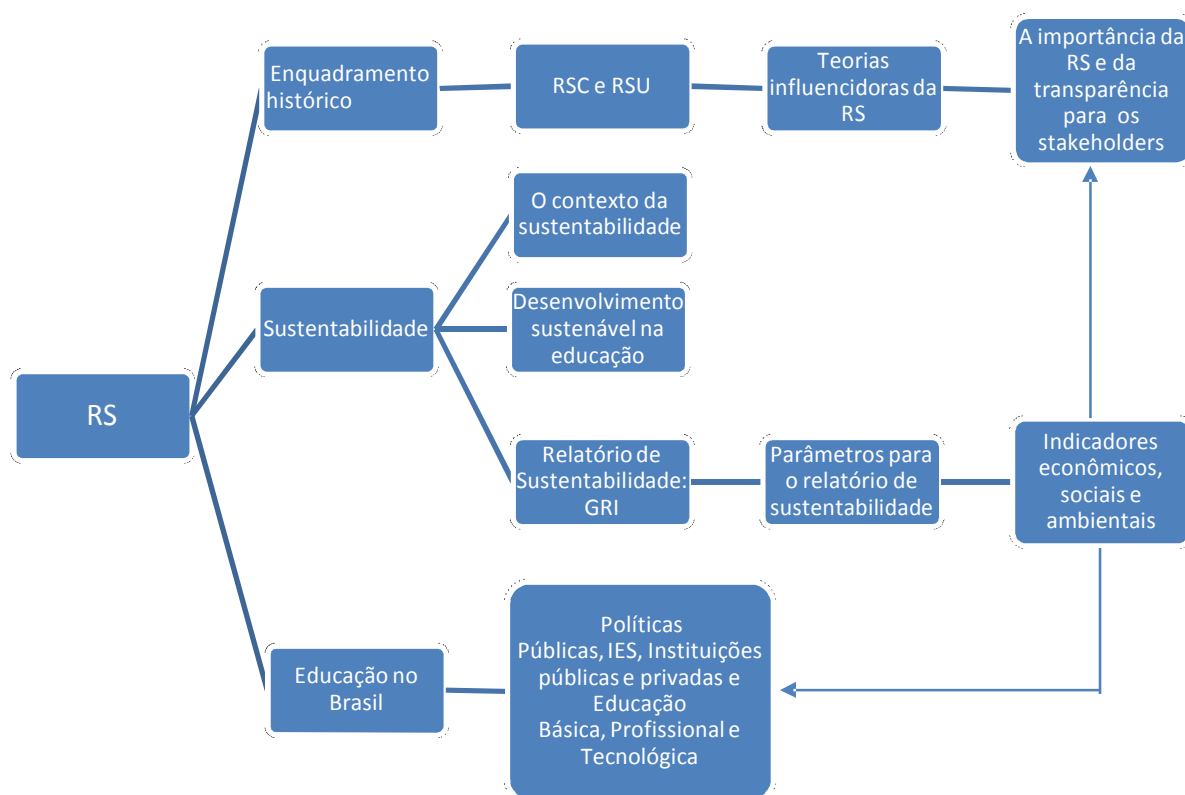
Dessa forma, a primeira parte da investigação concentrou-se na pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica teve como foco central o levantamento de artigos recentes, de 2012 a 2016, publicados em periódicos relacionados ao tema RSC, Educação e Sustentabilidade, tais como Revista de Administração de Empresas (RAE), Revista de Contabilidade e Finanças (RCF), *Revista Iberoamericana de Educación Superior* (RIES), *Revista Spacios*, *Social Science Research Network*, *Educação e Sociedade* (ES), *Acta Scientiarum*, *International Journal of Sustainability in Higher Education*, *Social and Behavioral Sciences* e Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica. Foi realizado também um levantamento de artigos em décadas antecedentes como forma de salientar publicações de grande relevância ao tema da investigação, tais como *Harvard Business Review*, *New York Times Magazine*, *Journal of Marketing*, *California Management Review*, *Business Horizons*, *Academy of Management Review*.

Para a seleção dos artigos foram utilizadas palavras-chave, tais como responsabilidade social corporativa, administração pública, transparência, políticas públicas, educação, instituições de ensino superior, instituições de ciência e tecnologia, sustentabilidade, desenvolvimento sustentável, GRI e indicadores. Em todos os artigos selecionados houve a leitura preliminar dos resumos, com o propósito de identificar àqueles com abrangência ao conteúdo da pesquisa, ou seja, com inter-relação ao tema central, RSC, e aos temas complementares: transparência, educação e sustentabilidade. Quanto aos livros, houve pesquisas em diversificadas bases teóricas correlacionadas aos conceitos desse estudo.

Já a pesquisa documental voltou-se aos documentos institucionais do IFTM, tais como Relatórios de Gestão, “IFTM em ação” e Normativas. Assim, foi composta por todo aparato de documentos e de legislações, normas e decretos que envolvem a instituição, como forma de amplificar o conhecimento acerca deste estudo de caso.

O referencial teórico da investigação toma como referência conceitos importantes relacionados à responsabilidade social. Este foi sistematizado conforme mapa mental constante na figura 1, que de acordo com Hermann & Bovo (2006), é uma técnica visual de informações hierarquizadas, de forma que torne mais fácil sua identificação, visualização e classificação. O delineamento do mapa mental partiu da referência do tema central, Responsabilidade Social

Figura 1– Mapa mental



Fonte: Elaboração própria (2017)

Procurou-se estabelecer uma interligação da RS aos eixos complementares que embasam esta investigação, que são: enquadramento teórico, RSC e RSU, suas teorias e importância relacionada à transparência para os *stakeholders*; sustentabilidade e todo seu contexto, desenvolvimento sustentável no setor da educação e o relatório de sustentabilidade GRI, com seus parâmetros e indicadores; e, educação, contexto das políticas públicas educacionais, correlação das instituições de ensino públicas e privadas no país e a abrangência do cenário que envolve o IFTM, as IES e a Educação Básica, Profissional e Tecnológica. O mapa mental também buscou correlacionar eixos complementares destacando a inter-relação para a educação com relação aos indicadores (econômicos, sociais e ambientais) e a importância da divulgação destes para os *stakeholders*.

A motivação para a escolha deste caso recai em questões profissionais, visto que é uma instituição onde executo minhas atribuições no cotidiano, o que permitiu compreender a abrangência das características do IFTM sob a conjectura da facilidade de acesso às informações. Concomitante a este motivo, tem a questão do alcance que os aspectos da RSC

despertam perante toda sociedade na atualidade, visto que há uma grande preocupação com o futuro do planeta e do bem-estar social.

Esta investigação será de grande relevância, uma vez que existem poucos estudos empíricos sobre esta abordagem voltados para as instituições de ensino. Além disso, a análise dos documentos públicos e institucionais do IFTM traz à tona sua preocupação com o social e com as ações empregadas rumo a uma gestão sustentável. Visualiza-se ainda que este estudo tenha o alcance de analisar se a divulgação das ações e informações de responsabilidade social da instituição perde em qualidade técnica de divulgação de dados comparada ao relatório de sustentabilidade GRI.

Através dos resultados deste estudo, buscou-se agregar conteúdo ao IFTM com relação às ações e indicadores analisados, no intuito de colaborar com propostas de práticas futuras a serem adotadas, práticas estas focadas na responsabilidade social e no desenvolvimento sustentável, através de publicações integradas de um relatório de sustentabilidade.

Delimitar significa delinear fronteiras que farão parte do uso de um constructo ou população específica (Correia & Mesquita, 2014). Assim, este estudo tem como delimitação informações de responsabilidade social e de sustentabilidade constantes nos Relatórios de Gestão Anuais e “IFTM em Ação”.

Esta dissertação encontra-se estruturada em três capítulos. Primeiramente, há a apresentação do enquadramento teórico, para descrição do estado atual dos conhecimentos sobre Responsabilidade Social, Transparência, Sustentabilidade e Educação com base na revisão da literatura. No segundo capítulo são apresentados os procedimentos metodológicos para a construção do desenho dessa investigação, além disso, foca no estudo empírico, caracterizando a instituição, bem como descreve os principais documentos utilizados, para subsequente análise e discussão dos resultados, apontando as informações e os indicadores constantes entre os anos de 2013 a 2016, como forma de traçar um paralelo ao relatório GRI. Na conclusão, capítulo final, discorre-se sobre as considerações finais, após os levantamentos apontados nas análises dessa investigação, para assim propor as recomendações de trabalhos futuros.

CAPÍTULO I - REVISÃO DA LITERATURA

A revisão da literatura identifica o estado atual dos conhecimentos, pressupostos e contributos para desenvolvimento da aprendizagem. Segundo Correia & Mesquita (2014), a revisão da literatura é uma etapa essencial na fundamentação de projetos de investigação.

1.1. RESPONSABILIDADE SOCIAL

1.1.1. Enquadramento histórico

Tenório (2004) retratou a Responsabilidade Social (RS) no início do século XX com limitação às práticas filantrópicas, assumindo caráter pessoal ao ser representado por doações de empresários ou pela criação de fundações. Já os primeiros estudos teóricos sobre a temática surgiram em 1950 nos EUA e o marco se deu especificamente em 1953, período em que a justiça americana começou a permitir que empresas participassem com seus lucros em atividades de filantropia empresarial.

Na década de 60, surgiram movimentos populares contra a Guerra do Vietnã, que se uniram em defesa de questões sociais como a paz, equilíbrio ecológico e discriminações raciais. Com isso, a sociedade passou a se manifestar contra a produção e uso armamentos bélicos, o que marcou uma era em que as organizações passaram a vender não o que queriam, mas o que os consumidores desejavam (Karkotli & Aragão, 2004). No Brasil, nesta década foi criada a Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas – ADCE, que defendia princípios baseados na função social da empresa voltada para o bem-estar de seus empregados e da sociedade.

No início da década de 70, assistiu-se uma corrida aos lucros e maiores investimentos por parte das empresas para cumprir as obrigações legais. De acordo com Dias (2010), houve muitos questionamentos acerca do modelo de desenvolvimento econômico existente desde a Revolução Industrial, pois embora tivesse acarretado crescimento na economia, níveis de subdesenvolvimento, pobreza e desigualdade social aumentavam.

Ao final dos anos 70, o conceito organizacional passou a caracterizar as decisões empresariais com foco na estratégia. Segundo Faria & Sauerbronn (2008), surgia no cenário a ideia de responsabilidade social corporativa, o que marcou a substituição da perspectiva individualista pela organizacional.

Somente na década de 80, marcado pelo crescente processo de internacionalização das economias, é que se voltou à questão com o foco nos assuntos relacionados ao meio ambiente.

Isto esteve atrelado à pressão da sociedade, que fez com que os movimentos defensores da RSC ganhassem novamente destaque. No início desta década, o modelo de *Performance Social Corporativa* foi desenvolvido por Carroll (1979), que combinou em um único modelo: Responsabilidade Social Empresarial (RSE), questões sociais e responsividade social corporativa.

No início da década de 90, detecta-se o conceito de RS mais preocupado com os interesses de seus *stakeholders*. De acordo com o Instituto Observatório Social (2004, p.20), a responsabilidade social “passou a ser considerado um elemento importante para o desenvolvimento dos negócios e para estabelecer relações positivas das empresas com as assim chamadas partes interessadas”.

Nesta mesma década, surgiram normas mundiais referentes a questões ambientais e o meio ambiente ocupou um patamar privilegiado na agenda global (Dias, 2010). No Brasil, a disseminação do pensamento neoliberal foi fortemente implantada, cujo modelo de política macroeconômica fundamentou-se na redução do papel do Estado. Sob esta tendência reducionista, o sociólogo Herbert de Souza (Betinho) lançou a Campanha de Ação Contra a Fome, a Miséria e pela Vida, incentivando todas as empresas a praticarem ações de RS.

Neste século XXI, observa-se uma ascendente prática de responsabilidade social para sustentabilidade econômica, social e ambiental e para sociedade com um todo. Ashley (2005) confirma essa tendência ao afirmar que a partir do ano de 2000 as práticas de responsabilidade social passaram a ser voltados para os atuais e futuros *stakeholders*. Faria (2015) ainda ressalta que somente nesta era foi que a responsabilidade social das empresas passou a ser vista como algo maior que a legislação ou que a gestão por objetivos.

Todo esse prospecto permite detectar a evolução da responsabilidade social ao longo dos anos, na qual de acordo com Tenório (2004) incorporava os princípios liberais, influenciando a forma de atuação social das empresas e definindo as principais responsabilidades das empresas em relação aos agentes sociais.

1.1.2. Responsabilidade Social Corporativa (RSC) e Responsabilidade Social Universitária (RSU)

1.1.2.1. RSC

Nos últimos anos, é notório o crescimento das práticas de RSC nas organizações, em qualquer parte do mundo (Álvarez *et al.*, 2014; Quezada, 2014; Pontes *et al.*, 2015; Greiling

et al., 2015) e, no Brasil esta realidade não é diferente. Por seguinte, a sociedade aumentou os questionamentos às empresas sobre seu desempenho social e ambiental (Pasinato & Brião 2014; Faria, 2015; Jorge & Peña, 2015; Severo *et al.*, 2016).

Com isso, a Responsabilidade Social Corporativa (RSC), também denominada Responsabilidade Social Empresarial (RSE), traduzida da expressão anglo-saxônica “*Corporate Social Responsibility*” (CSR), vem se encontrando cada vez mais associada ao contexto das organizações. Estas, por sua vez, passaram a integrar no eixo de suas atividades desempenhadas, práticas de RSC e abordagens das questões ambientais e sociais (Jennifer Ho & Taylor, 2007; Álvarez *et al.*, 2014), o que refletiu positivamente na reputação e no status de reconhecimento perante a sociedade.

A responsabilidade social tende em adotar fins e valores da sociedade por parte do homem de negócios (Bowen, 1957). Howard Bowen é considerado o “Pai da Responsabilidade Social Empresarial”, por guiar os trabalhos sobre o tema que o seguiram (Carroll, 1999). Através da obra de Bowen, abriu-se uma lacuna para a evolução da responsabilidade social ao nível empresarial, social e acadêmico, sucedendo-se múltiplas investigações (Faria, 2015).

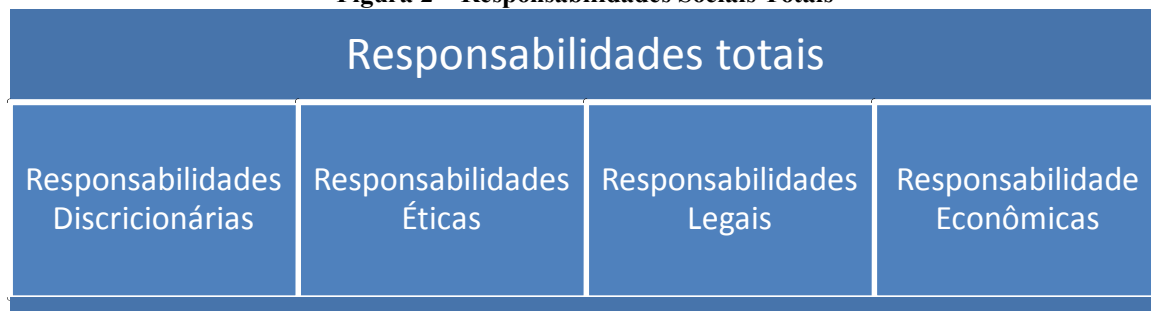
Sabe-se que há muitos conceitos sobre responsabilidade social, todavia pontuar qual o mais aplicável recai em interrogações para se definir um conceito comum (Carpejani *et al.*, 2016). Isto é o reflexo da falta de consenso que se identifica que é própria da natureza da responsabilidade social (Shum & Yam, 2011).

Comincioli *et al.* (2012) apontam o conceito de responsabilidade social na literatura econômica sob o ponto de vista da não homogeneidade, sendo difícil traçar uma definição concludente, apesar nas últimas décadas, a literatura vir avançando rumo ao aprofundamento de conceitos. Já Faria (2015) se direciona a esta visão ao ressaltar que há vários autores que tratam o tema RS sobre experiências individuais vivenciadas, na qual não há como afirmar as mais corretas quando comparadas, pois todas de uma forma ou de outra contribuem para a construção do conceito de RS.

Para o Instituto *Ethos* (2017, p.17), a RSC “é a forma de gestão definida pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais que impulsionem o desenvolvimento sustentável da sociedade”. Esta é uma definição abrangente do conceito, que pode ser aplicada em grande parte das experiências da responsabilidade social.

Muitos estudiosos retrataram ainda a importância da RSC para sociedade e defenderam ser um dever das empresas. Para Carroll (1979), um dos autores mais citados na literatura sobre RS, a temática envolve diversas expectativas que a sociedade tem em relação à empresa, definindo então o conceito de responsabilidade social como as expectativas econômicas, legais, éticas e do livre arbítrio dos gestores.

Figura 2 – Responsabilidades Sociais Totais



Fonte: Adaptado de Carrol (1979)

A primeira, a responsabilidade discricionária, encontra-se relacionada à filantropia. Já a ética, à capacidade da organização em tomar decisões com uma preocupação voltada aos interesses dos *stakeholders*. A responsabilidade legal direciona-se na obediência às leis e normas. E, a econômica, tem um olhar sob a necessidade da organização em ser lucrativa e se sustentar financeiramente ao longo do tempo.

Para Davis (1960), há uma relação concomitante na responsabilidade social de obrigações econômicas e obrigações sociais da empresa. Já para Drucker (1993, p. 67) “(...) as organizações precisam assumir a responsabilidade social. Não existe mais ninguém, na sociedade das organizações, para cuidar da própria sociedade”.

Davis (1975) ainda sugeriu cinco importantes proposições sobre o modelo de RSC que reforçam o papel e obrigações por parte das organizações: a responsabilidade social emerge do poder social; as organizações devem operar em um sistema aberto de duas vias, com recepção aberta de insumos da sociedade e expedição aberta de suas operações para o público; os custos e benefícios de uma ação, produto ou serviço devem ser calculados e considerados nas decisões a respeito deles; os custos sociais relacionados a cada ação, produto ou serviço devem ser repassados ao consumidor; como cidadãos, as organizações devem ser envolvidas na responsabilidade sobre certos problemas sociais que estão fora de suas áreas normais de operação.

Entretanto, há autores que se opuseram a estas visões do papel social das organizações, como Friedman (1970), ao afirmar que a responsabilidade social da empresa

está diretamente relacionada ao lucro, construindo uma relação de que a organização é uma ferramenta do acionista e cabe a este a utilização em benefício próprio e não da sociedade. Em outras palavras, defendia que a RSC prejudicava o mecanismo de livre mercado.

Com visões favoráveis e contrárias com relação ao verdadeiro papel social das empresas, o fato é que há uma grande preocupação das organizações com suas obrigações sociais. Mas posições antagônicas surgiram dessa preocupação, que são os modelos *shareholder* e *stakeholder*, discriminados no quadro 1.

Quadro 1 - Abordagens quanto à responsabilidade social

Modelo	Definição
<i>Shareholder</i>	É a posição contrária à responsabilidade social das organizações. Cada organização deve se preocupar em maximizar os lucros. À medida que os lucros crescem, as ações da organização aumentam de valor, aumentando também a riqueza dos proprietários e acionistas. Assim, a organização não deve assumir responsabilidade social direta, mas apenas buscar a otimização do lucro dentro das regras da sociedade.
<i>Stakeholder</i>	É a posição favorável à responsabilidade social das organizações, que salienta que a responsabilidade está na sobrevivência a longo prazo (e não apenas maximizando lucros), atendendo aos interesses dos diversos parceiros. A organização é a maior potência no mundo contemporâneo e tem a obrigação de assumir uma responsabilidade social correspondente. Essa obrigação visa ao bem comum, porque quando a sociedade melhora, a organização se beneficia.

Fonte: Adaptado de Chiavenato (2012, p. 255).

Estes modelos são o reflexo da influência das organizações no seu ambiente com relação à responsabilidade social, que pode ser negativa ao trazerem prejuízos ou positiva ao favorecer o ambiente com suas ações. Porter & Kramer (2002) focaram na influencia positiva, na qual constataram que nas empresas o respeito ao meio ambiente pode trazer vantagens, onde os lucros deixam de ser o único objetivo da organização e evidenciam as relações com as comunidades, fazendo com que a responsabilidade social seja um diferencial de competitividade para as empresas.

As organizações precisam ter o mesmo entendimento de que deve existir um objetivo comum, e não um conflito, entre o desenvolvimento econômico e proteção ambiental (Tachizawa, 2011). Devem ter ainda sua atuação espelhada em uma responsabilidade social que se concretiza no respeito aos direitos humanos, na melhoria da qualidade de vida da comunidade e na preservação ambiental (Dias, 2010).

De acordo com Maximiano (2005) não há o que se debater sobre as organizações e indivíduos e suas responsabilidades sociais, visto que o comportamento diante da

responsabilidade social afeta pessoas e há grupos diversos dispostos a cobrar por essa responsabilidade por meio de ativismo político, da imprensa, da legislação e da atuação nos parlamentos.

Infere-se por meio disso que a responsabilidade social vem correspondendo a todo processo pelo qual as organizações decidem contribuir para o logotipo de uma sociedade melhor e um meio ambiente mais limpo (Fernández *et al.*, 2015). Tornou-se assim uma ferramenta que vem ditando um novo redirecionamento às organizações, uma vez que estas buscam planejar suas ações voltadas à redução dos impactos que suas atividades causam sobre a sociedade como um todo.

1.1.2.2. RSU

A RSU é um conceito em construção, que surgiu intimamente ligado à RSC e RSE (Maldonado, 2012). Não é debatido com profundidade no rol das investigações científicas e isto pode ser verificado ao se pesquisar os diversos bancos de dados, que indicam pouca produção. Jorge & Peña (2015) atrelam este cenário à ausência de referências quanto às perspectivas teóricas utilizadas para configurar a responsabilidade social no contexto universitário.

Contudo, nota-se que a RSU junto à educação em geral e o seu papel vêm ganhando relevância. De acordo com Vallaey (2006, p. 35), (...) “a reflexão acerca da responsabilidade social só recentemente teve início no âmbito universitário”. Esta afirmativa vai ao encontro de outras reflexões sobre a responsabilidade social estar apenas começando a nível universitário (Lozano, 2011; Maldonado, 2012; Quezada, 2014; Jorge & Peña 2015, Pontes *et al.*, 2015). Assim, trazer essa tônica para dentro das instituições de ensino torna-se fundamental para que se busque uma definição da sua responsabilidade social.

As empresas em geral têm como principal objetivo a maximização dos lucros e como forma de não prejudicar sua imagem junto à sociedade gerenciam e divulgam suas atividades sob a ótica da não geração de impactos negativos às partes interessadas. Todavia, nas IES, caracterizadas como instituições de propriedade pública, sem fins lucrativos e tendo como principal intuito fornecer serviços à comunidade de forma eficiente, nem sempre se constata divulgações dos impactos de suas atividades como forma de externar respectivas reputação e legitimidade social (Jorge & Peña, 2015).

A articulação das diversas partes da instituição em projetos de promoção social, atendendo a concepções éticas e de desenvolvimento social, equitativo e sustentável, precisa

ser uma exigência para a RSU como forma de produção e disseminação de saberes e pela formação de indivíduos igualmente responsáveis (Vallaes, 2006). E isso se deve muito à conjuntura de que a Universidade deverá:

“[...] produzir o saber buscando o equilíbrio entre conteúdo social e a excelência acadêmica especificamente profissional, num explícito comprometimento com a elevação das condições de vida a níveis mais dignos e fraternos, numa significativa interação com o entorno social onde se situa, cumprindo, assim, o papel que cada vez mais é chamada a desempenhar (Volpi, 1996, p. 17-18)”.

Capta-se assim a importância dos preceitos da RSU em seguir a linha conceitual da RSC, visto que as IES são instituições que também são cobradas quanto a respostas aos problemas sociais. Isto se encontra atrelado ao perfil de instituição que, de acordo com Ribeiro (1982, p. 144), “(...) representa um papel social que lhe exige um grau mínimo de coesão ideológica para dedicar-se aos problemas da sociedade que a mantém; e, sobretudo, para assumir plena responsabilidade pelas consequências sociais de todas as suas formas de atuação”.

Jorge & Peña (2015) retratam que para uma prática eficaz da RSU é necessário que se adote estratégias para prestação de contas e divulgação de informação social e ambiental, de forma que se acrescente valor e reforce a legitimidade institucional às universidades, melhorando a competitividade e excelência das mesmas.

Como forma de elucidar todo o exposto, é imprescindível depreender a responsabilidade social nas instituições de ensino, seja a instituição de educação básica, superior ou tecnológica, sob o ponto de vista do envolvimento de todas as suas partes interessadas, de forma que se busque uma conscientização no que tange a importância da transparência de seu compromisso com a sociedade.

Neste sentido, conforme Jorge & Peña (2015), a RSU deve ser entendida sob a teoria de partes interessadas, tendo o compromisso em atender as expectativas de todos envolvidos em suas funções (ensino, gestão e pesquisa) concomitantes ao aspecto triplo (econômico social e ambiental). Em outras palavras, compreende-se com uma forma ética de atuação, extensível ao ensino, a pesquisa e a forma de atuação com as pessoas da organização (Maldonado, 2012).

1.1.3. Teorias influenciadoras da Responsabilidade Social

Este tópico aborda as principais características conceituais, que na visão de Jorge & Peña (2015) são características de teorias econômicas que referenciam e justificam uma ligação com a responsabilidade social nos negócios e na esfera pública, com particular referência ao contexto da universidade.

As teorias da agência, *stakeholders*, legitimidade, institucional e baseada em recursos e capacidades encontram-se sintetizadas no quadro 2, como forma de abordar os princípios conceituais, na qual se diferem, discriminando cada uma das teorias e seu norteamento em relação à RSU.

Quadro 2 – Aproximação teórica da RSU

Teoria	Postulado	Orientação RSU
Agência	Conflitos de interesses entre administração e universidade	Prestação de Contas
<i>Stakeholders</i>	Satisfação das expectativas dos grupos de interesses	Modelo de gestão socialmente responsável
Legitimidade	Contrato social entre as universidades e sociedade	Melhora da imagem e reputação social
Institucional	Pressão exercida pelos organismos institucionais	Políticas de Responsabilidade Social
Recursos e capacidades	Desafio de diferenciação para conseguir vantagens competitivas	Estratégia de responsabilidade social

Fonte: Jorge & Peña (2015, p. 101).

Cada uma destas teorias contribuiu para a evolução conceitual da responsabilidade social também no âmbito das IES. A primeira teoria, a da agência, é uma teoria na qual há muitos estudos que usam a RSU como referencial teórico (Contreras *et al.*, 2015; Jorge & Peña, 2015), focando sobre o tema autonomia e responsabilidade. O papel da agência possibilita às organizações escolher respostas adequadas não somente ao ambiente, como também relacionados às expectativas e aos objetivos internos (Lawrence, 1999; Oliver, 1991; Smets *et al.*, 2012).

A teoria da agência é correlacionada ao trabalho de Jensen & Meckling (1976), que a associou ao estudo das finanças empresariais, na qual o acionista encarrega um agente de determinada organização e isso faz com que surja a possibilidade do conflito de interesses. Em outras palavras, os problemas de agência são provenientes dos conflitos, que comumente

existem em atividades de cooperação entre indivíduos e envolvem a delegação de autoridade para a tomada de decisão.

Essa geração de conflito pode impactar em custos aos acionistas como forma de alinhamento dos interesses com os gestores. Estes custos são chamados de custos de agência e são a soma de:

“(…) custos de elaboração e estruturação de contratos entre o principal e o agente; despesas de monitoramento das atividades dos agentes pelo principal; gastos realizados pelo próprio agente para mostrar ao principal que seus atos não serão prejudiciais a ele; perdas residuais, provenientes da diminuição da riqueza do principal por eventuais divergências entre as decisões do agente e as decisões que iriam maximizar a riqueza do principal” (Jensen & Meckling, 1976, p. 308).

Estes custos representam um entrave quanto ao alinhamento de interesses em uma organização pela questão do gerenciamento de conflitos. Em linhas gerais, o conceito de custos de agência apresenta uma proximidade com o problema de monitoramento em uma equipe de produção abordado por Alchian & Demsetz (1972), ao desenvolverem um trabalho sobre a teoria da firma.

Por sua vez, há a teoria da legitimidade, que no contexto do setor público ainda há poucos estudos que a utilizam como referência (Jorge & Peña, 2015). É uma teoria com características da teoria dos *stakeholders* no que tange a relação com a sociedade, mas se difere por não abranger a totalidade dos *stakeholders*.

Para Suchman (1995), a legitimidade parte do pressuposto de que as ações de uma organização são arquitetadas socialmente sobre normas, valores, crenças e definições. É um processo de característica dinâmica e contínua, na qual as organizações regem suas existências (Shocker & Sethi, 1973; Suchman, 1995; Deegan & Rankin, 1997). Além disso, há a presença de um contrato social entre sociedade e organização, na qual esta deve assumir suas atribuições dentro dos parâmetros e limites estabelecidos pela sociedade (Shocker & Sethi, 1973).

Já com relação à teoria institucional, o que se observa é que não são poucos os trabalhos que analisam a RSU com o embasamento nesta supracitada teoria (Jorge & Peña, 2015). Isto se confirma também no campo das organizações, na qual a supracitada teoria é muito citada nos estudos organizacionais (Leonel Júnior & Cunha, 2013).

É uma teoria focada na análise da influência do tripé de conceitos nas organizações: cultural, histórico e social (Scott, 1995) e representa umas das formas de se realizar mudanças que se mostrem necessárias em uma organização (Aligleri & Souza, 2010). Entendida também sob o foco de investigação da relação entre a conformidade com leis, culturas, normativas e a sobrevivência e prosperidade das organizações (Dimaggio & Powel, 1983).

O conceito de isomorfismo² surgiu com a teoria institucional, sendo um fenômeno inerente ao institucionalismo. Segundo Dimaggio & Powel (1983), através deste fenômeno percebe-se que as organizações assimilam as regras que fazem parte do contexto institucional, o que as torna mais homogêneas. Com isso, acabam adotando comportamentos similares como forma de se ajustarem ao ambiente na qual fazem parte.

Já a teoria dos recursos e capacidades traz como proposta a visão de que os recursos internos das empresas são fontes de vantagens competitivas (Barney, 1991). Barney & Hesterly (2004) ainda complementam que são constituídos por recursos e capacidades de domínio das empresas, que abrangem recursos tangíveis e intangíveis para implementação de estratégias. Para esses recursos internos se tornarem uma vantagem competitiva para toda e qualquer organização é imprescindível que não sejam passíveis de imitação e que sejam insubstituíveis pela concorrência (Barney, 1991).

Após um breve embasamento de quatro teorias dentre as cinco principais influenciadoras da RS no contexto das IES, segundo Jorge & Peña (2015), seguimos para a última teoria, a dos *Stakeholders*. Esta teoria traz em seu conceito genuíno o termo “capital social” (Mitchell *et al.*, 1997; Clarkson, 1995), além de ter um fundamento relevante para a existência da responsabilidade social nas empresas (Rufino & Machado, 2015). Como principal marco desta teoria tem-se a obra publicada por Freeman (1984): *Strategic Management: A stakeholder approach*.

A Teoria dos *Stakeholders* foca principalmente nas organizações sob a ótica da construção e gerenciamento da relação com seus *stakeholders*, buscando respostas a três perguntas (Frooman, 1999): quem são os *stakeholders*? O que eles querem? Como eles agirão para alcançar seus objetivos? A literatura fornece muitas maneiras para responder estas questões, como Clarkson (1995) que abordou amplamente diferentes definições de

² Mecanismos básicos: isomorfismo coercivo, quando a fonte do isomorfismo é a existência de uma determinada obrigação legal, obtendo desta forma a legitimação; isomorfismo mimético, quando resulta do desejo de imitação de estruturas, sistemas ou comportamentos considerados melhores ou mais efectivos; isomorfismo normativo, quando resulta da forte influência da experiência profissional e na padronização dos conhecimentos transmitidos no sistema de ensino e que são legitimados por outras entidades intervenientes (DiMaggio e Powell, 1983).

stakeholders. Esta investigação buscou levantar respostas à primeira pergunta a fim de identificar a abrangência às partes interessadas através das informações divulgadas pelo IFTM.

Apesar de alguns estudos, como Chapleo & Simms (2010), apontarem para carência e pouca exploração da Teoria dos *Stakeholders* voltadas para o setor público das IES, observa-se que há muitos outros que se contrapõem a esta vertente ao relacionar esta teoria com grande influência no rol da responsabilidade social no âmbito das instituições de ensino (Bryson, 2004; Jongbloed *et al.*, 2008, Casani *et al.*, 2010; Mainardes *et al.*, 2010; Lozano, 2011; Dagilien & Mykolaiti, 2015; Jorge & Peña, 2015) e por isso embasa a presente investigação. Nesse sentido é importante aos gestores entender a necessidade das IES em prol da criação de uma sociedade sustentável levando em consideração a ampla gama das partes interessadas (Jorge & Peña, 2015).

O estudo de Bryson (2004) emerge num contexto das organizações públicas e não lucrativas, com as partes interessadas tendo o poder de afetar o futuro da organização. Assim, é importante aos gestores conhecer seus *stakeholders*. Deste modo, esta teoria também abre campo para o norteamento das IES na tentativa de explicar o relacionamento com suas comunidades (Jongbloed *et al.*, 2008).

A Teoria dos *Stakeholders* na visão de Freeman (1984), Mitchell *et al.* (1997), Schermerhorn (2006), Oliveira (2008), Rufino & Machado (2015), Silva *et al.* (2017) foram além dos acionistas, uma vez que defenderam que a organização tem várias partes interessadas. Nesse contexto, a integração dos princípios da RSC pode ajudar as empresas a reforçarem suas relações com os *stakeholders* (Rufino & Machado, 2015). De outro modo, são as várias partes interessadas em uma organização, que se encontram especificadas no próximo tópico desse estudo, que de uma forma ou de outra assessoram determinada empresa na gestão dos vários interesses.

1.1.4. A importância da responsabilidade social e da transparência para os *stakeholders*

Em 1963 surgiu o termo *stakeholder*, que foi aplicado aos grupos que forneciam apoio à sobrevivência das organizações. Este termo se convergia àqueles em que se podem descrever como agentes que influenciam ou são influenciados pelas atividades da empresa (Freeman, 1984; Clarkson, 1995; Donaldson & Preston, 1995, Schermerhorn, 2006; Oliveira, 2008; Fernández *et al.*, 2015; Rufino & Machado, 2015; Silva *et al.* 2017).

Muitas organizações têm implementado práticas sustentáveis como forma de atenuar os efeitos negativos de suas atividades e por isso vem investindo em medidas em prol do meio ambiente e das questões sociais. Ao realizarem esses investimentos se deparam com a indispensabilidade de tornar público todas as informações para seus *stakeholders* (Batista & Gonçalves, 2014). Esta importância de tornar públicas as informações das empresas foi ressaltada por Almeida (2002, p. 81), ao defender a visão de que:

“Para as empresas, transparência significa também ouvir e considerar em suas decisões as opiniões e expectativas de todas as partes interessadas (os *stakeholders*) - indivíduos, instituições, comunidades e outras empresas, que com ela interagem, numa relação de influência mútua. Trata-se de aceitar que, além dos donos ou acionistas (*shareholders*), a empresa precisa dialogar com os *stakeholders*: empregados e suas famílias, consumidores, fornecedores, legisladores, habitantes da região em que empresa opera e organização da sociedade civil”.

Entende-se assim que um fator importante para gestão junto aos *stakeholders* é a transparência e segundo Rocha & Goldschmidt (2010) o gestor para ser transparente em sua responsabilidade social deve apresentar relatórios e balanços periódicos com informações sobre investimentos e ações socioambientais. Para as organizações, é fundamental que se tenha esse envolvimento com as várias partes interessadas, pois de acordo com Fernández *et al.* (2015) isso acarreta impactos positivos em suas ações.

Há definições abrangentes sobre quem são os *stakeholders*, que convergem para preceitos semelhantes. Donaldson & Preston (1995), Mitchell *et al.* (1997) e Oliveira (2008) os definem como aqueles que têm interesses legítimos na atividade da empresa, como investidores, empregados, gerentes, outros agentes que tem contratos com a empresa ou não. Rico (2001) ainda defende que são os protagonistas das relações nas organizações, abrangendo os clientes, fornecedores, consumidores, comunidade local, governo e direção, gerência e funcionários.

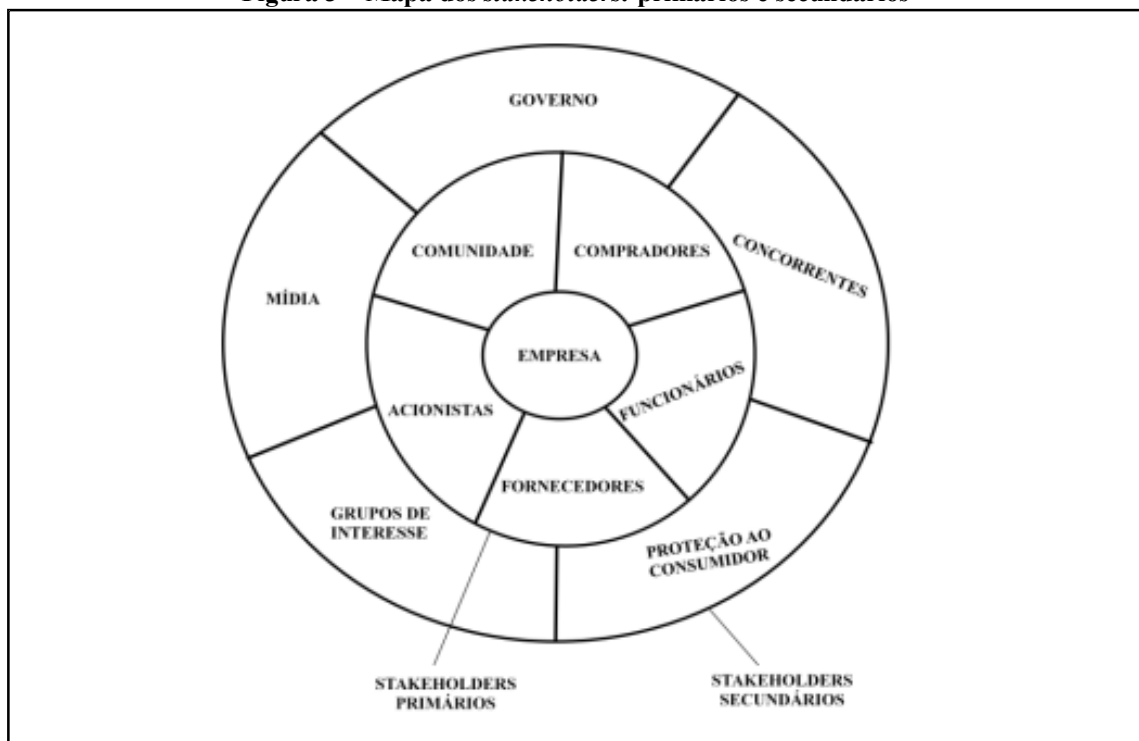
Essas definições de quem são os *stakeholders* em uma organização vão ao encontro a uma publicação recente de Silva *et al.* (2017, p. 22), ao complementarem que os *stakeholders* são “mídia, fornecedores, meio ambiente, serviços ou artificios terceirizados, adversários, acionistas, clientes, sociedade, por fim, uma cadeia de métodos físicos ou jurídicos de uma

organização que pode ser considerado um *stakeholder*”. Todos estes conceitos abrem caminho para uma melhor identificação das partes interessadas em uma organização.

Clarkson (1995) fez uma proposta de classificação dos *stakeholders* em primários e secundários. Os primários são todos os envolvidos que mantêm direta ou indiretamente em uma relação contratual com a organização, ou seja, são fundamentais para seu funcionamento. Já os secundários, são aqueles que influenciam ou são influenciados pela corporação, mas que não se encontram engajados em transações com a corporação e que não são essenciais para sua sobrevivência.

Freeman (1984) defendeu em seu mapa de *stakeholder* todos os que podem afetar ou serem afetados pelas organizações. E, Freeman, Harrison e Wics (2007) propuseram uma reformulação no mapa de *stakeholders*, classificando conforme Clarkson (1995), em primário e secundário, conforme figura 3.

Figura 3 – Mapa dos *stakeholders*: primários e secundários



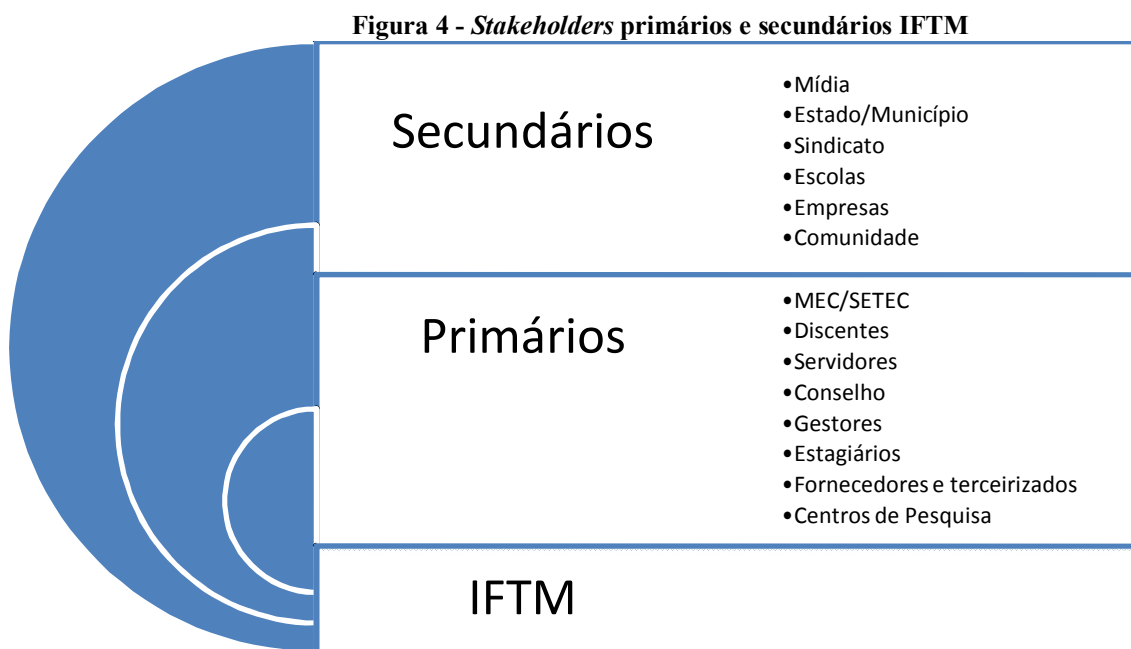
Fonte: Freeman, Harrison & Wicks (2007, p. 7).

A classificação dos *stakeholders* supracitada embasa os parâmetros dessa investigação como forma de se identificar os *stakeholders* primários e secundários da instituição no contexto da transparência e da responsabilidade social. Verifica-se assim a importância das relações com os *stakeholders* para a organização concomitante aos investimentos em capital humano e preservação do meio ambiente.

Os *stakeholders* do IFTM foram destacados em primários e secundários, como forma de se enquadrar à linha defendida por Clarkson (1995), linha esta direcionada às pessoas ou grupos que dispõem de interesses em uma empresa e em suas atividades, descritas pela semelhança de seus interesses.

A identificação das partes envolvidas com o IFTM foi possível após a pesquisa documental nos relatórios publicados entre os anos de 2013 a 2016. Esta consulta foi determinante para a distinção das partes envolvidas e constatação de uma gestão institucional calcada na transparência de suas informações para a sociedade.

A classificação dos *stakeholders* possibilitou o enquadramento congruente à figura 4, como forma de possibilitar melhor visualização de quem são os elementos componentes, integrados e relacionados ao IFTM.



Fonte – Elaboração própria (2017).

A figura supracitada engloba os *stakeholders* primários do IFTM, que são os discentes, servidores docentes e não docentes, Ministério da Educação (MEC) / Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), Conselho, gestores, estagiários e fornecedores e empresas terceirizadas. Sem estes *stakeholders* a continuidade e o funcionamento da instituição se encontrariam comprometidos. Também se identifica os *stakeholders* secundários que são mídia, sindicato, centro de pesquisa, Estado/Município, escolas, empresas e comunidade. Este grupo de *stakeholders* não é essencial para sobrevivência do

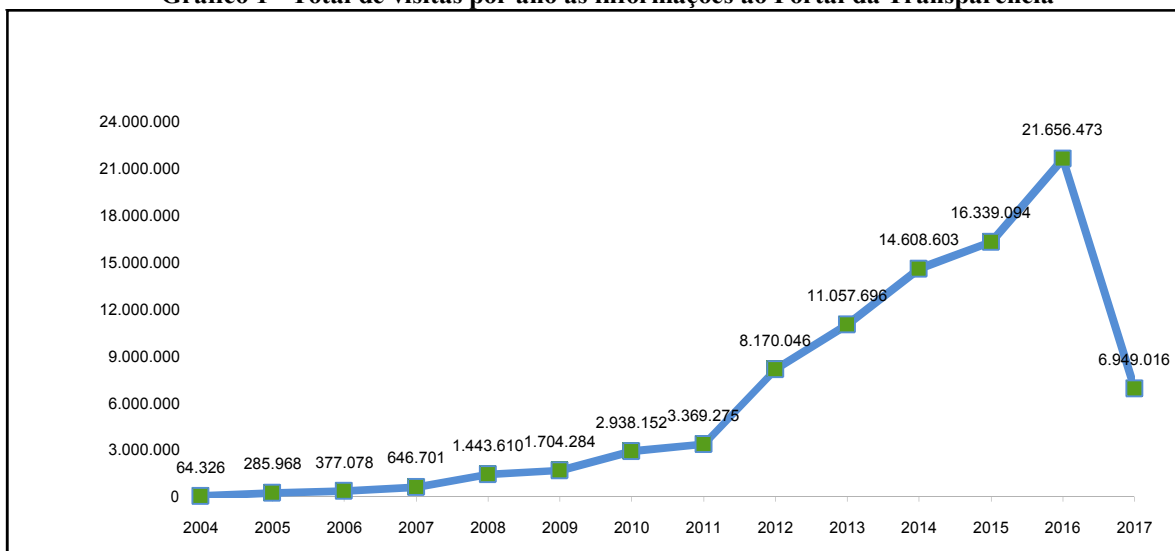
IFTM, contudo afetam e são afetados pela mesma, além de ter capacidade de mobilização da opinião pública.

A identificação dos *stakeholders* para uma instituição de ensino é sem dúvidas uma importante ferramenta de gestão. De acordo com Quezada (2014), as IES são orientadas e motivadas a trabalharem suas informações às partes envolvidas de uma forma transparente, a fim de que tenham maior alcance e significado. Isso permite às mesmas uma maior clareza quanto ao compromisso com as partes interessadas e uma gestão de qualidade.

A análise dos indicadores e ações de responsabilidade social corporativa também se torna fundamental, visto que são ferramentas utilizadas pelas empresas para avaliar o envolvimento com os *stakeholders*. Segundo Tenório (2004), estes indicadores tem um olhar mais à frente do que auxiliar a administração, visto que possibilitam a comunicação transparente da organização com seus diversos agentes, reforçando seu compromisso com a ética e com a melhor qualidade de vida da sociedade.

Em 2004, no Brasil, foi criado o Portal da Transparência, que teve o intuito de assegurar a boa e correta aplicação dos recursos públicos, aumentando a transparência da gestão pública e permitindo o acompanhamento por parte do cidadão (Portal da Transparência, 2017).

Gráfico 1 - Total de visitas por ano às informações ao Portal da Transparência



Fonte: Portal da transparência (2017)

Através deste gráfico, é possível identificar grande interesse por parte do cidadão com relação ao acesso à informação. A Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, regulamentou o direito constitucional do cidadão no Brasil quanto à importância da transparência por meio do

acesso à informação. Esta criou mecanismos para que qualquer pessoa receba informações públicas, criando assim o princípio de que a publicidade e a transparência das informações é a regra, e o sigilo, a exceção (CGU, 2011).

Nesta Lei os órgãos do poder público, de acordo com art. 6º, inciso I, asseguram a gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso a ela e sua divulgação. E, o acesso à informação, conforme art. 7º, em seu inciso VII, compreende os seguintes direitos de obter a informação relativa: à implementação, acompanhamento e resultados dos programas, projetos e ações dos órgãos e entidades públicas, bem como metas e indicadores propostos; e, ao resultado de inspeções, auditorias, prestações e tomadas de contas realizadas pelos órgãos de controle interno e externo, incluindo prestações de contas relativas a exercícios anteriores.

Para acompanhar os pedidos dos cidadãos quanto ao acesso de informação foi criado o Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC), desenvolvido pela Controladoria Geral da União (CGU) para acompanhamento e controle (CGU, 2011). O relatório estatístico extraído do e-SIC/CGU de 2012 a 2016, discriminado na tabela 1, torna possível detectar a dimensão do interesse ao acesso à informação e as categorias por assunto na instituição objeto dessa investigação.

Tabela 1 - Relatório de Pedidos de Acesso à Informação IFTM de 2012 a 2016

Quantidade de Pedidos: 288	Quantidade de Pedidos Respondidos: 288	
Temas das solicitações		
Categoria e assunto	Quantidade	% de Pedidos
Educação - Educação profissional e tecnológica	213	93,42%
Governo e Política - Administração pública	4	1,75%
Trabalho - Mercado de trabalho	3	1,32%
Trabalho - Legislação trabalhista	2	0,88%
Transportes e trânsito - Transporte rodoviário	1	0,44%
Trabalho - Qualificação e aprendizagem profissional	1	0,44%
Trabalho - Política trabalhista	1	0,44%
Educação - Educação superior	1	0,44%
Educação - Educação básica	1	0,44%
Ciência, Informação e Comunicação - Ciência e Tecnologia	1	0,44%

Fonte: Adaptado e-SIC (2016)

Deste modo, o portal de acesso à informação tornou possível uma maior participação popular e um controle social das ações governamentais, o que permitiu o acesso da sociedade e das partes interessadas às informações públicas.

1.2. SUSTENTABILIDADE

1.2.1. O contexto da sustentabilidade

A sustentabilidade manifestou-se no contexto da globalização como marca de um limite e a crise ambiental veio questionar os paradigmas teóricos que impulsionaram o crescimento econômico (Leff, 2012). Dessa maneira, “as propostas de desenvolvimento sustentável estão baseadas nas perspectivas de utilização atual dos recursos naturais desde que sejam preservados para gerações futuras” (Dias, 2010, p. 30).

A estratégia de sustentabilidade de longo prazo acaba por ser convergente ao termo RS, uma vez que inclui a preocupação dos efeitos das atividades desenvolvidas nas comunidades em que se insere a organização e exclui atividades sob o foco da filantropia praticadas pela iniciativa privada (Tachizawa, 2011). Com isso, o discurso dos preceitos da sustentabilidade remeteu-se categoricamente ao crescimento sustentado sem uma justificativa da capacidade do sistema econômico de internalizar as condições ecológicas e sociais de sustentabilidade, equidade, justiça e democracia neste processo (Leff, 2012).

As primeiras tentativas de aplicabilidade acerca do conhecimento sobre sustentabilidade para qualquer cidadão ou organização foram encontradas em documentos na década de 1960 (Carpejani, Scavone & Amann, 2016). No quadro 3, estão relacionados os principais acontecimentos que desenharam a evidenciação da sustentabilidade no cenário mundial.

Quadro 3 - Resumo: principais acontecimentos relacionados com a sustentabilidade e desenvolvimento sustentável

Ano	Acontecimento	Observação
1962	Publicação do livro Primavera Silenciosa (<i>Silent Spring</i>)	Livro publicado por Rachel Carson que teve grande repercussão na opinião pública e expunha os perigos do inseticida DDT.
1968	Criação do Clube de Roma	Organização informal cujo objetivo era promover o entendimento dos componentes variados, mas interdependentes – econômicos, políticos, naturais e sociais -, que formam o sistema global.
1968	Conferência da UNESCO	Nessa reunião, em Paris, foram lançadas as bases para

	sobre a conservação e o uso racional dos recursos da biosfera	a criação do Programa: Homem e Biosfera (MAB).
1971	Criação do programa MAB da UNESCO	Programa de pesquisa no campo das Ciências Naturais e sociais para a conservação da biodiversidade e para a melhoria das relações entre o homem e o meio ambiente.
1972	Publicação do livro <i>Os limites do crescimento</i>	Informe apresentado ao Clube de Roma no qual previa que as tendências que imperavam até então conduziram a uma escassez catastrófica dos recursos naturais e a níveis perigosos de contaminação um prazo de 100 anos.
1972	Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente Humano em Estocolmo, Suécia	A primeira manifestação dos governos de todo o mundo com as consequências da economia sobre o meio ambiente. Participaram 113 Estados membros da ONU. Um dos resultados do evento foi a criação do Programa das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (PNUMA).
1980	I Estratégia Mundial para a Conservação	A IUNC, com a colaboração do PNUMA e do World Wildlife Fund (WWF), adota um plano de longo prazo para conservar os recursos biológicos do planeta. No documento aparece pela primeira vez o conceito de “desenvolvimento sustentável”.
1983	É formada pela ONU a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CMMAD)	Presidida pela Primeira-Ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, tinha como objetivo examinar as relações entre o meio ambiente e o desenvolvimento e a apresentar propostas viáveis.
1987	É publicado o informe Brundtland, da CMMAD, o “Nosso Futuro Comum”	Um dos mais importantes sobre a questão ambiental e o desenvolvimento. Vincula estreitamente economia e ecologia e estabelece o eixo em torno do qual se deve discutir o desenvolvimento, formalizando o conceito de desenvolvimento sustentável.
1991	II Estratégia Mundial para Conservação: “Cuidando da Terra”	Documento conjunto do IUCN, PNUMA e WWF, mais abrangente que o formulado anteriormente; baseado no Informe Brundtland, preconiza o reforço dos níveis políticos e sociais para a construção de uma sociedade mais sustentável.
1992	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, ou Cúpula da Terra	Realizada no Rio de Janeiro, constitui-se no mais importante foro mundial já realizado. Abordou novas perspectivas globais e de integração da questão ambiental planetária e definiu mais concretamente o modelo de desenvolvimento sustentável. Participaram 170 Estados, que aprovaram a Declaração do Rio e mais quatro documentos, entre os quais a Agenda 21.
1997	Rio + 5	Realizado em New York, teve como objetivo analisar a implementação do Programa da Agenda 21.
2000	I Foro Mundial de âmbito Ministerial – Malmo	Teve como resultado a aprovação da Declaração de Malmo, que examina as novas questões ambientais

	(Suécia)	para o século XXI e adota compromissos no sentido de contribuir mais efetivamente para o desenvolvimento sustentável.
2002	Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável – Rio + 10	Realizada em Johannesburgo, nos meses de agosto e setembro, procurou examinar se foram alcançadas as metas estabelecidas pela Conferência do Rio-92 e serviu para que os Estados reiterassem seu compromisso com os princípios do Desenvolvimento Sustentável.
2005	Revisão do Programa de Barbados das Nações Unidas	Realizada nas Ilhas Maurício, a comunidade internacional abordou importantes questões como as mudanças climáticas.
2012	Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável	Novamente ocorrida no Rio de Janeiro para debate do desenvolvimento sustentável.
2014	Assembléia Ambiental das Nações Unidas	Assembleia para debate sobre o meio ambiente, considerado problema mundial.
2015	21ª Conferência das Partes	Ocorrida em Paris, estabeleceu-se um novo acordo global que busca combater os efeitos das mudanças climáticas.

Fonte: Adaptado Dias (2010, pp. 35-37).

No Brasil, mais especificamente, as Constituições Federal (1988), Estaduais (1989) e as Leis Orgânicas Municipais (1990) foram responsáveis por elevar a tônica sobre as inovações importantes na legislação relativa ao Meio Ambiente, impactando numa necessária mudança de comportamento das empresas em relação aos órgãos, sejam do Poder Público ou Organizações Não Governamentais (Dias, 2010).

Há muitas interpretações sobre o conceito de sustentabilidade. De acordo com Baroni (1992), a definição de um conceito para o termo sustentabilidade é aberto a diversas interpretações, todavia existe consenso quando se trata de reduzir a poluição ambiental, diminuir o índice de pobreza e eliminar desperdícios. Isso ocorre pelo fato da sustentabilidade emergir em um panorama de incertezas, onde a destruição da natureza e de seus recursos são propulsores para uma necessária mudança de pensamento.

O termo sustentabilidade ainda pode ser entendido como conceito relacionado a princípios calcados em estratégias. Pojasek (2008) afirmava existir 05 princípios a considerar como estratégia de sustentabilidade: continuidade do negócio e gestão de risco; responsabilidade; conformidade; desempenho; melhoria continua.

Compreende-se que a continuidade do negócio e gestão de risco é essencial para se ter um alinhamento e coerência com o plano estratégico da empresa, na qual a gestão deve ser realizada ao longo prazo de maneira integrada. Responsabilidade, uma estratégia

comportamental para inter-relacionamento com os *stakeholders*. A conformidade, uma verificação permanente do atendimento à legislação. Desempenho, uma forma de levar a organização a excelência. E, a melhoria continua um modo de manter efetivo o gerenciamento dos processos e das informações.

1.2.2. Desenvolvimento sustentável no setor de educação

A concepção do desenvolvimento sustentável é norteadora de argumentações sobre a questão ambiental em qualquer setor de atividade (Dias, 2010). E, apesar dos avanços detectados em termos de conceitos, teorias e readequação do sistema produtivo em busca de uma prática mais sustentável, esse processo ainda é introdutório na sociedade. Nesse sentido, a educação exerce um papel relevante na busca de mudanças de uma sociedade (Dagilien & Mykolaiti, 2015; Pontes *et al.*, 2015; Carpejani *et al.*, 2016; Jiménez *et al.*, 2016).

O desenvolvimento sustentável é uma prática na qual os desempenhos econômicos das empresas encontram-se cada vez mais relacionados aos impactos ambientais e sociais, impactos estes oriundos de decisões dos diversos setores organizacionais. E, no setor da educação essa realidade não é diferente. De acordo com Barros *et al.* (2002, p.37) “a sustentabilidade do desenvolvimento socioeconômico está diretamente associada à velocidade e à continuidade do processo de expansão educacional”.

Reforça-se que um dos marcos sobre desenvolvimento sustentável foi a Conferência das Nações Unidas com a participação de 113 países, ocorrida em Estocolmo em 1972. Nesta Conferência debateu-se princípios comuns para preservação e valorização do ambiente humano. Foi considerado um avanço por ser discutido numa época em que a preocupação com o ambiente nos países em desenvolvimento não se via muita prática.

O termo desenvolvimento sustentável envolveu implementações de práticas de sustentabilidade e foi utilizado academicamente pela primeira vez em 1980 por Robert Allen, no artigo intitulado “*How to save the world*” (Camargo, 2003). Este artigo retratou o tema conservação como concepção aliada ao desenvolvimento.

A Conferência das Nações Unidas, em 1992, sobre meio ambiente e desenvolvimento (Conferência no Rio de Janeiro) originou importantes documentos: Declaração do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento; a Agenda 21; a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) e a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB); a

Comissão de Desenvolvimento Sustentável (CDS); Acordo para negociar a temática da desertificação; Declaração de Princípios para a gestão Sustentável de Florestas (MMA, 2016).

O documento de aprovação da Agenda 21, plano de ação para o ambiente e o desenvolvimento no século XXI, foi um dos documentos de maior avanço para o setor da educação. No capítulo 36 dessa agenda consta a Agenda 21 Escolar (A21E), uma importante proposta para reorientação do ensino no sentido do desenvolvimento sustentável (MMA, 2016).

Segundo o Ministério do Meio Ambiente:

“A Agenda 21 brasileira é um processo e instrumento de planejamento participativo para o desenvolvimento sustentável e que tem como eixo central a sustentabilidade, compatibilizando a conservação ambiental, a justiça social e o crescimento econômico. O documento é resultado de uma vasta consulta à população brasileira, sendo construído a partir das diretrizes da Agenda 21 global. Trata-se, portanto, de um instrumento fundamental para a construção da democracia participativa e da cidadania ativa no País” (MMA, 2016).

Subsequentemente observa-se que desenvolvimento sustentável tornou-se uma prática que vem ganhando cada vez mais destaque na comunidade escolar. E isso se deve, conforme Tristão (2004), da dimensão ambiental manifestar-se como um problema social que atinge também as instituições de ensino, acarretando uma adaptação à educação quanto ao novo perfil de desenvolvimento.

Destarte, é importante ressaltar que há estratégias genéricas normalmente aplicáveis às IES, independentes daquelas estratégias de gestão ambiental e de responsabilidade social específicas, pois dependem das singularidades e do estilo de gestão praticados em cada IES (Tachizawa, 2011). Deste modo, torna-se fundamental analisar as práticas de RSC em instituições de ensino como forma de substanciar qual estratégia utilizada para divulgação de suas ações à sociedade. Melo Neto (1999, p. 93) defendeu que a responsabilidade social “assumida de forma consistente e inteligente pela empresa, pode contribuir de forma decisiva para a sustentabilidade e o desempenho empresarial”.

O desenvolvimento sustentável nas organizações se apresenta sob três dimensões, conforme quadro 4: econômica, social e ambiental.

Quadro 4 – Dimensões do desenvolvimento sustentável

Dimensões	Discriminação
Econômica	A sustentabilidade prevê que as organizações têm que ser economicamente viáveis. Seu papel na sociedade deve ser cumprido levando em consideração esse aspecto da rentabilidade, ou seja, dar retorno ao investimento realizado.
Social	A organização deve satisfazer aos requisitos de proporcionar as melhores condições de trabalho aos seus empregados. Além disso, seus dirigentes devem participar ativamente das atividades socioculturais de expressão da comunidade que vive no entorno da unidade produtiva.
Ambiental	Deve a organização pautar pela eco-eficiência dos seus processos produtivos, adotar a produção mais limpa, oferecer condições para o desenvolvimento de uma cultura ambiental organizacional, adotar uma postura de responsabilidade ambiental e procurar participar de todas as atividades patrocinadas pelas autoridades governamentais locais e regionais no que diz respeito ao meio ambiente natural.

Fonte: Adaptado de Dias (2010, pp. 39-40).

As empresas têm delineado estratégias de divulgar para seus *stakeholders* atuações não somente no campo financeiro, mas também no campo social e ambiental e isso se deve ao aumento dos debates relativos à sustentabilidade. Burgwall e Vieira (2014) reforçam essa tendência de divulgação ao demonstrarem a importância do trabalho de conscientização com relação ao meio ambiente, o que reflete no aumento da demanda quanto à divulgação ambiental pelas empresas.

Em vista disso, estas três dimensões se integram aos relatórios de sustentabilidade, inclusive ao relatório GRI, que será a abordagem do próximo tópico, na qual trazem como característica primordial à necessidade do equilíbrio dinâmico e permanente.

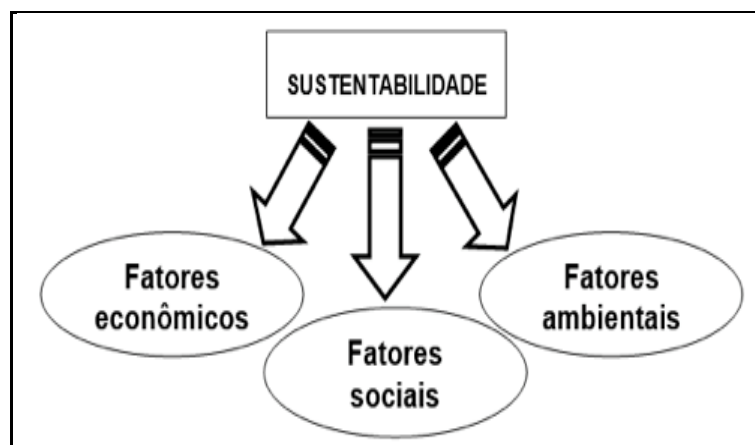
1.2.3. Relatório de Sustentabilidade: Global Reporting Initiative (GRI)

Um relatório que traz as informações de responsabilidade social e sustentabilidade pode ser feito utilizando muitos recursos, como o marketing social, balanço social, indicadores sociais, índices de mercado, dentre outros. E, de acordo com a forma de publicação adotada, a informação poderá estar limitada às características específicas (Faria, 2015).

A GRI é a proposta internacional de relatório de sustentabilidade mais conhecido e talvez um dos mais praticados (Lucena & Travassos, 2009; Pasinato & Brião, 2014; Montagna, 2015; Faria, 2015; Jiménez *et al.*, 2016). Este modelo foi fundado no ano de 1997

em Boston, EUA, e apresenta informações através de uma estrutura para elaboração de relatórios de sustentabilidade integrado. De acordo com Bellen (2005), GRI (2008) e Dias (2010), o Balanço Social deve está estruturado em três vertentes: econômica, ambiental e social, denominadas *triple botton line* (tripé da sustentabilidade).

Figura 5 - Tripé da sustentabilidade



Fonte: Bellen (2005, p. 23).

A elaboração do Balanço Social³ ou Relatório de Sustentabilidade pelas empresas se destaca por ser um instrumento que é responsável pela comunicação entre gestores e seus *stakeholders*. Entretanto, sabe-se que os relatórios tradicionais de prestação de contas anuais ainda são utilizados por muitas empresas no Brasil. Estes relatórios priorizam segundo Tenório (2004) informações somente de ordem financeira, econômica e patrimonial, não abordando preceitos qualitativos para uma avaliação de desempenho empresarial mais eficiente.

Contudo, há vários estudos que referenciam para a utilização nas empresas de indicadores GRI, por demonstrar que sua aplicabilidade representa relatórios de sustentabilidade mais completos e confiáveis, atendendo as necessidades dos *stakeholders*. Carvalho & Siqueira (2007), Faria (2015), Montagna (2015), Jiménez *et al.* (2016), dentre outros, são exemplos de autores que publicaram trabalhos que mencionam a importância da aplicabilidade dos relatórios GRI.

Todos estes autores supracitados convergem com a visão de Lucena & Travassos (2009), que ressalta que a GRI trabalha com relatórios sustentáveis mais utilizados no mundo atualmente e com indicadores capazes de gerir, comparar e comunicar o desempenho das

³ No Brasil, os Balanços Sociais ainda são designados sob mesmo contexto dos relatórios de sustentabilidade (Dias, 2010).

organizações nas dimensões social, ambiental e econômica. É um relatório completo, capaz de agregar uma boa imagem para as empresas que a utilizam.

A primeira edição das diretrizes GRI foi publicada em junho de 2000 e foi aprimorada até a publicação da segunda edição em 2002, chamada G2. A terceira edição, chamada G3, foi lançada em 2006 no intuito de fortalecer os princípios para a elaboração de relatórios de sustentabilidade. A edição G4, versão utilizada nessa dissertação, foi publicada em 2013 e tem como foco a seleção e relato de temas mais materiais para a organização e seus *stakeholders*.

Estas versões foram elaboradas e aprimoradas como forma de abranger as garantias de qualidade, aplicabilidade, confiabilidade e normalização dos relatórios. A geração GRI – G4 sugere indicadores estabelecidos por meio das diretrizes nas categorias econômica, ambiental e social, que abrange todas as áreas do trabalho de qualquer organização. Contudo, para se adequar a alguns setores organizacionais, a GRI dispõe de Suplementos Setoriais (GRI, 2015 a) para um enquadramento mais específico, mas para o setor da educação ainda não há essa especificidade.

Há princípios que asseguram a definição do conteúdo e qualidade desses relatórios, fundamentais para garantir a transparência, que se encontram discriminados conforme quadro abaixo.

Quadro 5 – Princípios para Relato GRI-G4

Princípios para Definição do conteúdo do relatório	
Princípios	Definição
Inclusão de <i>stakeholders</i>	A organização deve identificar seus <i>stakeholders</i> e explicar no relatório as medidas que adotou para responder às expectativas e interesses razoáveis dessas partes.
Contexto da sustentabilidade	Deve descrever o desempenho da organização no contexto mais amplo da sustentabilidade.
Materialidade	Deve abordar aspectos que: reflitam os impactos econômicos, ambientais e sociais significativos da organização; ou, possam influenciar, substantivamente, as avaliações e decisões de <i>stakeholders</i> .
Completude	A cobertura de aspectos materiais e seus limites devem ser suficientemente amplos para refletir impactos econômicos, ambientais e sociais significativos e permitir que <i>stakeholders</i> avaliem o desempenho da organização no período analisado.

Princípios para assegurar a qualidade do relatório	
Equilíbrio	O relatório deve refletir aspectos positivos e negativos do desempenho da organização, de modo a permitir uma avaliação equilibrada seu desempenho geral.
Comparabilidade	A organização deve selecionar, compilar e relatar as informações de forma consistente. As informações relatadas devem ser apresentadas de modo que permita aos <i>stakeholders</i> analisar mudanças no desempenho da organização ao longo do tempo e subsidiar análises relacionadas a outras organizações.
Exatidão	As informações devem ser suficientemente precisas e detalhadas para que os <i>stakeholders</i> possam avaliar o desempenho da organização.
Tempestividade	A organização deve publicar o relatório regularmente e disponibilizar as informações a tempo para que os <i>stakeholders</i> tomem decisões fundamentadas.
Clareza	A organização deve disponibilizar as informações de uma forma compreensível e acessível aos <i>stakeholders</i> que usam o relatório.
Confiabilidade	A organização deve coletar, registrar, compilar, analisar e divulgar informações e processos usados na elaboração do relatório de uma forma que permita sua revisão e estabeleça a qualidade e materialidade das informações.

Fonte: Adaptado GRI (2015a).

Esses princípios levam em conta as atividades e impactos da organização e as expectativas de seus *stakeholders* (GRI, 2015a). Além disso, compõem um significativo conteúdo para embasamento às empresas quanto aos relatórios publicados, uma vez que direcionam para um maior detalhamento e ao mesmo tempo dão coerência aos objetivos organizacionais.

1.2.3.1. Parâmetros para os relatórios de sustentabilidade *GRI*

A principal finalidade do relatório GRI-G4, versão GRI que foi aplicada para comparabilidade com as publicações do IFTM, é a de ampliar a adesão das organizações. Para atingir este propósito abrangeu a facilidade de uso quanto aos indicadores, tornando-a mais uniforme e com mais qualidade técnica (GRI, 2015b).

As Diretrizes estabelecidas nos relatórios de sustentabilidade GRI servem como parâmetros para utilização pelas organizações e dividem-se em duas opções: Essencial e Abrangente. Ambas as opções identificam o conteúdo a ser preparado pelas organizações e os aspectos materiais, que “são aqueles que refletem os impactos econômicos, ambientais e sociais significativos da organização ou influenciam substancialmente as avaliações e decisões dos *stakeholders*” (GRI, 2015b).

Quadro 6 - Conteúdos Padrão Gerais Necessários

Conteúdos Padrão Gerais	“De acordo” – Essencial (Essas informações devem ser divulgadas em todos os casos)	“De acordo” – Abrangente (Essas informações devem ser divulgadas em todos os casos)
Estratégia e Análise	G4-1	G4-1, G4-2
Perfil Organizacional	G4-3 a G4-16	G4-3 a G4-16
Aspectos Materiais Identificados e Limites	G4-17 a G4-23	G4-17 a G4-23
Engajamento de <i>Stakeholders</i>	G4-24 a G4-27	G4-24 a G4-27
Perfil do Relatório	G4-28 a G4-33	G4-28 a G4-33
Governança	G4-34	G4-34 G4-35 a G4-55(*)
Ética e Integridade	G4-56	G4-56 G4-57 a G4-58(*)
Conteúdos Setoriais Gerais	<i>Devem ser incluídos, se disponíveis para o setor no qual a organização atua (*)</i>	<i>Devem ser incluídos, se disponíveis para o setor no qual a organização atua (*)</i>

Fonte: GRI (2015b).

A opção Essencial contém elementos fundamentais de um relatório de sustentabilidade e pode se aplicar às empresas de qualquer tipo, porte ou setor. Por isso, foi utilizada como parâmetro desse estudo de caso, como forma de identificar impactos do seu desempenho econômico, ambiental, social e de governança. Já a opção abrangente, parte da opção essencial e tem uma forma de divulgação de informações adicionais sobre estratégia, análise, governança, ética e integridade da organização (GRI, 2015b).

Os relatórios de sustentabilidade GRI ainda apresentam subdivisões em conteúdos padrões gerais, que variam conforme opção “de acordo”, e dividem-se em sete partes: Estratégia e Análise, Perfil Organizacional, Aspectos Materiais Identificados e Limites, Engajamento de *Stakeholders*, Perfil do Relatório, Governança e Ética e Integridade. Cada conteúdo padrão da opção “Essencial” encontra-se descrito resumidamente no quadro a seguir, como forma de identificação das informações a serem incluídas, e de forma detalhada no Anexo I:

Quadro 7 – Conteúdos Padrão Geral

Parte	Visão	Conteúdo Padrão
Estratégia e Análise	Visão estratégica geral da sustentabilidade da organização.	G4-1: Declaração do principal tomador de decisão da organização sobre a relevância da sustentabilidade para a organização.
Perfil Organizacional	Visão geral das características organizacionais.	G4- 3: Nome da organização.
		G4- 4: Principais marcas, produtos, serviços.
		G4- 5: Localização da sede da organização.
		G4- 6: Número de países nos quais a organização opera.
		G4- 7: Natureza e forma jurídica
		G4- 8: Mercados em que a organização atua.
		G4- 9: Porte da organização.
		G4- 10: Mão de obra
		G4- 11: Percentual do total de empregados cobertos por acordos de negociação coletiva.
		G4- 12: Cadeia de fornecedores da organização.
		G4- 13: Mudanças significativas ocorridas no decorrer do período coberto pelo relatório.
		G4- 14: Como a organização adota a abordagem ou princípio da precaução.
		G4- 15: Cartas, princípios ou outras iniciativas desenvolvidas externamente de caráter econômico, ambiental e social.
G4- 16: Participação em associações e organizações nacionais ou internacionais		
Aspectos Materiais Identificados e Limites	Visão geral do processo adotado pela organização para definir o conteúdo do relatório, Aspectos materiais identificados e seus limites e reformulações.	G4- 17: Todas as entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou documentos equivalentes da organização.
		G4- 18: Explicação do processo adotado para definir o conteúdo do relatório e os limites dos Aspectos e como a organização implementou os Princípios para Definição do Conteúdo do Relatório.
		G4- 19: Aspectos materiais identificados no processo de definição do relatório.
		G4- 20: Relato do Limite do Aspecto dentro da organização.
		G4- 21: Relato do limite fora da organização.
		G4- 22: Relato do efeito de quaisquer reformulações de informações fornecidas em relatórios anteriores e as razões para essas reformulações.
		G4- 23: Relato das alterações significativas em relação a períodos cobertos por relatórios anteriores em Escopo e Limites do Aspecto.

Engajamento de Stakeholders	Visão geral do engajamento de stakeholders da organização no período coberto pelo relatório	G4- 24: Lista de grupos de stakeholders engajados pela organização.
		G4- 25: Base usada para a identificação e seleção de stakeholders para engajamento.
		G4- 26: Abordagem adotada pela organização para engajar stakeholders.
		G4- 27: Principais tópicos e preocupações levantadas durante o engajamento de stakeholders.
Perfil do Relatório	Visão geral de informações básicas sobre o relatório	G4- 28: Período coberto pelo relatório para as informações apresentadas.
		G4- 29: Data do relatório anterior mais recente.
		G4- 30: Ciclo de emissão de relatórios.
		G4- 31: Ponto de contato para perguntas sobre o relatório ou seu conteúdo.
		G4- 32: Sumário de Conteúdo da GRI.
		G4- 33: Relatório de verificação.
Governança	Visão geral da governança da organização	G4- 34: Esse conteúdo descreve como o mais alto órgão de governança está estabelecido e estruturado para sustentar o propósito da organização.
Ética e Integridade	Visão geral sobre valores, princípios, padrões e normas da organização e seus mecanismos internos e externos para solicitar orientações sobre comportamentos éticos	G4- 56: valores, princípios, padrões e normas de comportamento da organização, como códigos de conduta e de ética.
Total		34

Fonte: Adaptado GRI (2015a).

Os conteúdos padrão geral GRI-G4 contém 34 informações que são utilizados nessa investigação como forma de traçar comparabilidade às ações e aos indicadores de responsabilidade social e de sustentabilidade publicados pelo IFTM. Assim, tem-se a pretensão de identificar os conteúdos que são publicados na prestação de contas anual, os que são aplicáveis e os não aplicáveis.

1.2.3.2. Indicadores econômicos, sociais e ambientais

Percebe-se que as organizações têm focado na elaboração de indicadores de sustentabilidade “para darem conhecimento, às suas partes interessadas, das ações e desempenho que têm conseguido alcançar aos níveis econômico, social e ambiental, mas

também para, numa pós-análise, adotarem estratégias que melhor coadunem com o desenvolvimento global” (Carreira & Palma, 2012, p. 142). Isso ocorre porque um relatório com essa base é capaz de fornecer uma declaração equilibrada, integrada e razoável do desempenho de sustentabilidade da organização (GRI, 2008).

Com isso, os relatórios GRI têm a pretensão de assegurar características qualitativas de indicadores essenciais para divulgação. Cada indicador tem como característica informar como a organização identifica, analisa e responde a seus impactos econômicos, ambientais e sociais:

- Indicadores econômicos têm o foco demonstrar o fluxo de caixa entre *stakeholders* e principais impactos econômicos na sociedade, divididos em desempenho econômico, presença de mercado e impactos econômicos indiretos (GRI, 2015a);
- Indicadores ambientais englobam desempenho quanto a insumos, produção, biodiversidade e conformidade ambiental, dividido em materiais, energia, água, biodiversidade, emissões e resíduos, produtos e serviços, conformidade, transporte e geral (GRI, 2015a);
- Indicadores sociais englobam os aspectos com referência às práticas trabalhistas e trabalho decente, direitos humanos, sociedade e responsabilidade pelo produto (GRI, 2015a).

A GRI descreve detalhadamente os 91 indicadores dos conteúdos “padrão específico” do relatório nas categorias econômicas, sociais e ambientais, conforme resumo no quadro 8, e maior detalhamento conforme Anexo I.

Quadro 8 – Categorias e aspectos GRI4: Padrão Específico

Descrição GRI 4			
Categoria	Subcategoria	Aspecto	Total de indicadores
Econômicos	Econômicos	Desempenho econômico; Presença no mercado; Impactos Econômicos Indiretos; Práticas de compra	9
Ambientais	Ambientais	Materiais; Energia; Água; Biodiversidade; Emissões, efluentes e resíduos; Produtos e serviços; Conformidade; Transportes; Geral; Avaliação ambiental de fornecedores; Mecanismos de queixas e reclamações relacionadas a impactos ambientais.	34

Sociais	Prática Trabalhista e de trabalho decente	Emprego; Relação entre trabalhadores e empregadores; Saúde e segurança; Treinamento e educação; Diversidade e igualdade de oportunidades; Igualdade remuneração entre mulheres e homens; Avaliação de fornecedores em práticas trabalhistas; Mecanismos de queixas e de reclamações de práticas trabalhistas.	16
	Direitos Humanos	Investimentos; Não discriminação; Liberdade de associação e negociação coletiva; Trabalho infantil; Trabalho forçado ou análogo ao escravo; Práticas de segurança; Direitos indígenas; Avaliação de fornecedores em direitos humanos; Mecanismos de queixas e de reclamações relacionadas com direitos humanos	12
	Sociedade	Comunidades locais; Combate à corrupção; Políticas Públicas; Concorrência desleal; Conformidade; Avaliação de fornecedores em impactos na sociedade; Mecanismos de queixas e de reclamações relacionadas com impactos na sociedade.	11
	Responsabilidade pelo produto	Saúde e segurança do cliente; Rotulagem de produtos e serviços; Comunicações de marketing; Privacidade do cliente; Conformidade.	9
	Total		91

Fonte: Adaptado GRI (2015b).

Os indicadores econômicos são responsáveis por medir os impactos resultantes das atividades econômicas diretas e indiretas e transações da organização. Os indicadores ambientais contabilizam os impactos na informação produzida ao meio ambiente. E, os indicadores sociais abrangem categoria de práticas trabalhistas, direitos humanos, sociedade e responsabilidade pelos produtos e por isso são os mais complexos de mensuração, pois requer informações muito detalhadas.

1.3. EDUCAÇÃO NO BRASIL

1.3.1. Contexto do Estado e das Políticas Públicas Educacionais

As políticas públicas no Brasil nasceram com a transição do autoritarismo para a democracia, período compreendido entre o final dos anos de 1970 e a primeira metade dos anos de 1980 (Codato, 2005). Foram períodos na qual o conceito de política se concentrou na

ação do governo e retratou o uso do poder e o Estado se concentrou na função política de ser o representante do interesse comum (Costa & Neto, 2016).

Nas duas últimas décadas ocorreram mudanças na educação brasileira atreladas principalmente ao uso de políticas públicas direcionadas para a construção de uma educação inclusiva, cidadã e de qualidade. São políticas que influenciam a vida de todas as pessoas, que se inicia no acesso e se abrange rumo à construção da sociedade que se origina nas escolas a partir da educação (Ferreira & Santos, 2014).

As políticas públicas são o ponto de partida para a importante democratização do ensino, democratização esta que segundo Barros (2015) apresenta significados peculiares decorrentes da ideologia dos sujeitos e da forma como compreendem a realidade política e social. Essas políticas tomam o “público” como ação do Estado e como ação dirigida a todos (Costa & Neto, 2016).

A compreensão de políticas públicas parte primordialmente do pressuposto do “Estado em ação” (Jobert & Muller, 1987). Estas políticas visam aos interesses de setores da sociedade, ou seja, são ações para atender aos interesses mais focalizados do que universais, que se conquista ao colocarem demandas na agenda do Estado (Costa & Neto, 2016).

Isto posto identifica-se que Estado e suas políticas públicas não existem sem a participação da sociedade. Chiaventato vai ao encontro dessa visão ao afirmar que:

“Estado e sociedade formam, em uma democracia, um todo indivisível: o Estado, cuja competência e limites de atuação estão definidos precipuamente na Constituição. Deriva seu Poder de legislar e tributar a população, da legitimidade que lhe outorga a cidadania, via processo eleitoral. A sociedade, por seu turno, manifesta seus anseios e demandas por canais formais ou informais de contato com as autoridades constituídas. É pelo diálogo democrático entre Estado e sociedade que se definem as prioridades a que o Governo deve ater-se para a construção de um país mais próspero e justo” (Chiavenato, 2012, p. 100).

Apreende-se que o caminho para uma política pública democrática necessita partir de uma sólida construção de diálogo entre Estado e sociedade, ou seja, numa “via de mão dupla”, na qual se possam abrir espaços para que esses agentes estabeleçam um direcionamento que beneficie ao interesse comum. Segundo Codato (2005), a história demonstra que as reformas

do Estado prescindiram de verdadeira reforma política e isto aumentou a representação que favorecesse a participação.

Já houve muitos avanços quanto às políticas públicas educacionais no país. Barros (2015) destaca que as iniciativas como o Programa Universidade para Todos (PROUNI)⁴, o Programa de Financiamento Estudantil (FIES)⁵, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)⁶, o aumento da oferta de cursos superiores a distância e as políticas de cotas vêm exercendo papel importante.

Para a educação profissional e tecnológica, as políticas públicas são inclusivas e representam a intensificação do engajamento pela construção de um país que almeja sua soberania e a decisão de ultrapassar a condição de simples consumidor para a de produtor de ciência e tecnologia (Pacheco, 2011).

1.3.2. Instituições de Ensino Superior (IES)

A questão do propósito da educação superior no Brasil evoluiu muito. O primeiro estabelecimento de ensino superior foi fundado na Bahia pelos jesuítas em 1550 e era destinado a estudantes internos e externos. Todavia estes colégios não tinham a finalidade única de formação dos sacerdotes (Cunha, 2000).

Posteriormente, segundo Trindade (2000) se estabeleceu quatro períodos históricos sobre o retrospecto das IES, conforme quadro a seguir.

Quadro 9 – Retrospecto histórico das IES

Momento	Período	Contexto Histórico
Primeiro	Do século XII até o Renascimento	Foi o período da invenção da universidade em plena Idade Média em que se constituiu o modelo da universidade tradicional, a partir das experiências precursoras de Paris e Bolonha, da sua implantação em todo território europeu sob a proteção da Igreja.
Segundo	Iniciou-se no século XV	Época em que a universidade renascentista recebe o impacto das transformações comerciais do capitalismo e do humanismo literário e artístico, mas sofre também os efeitos da Reforma e da Contra reforma.

⁴ Programa Universidade para Todos que concede bolsas de estudo integrais e parciais de 50% em instituições privadas de educação superior, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, a estudantes brasileiros sem diploma de nível superior.

⁵ Fundo de Financiamento Estudantil financia a graduação na educação superior de estudantes matriculados em instituições privadas.

⁶ Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais que tem como principal objetivo ampliar o acesso e a permanência na educação superior.

Terceiro	A partir do século XVII até o XVIII	A universidade começou a institucionalizar a ciência, não sem resistências, numa transição para os novos modelos.
Quarto	Século XIX	Implantou-se a universidade estatal moderna, e essa etapa, que se desdobra até os nossos dias, introduz uma nova relação entre Estado e universidade, estabelecendo suas principais variantes institucionais.

Fonte: Adaptado de Trindade (2000, p. 122).

O quarto período apontou para o início da nova realidade das IES no Brasil. As transformações do ensino superior ocorreram a partir das primeiras décadas da República, uma vez que houve uma maior facilidade de acesso ao ensino superior. Essas transformações foram marcadas por dois fatores: o aumento da procura de ensino superior devido às transformações econômicas e institucionais e a luta pelo “ensino livre” (Cunha, 2000).

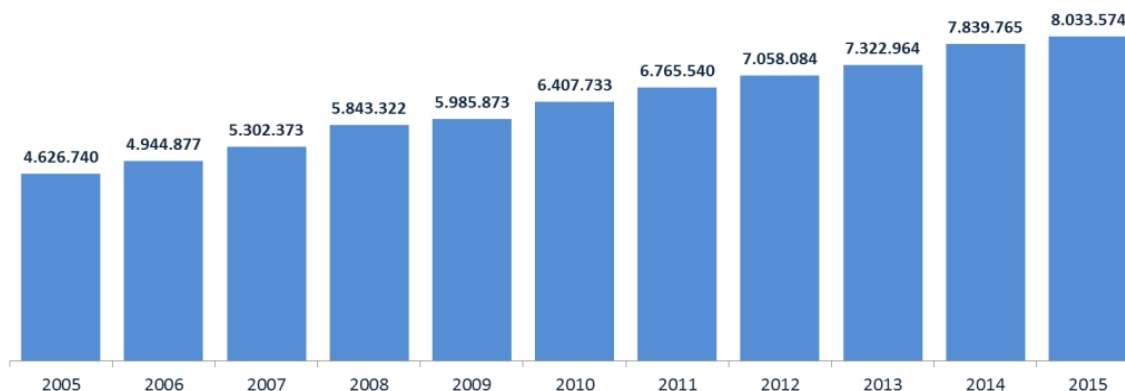
Essas transformações continuam ocorrendo em todo trajeto histórico da educação superior, com o governo federal à frente na sua função empreender reformas. Duas importantes medidas representaram grandes avanços no campo educacional: a Constituição de 1988 e a Lei n.º 9.394 de 1996 de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

A Constituição de 1988 decretou seu avanço ao: deliberar a educação como direito de todos no seu art. 6º; no art. 205, com a educação “promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”; e, no art. 207, com as IES que “gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.”

Já a LDB, o avanço se concentrou nas IES detalhadamente caracterizadas. Pacheco (2011) reforça o art. 9º da LDB, na qual se determina a importante incumbência da União para a organização, a manutenção e o desenvolvimento das instituições oficiais do sistema federal de ensino.

O último Censo de Educação Superior publicado pelo INEP/MEC corresponde ao levantamento de dados realizado em 2015, que são os dados mais atuais. Através análise do número de matrículas de 2005 a 2015, é possível detectar os avanços dos IES no Brasil, consoante ao gráfico 2.

Gráfico 2 – Evolução do número de matrículas nas IES



Fonte: INEP/MEC (2015a).

Por intermédio deste gráfico é possível identificar, que entre os anos de 2005 a 2015, a matrícula na educação superior aumentou 75,7% e em relação a 2014, aumentou 2,5%. Estas estatísticas desenham o avanço das IES no país, que também contou com a criação de um importante sistema de avaliação: o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

O SINAES foi criado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. É formado por três componentes principais: a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes, na qual é responsável por avaliar todos os aspectos do ensino, pesquisa, extensão, responsabilidade social, desempenho dos alunos, gestão da instituição, corpo docente e instalações (INEP/MEC, 2015b). No processo de avaliação, o SINAES deve assegurar, dentre outros aspectos, a avaliação institucional, interna e externa, contemplando a análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais das instituições de educação superior e de seus cursos (IFTM, 2016).

A responsabilidade social compõe uma das dez dimensões do processo de autoavaliação das IES. Esta dimensão, conforme Lei 10.861/04, inciso III, art. 3º, é “considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural”. Os órgãos do governo a utilizam para norteamento quanto às políticas públicas. E, os estudantes, pais de alunos, instituições acadêmicas e públicas em geral tem como base orientar suas decisões quanto à realidade dos cursos e das instituições brasileiras (INEP/MEC, 2015b).

Assim, identifica-se que a responsabilidade social com a qualidade da educação é um dos princípios fundamentais. Isso vai ao encontro com Pacheco (2011), na qual afirmou que o SINAES surgiu com a proposta de trazer um referencial básico para a regulação da educação superior para a promoção do quesito qualidade.

1.3.3. Instituições de ensino públicas e privadas

As propostas de expansão da educação superior no Brasil não se limitaram à ampliação da rede pública (Frigotto *et al.*, 2005). Quando se analisa instituições públicas e privadas da educação superior, o que se pode afirmar que várias iniciativas governamentais deram novo fôlego à expansão ocorrida neste nível de ensino (Barros, 2015).

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/96, artigo 16, o sistema federal de ensino compreende: as instituições de ensino mantidas pela União; a instituição de educação superior criadas pela iniciativa privada; e, os órgãos federais de educação. Há uma lacuna conceitual entre as instituições públicas e privadas no país e esta diferença converge quanto à classificação das instituições de ensino segundo sua categoria administrativa, conforme a Lei 9.394/96, artigo 19: “públicas, assim entendidas as criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público; privadas, assim entendidas as mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado”.

Os avanços do ensino superior e da educação profissional e tecnológica tem se dado em duas direções: pelo setor privado ao possibilitar a diferenciação institucional e o financiamento público das instituições privadas para os menos favorecidos, que ocorre por intermédio de programas como PROUNI, PRONATEC⁷ E FIES; pelo setor público ampliando o acesso às vagas em instituições de ensino públicas por meio do REUNI e pela recente diversificação das finalidades dos Institutos Federais (Conde, Araújo, Souza & Mourão 2015).

As estatísticas evidenciam o balanço e a concentração das instituições públicas e privadas no país, através do último Censo de Educação Superior publicado pelo INEP/MEC (2015a), conforme discriminação na tabela 2.

7 Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego que expande, interioriza e democratiza a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no país.

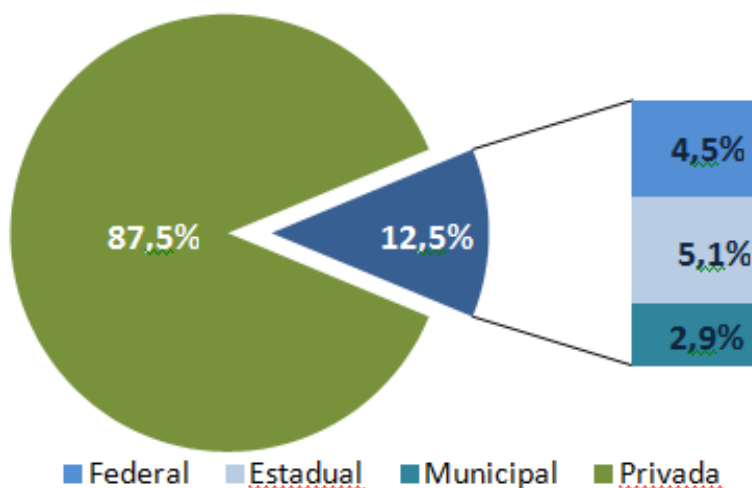
Tabela 2 - Número de Instituições de Educação Superior

Unidade da Federação / Categoria Administrativa		Instituições					
		Total Geral	Universidades	Centros Universitários	Faculdades	IF e CEFET	
		Total	Total	Total	Total	Total	
Brasil		2.364	195	149	1.980	40	
	Pública	295	107	9	139	40	
		Federal	107	63	.	4	40
		Estadual	120	38	1	81	.
	Municipal	68	6	8	54	.	
	Privada	2.069	88	140	1.841	.	

Fonte: INEP/MEC (2015a).

Constata-se que de um número de 2.364 IES, 2.069 são privadas e somente 295 são públicas, estas representadas pelas redes Federal (36,3%), Estadual (40,7%) e Municipal (23,0%). A maioria das universidades é pública (54,9%), quase 3/5 da IES federais são universidades e 37,4% são IF e Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET). Ainda percebe-se a predominância na categoria do ensino privado, na qual 87,5% correspondem às instituições privadas e somente 12,5 %, às instituições públicas de ensino, de acordo com o gráfico 3.

Gráfico 3 - Percentual de IES por categoria administrativa Brasil – 2015

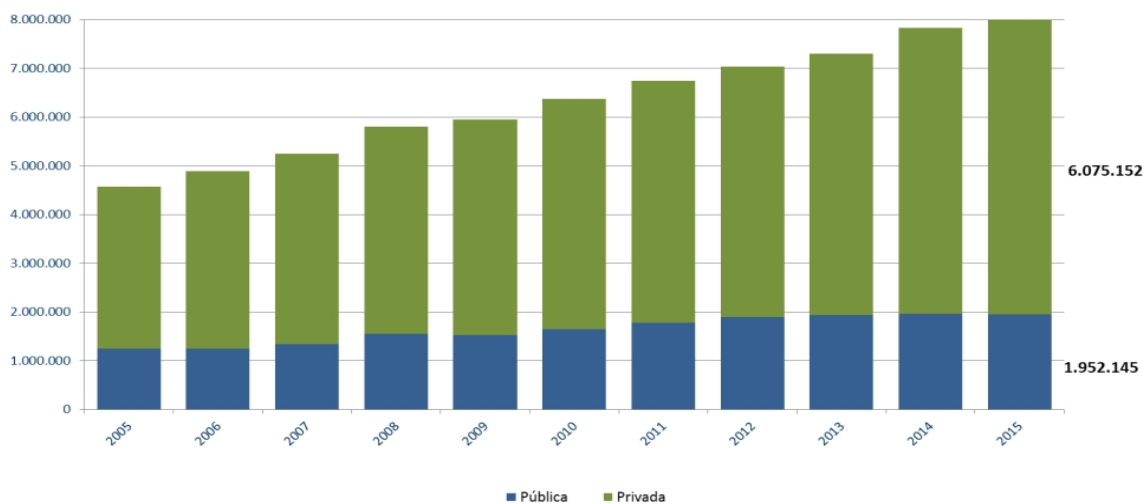


Fonte: INEP/MEC (2015a).

Estes indicadores são o reflexo da divisão apresentada entre o ensino público e privado no país: no público se concentrando as IES associadas ao ensino, pesquisa e pós-graduação e no privado, o ensino de graduação massivo. A educação massiva da iniciativa privada é justificada pelo rompimento com a ideia de IES pautada na articulação entre ensino, pesquisa e extensão, e isso abriu espaço para proliferação de instituições privadas com menores padrões de qualidade (Barros, 2015).

A Rede Federal de Educação Superior, apesar de em menor percentual, 5% comparadas a todas as IES, públicas e privadas, também expandiram no cenário nacional com a proposta de uma educação pública de qualidade. A expansão da Rede Federal de Educação Superior teve início em 2003 com a interiorização dos campi das universidades federais. Desde o início da expansão foram criadas 14 novas Universidades e mais de 100 novos Campi que possibilitaram a ampliação de vagas e a criação de novos cursos de graduação (REUNI/MEC, 2010).

Gráfico 4 - Número de matrículas em cursos de graduação por categoria administrativa (2005 a 2015)



Fonte: INEP/MEC (2015a).

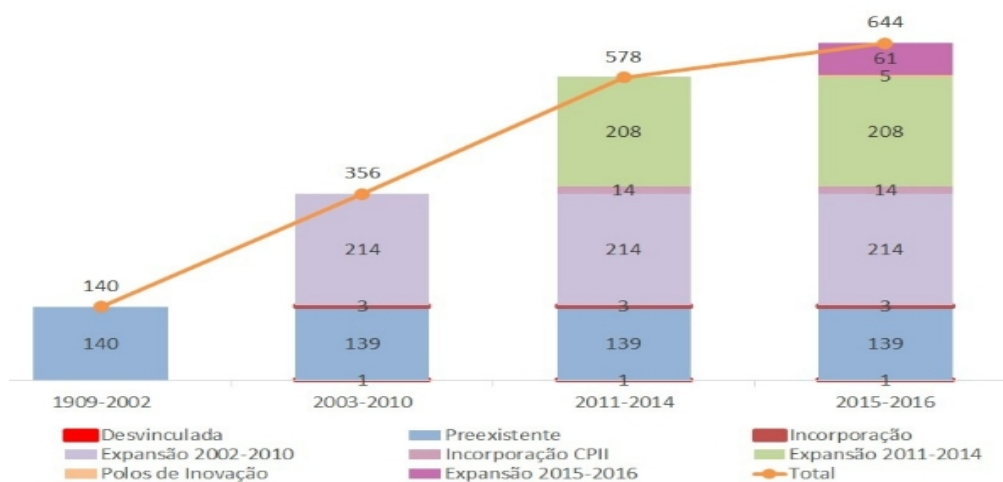
Por intermédio da estatística de matrículas no gráfico 4 também é possível identificar o volume de participação das instituições públicas e privadas. As IES privadas têm uma participação de 75,7% no total de matrículas e a rede pública 24,3%. O crescimento do número de matrículas foi de 2,5% de 2014 para 2015, sendo 3,5% na rede privada e uma queda de 0,5% na rede pública (INEP/MEC, 2015a).

1.3.4. Educação básica, profissional e tecnológica

No que se tange à educação básica, a síntese é a explicitação legal da dualidade entre ensino médio e educação profissional (Pacheco, 2012). As primeiras escolas técnicas de ensino profissional surgiram com o Decreto nº 7.566 de 23 de setembro de 1909, considerado o marco inaugural da educação profissional no Brasil. Todavia, um novo modelo de educação profissional construído pelo governo brasileiro só se deu a partir da Lei n.º 9.394/96, com o estabelecimento das diretrizes e bases da educação nacional (Nascimento, Rodrigues & Nunes, 2016).

De acordo com os dados do Portal da Rede Federal da Educação Profissional, Científica e Tecnológica (2016), houve uma grande evolução da Rede Federal de Educação Profissional: de 1909 a 2002 construiu-se 140 escolas técnicas; de 2003 a 2010 abrangeu para mais 214 escolas técnicas em virtude do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional; de 2011 a 2014 houve a implantação de mais 208 unidades; e, de 2015 a 2016, mais 61 unidades.

Gráfico 5 - Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Em unidades



Fonte: Portal da Rede Federal da Educação Profissional, Científica e Tecnológica (2016).

O gráfico supracitado demonstra, em 2016, um total de 644 unidades em funcionamento de toda a rede. Isso fez com que se ampliasse a Rede Federal sob a conjuntura da colaboração com os demais sistemas de ensino para maior oferta da educação profissional e tecnológica (Pacheco, 2011).

Há quatro documentos que configura os Institutos como projeto institucional para a Educação Profissional e Tecnológica: Decreto nº 6.095 de 24 de abril de 2007, a Chamada

Pública MEC/SETEC nº 1, a Chamada Pública MEC/SETEC nº 2 e a Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008 (Conde, Araújo, Souza & Mourão, 2015).

O Decreto nº 6.095/07 estabeleceu diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos IFECT's no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica. Quanto à chamada Pública nº 1, o foco foi a implantação de uma escola técnica em cada cidade polo do país. E, a Chamada nº 2 se direcionou à interseção do processo de expansão e a implantação do modelo de IFECT (Conde, Araújo, Souza & Mourão, 2015).

Já a criação dos IFs ocorreu com a Lei nº 11.892/2008, na qual o governo federal investiu o montante superior a R\$ 3,3 bilhões, injetados para o desenvolvimento e expansão da educação profissional entre os anos de 2011 a 2014, conforme Portal da Rede Federal da Educação Profissional, Científica e Tecnológica (2016). Ainda de acordo com os dados do mesmo portal, na época atual são 38 IFs presentes em todos estados, oferecendo cursos de qualificação, ensino médio integrado, cursos superiores de tecnologia e licenciaturas. “Têm suas bases em um conceito de educação profissional e tecnológica sem similar em nenhum outro país” (Pacheco, 2011, p.13).

Com o advento das políticas públicas de educação profissional implementadas, ocorreu a integração regional de escolas técnicas federais, CEFETs, Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais e a reorganização da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica em torno dos IF's (Nascimento, Rodrigues & Nunes, 2016). Assim, o formato jurídico-institucional dos institutos nasceu procurando distinguir da universidade clássica, assumindo uma forma híbrida entre Universidade e CEFET, representando por isso um desafio, pela razão de serem instituições de educação superior, mas também básica, profissional, pluricurricular e *multicampi* (Pacheco *et al.*, 2010).

Os IFs sintetizam os avanços que a Rede Federal construiu ao longo de sua história e das políticas de educação profissional e tecnológica. Caracterizam-se a inovação de uma escola contemporânea e comprometida com a sociedade democrática e socialmente justa (Pacheco, 2011). Com isso, emergem três dimensões para os IFs: política social, agências de desenvolvimento local e lócus de formação de professores (Conde *et al.*, 2015).

“Nesse contexto, o Instituto Federal aponta para um novo tipo de instituição, identificada e pactuada com o projeto de sociedade em curso no país. Representa, portanto, um salto qualitativo em uma caminhada singular, prestes a completar cem

anos. Trata-se de um projeto progressista que entende a educação como compromisso de transformação e de enriquecimento de conhecimentos objetivos capazes de modificar a vida social e de atribuir-lhe maior sentido e alcance no conjunto da experiência humana, proposta incompatível com uma visão conservadora de sociedade. Trata-se, portanto, de uma estratégia de ação política e de transformação social” (Pacheco, 2010, p. 12).

Compreende-se assim que a educação profissional e tecnológica é uma estratégia não somente para o desenvolvimento econômico e tecnológico nacional, contudo também como ferramenta de fortalecimento para inserção social a milhões de brasileiros (Pacheco, 2011). Isso abriu espaços para a necessidade de envolvimento das instituições de educação no contexto da responsabilidade social, uma vez que são responsáveis por formar cidadãos, quer seja pelo compromisso com os discentes, comunidade e/ou desenvolvimento sustentável.

Dessa forma, depreende-se que o papel da educação profissional e tecnológica assume sua importância em várias vertentes, nas quais se destacam: socialização e construção da cidadania; desenvolvimento humano e inclusão social, cultural e produtiva; construção de projetos de caráter coletivo; e, busca de novas formas de pensar o meio ambiente, a sustentabilidade e as novas relações humanas (Pacheco, 2012).

CAPÍTULO II - ESTUDO EMPÍRICO

2.1. DESENHO DA INVESTIGAÇÃO

Com a finalidade de responder às questões dessa investigação sobre o nível de desenvolvimento da responsabilidade social no IFTM, sobre se as informações disponibilizadas nos seus relatórios, tanto os de Gestão Anuais como os do “IFTM em Ação”, e comparabilidade aos conteúdos do relatório de sustentabilidade propostos pela GRI e sobre se a instituição assume uma postura de empresa socialmente responsável, adotou-se a realização do estudo de caso.

A definição de estudo de caso refere-se a uma pesquisa empírica de um fenômeno no seu ambiente natural e às quais muitas fontes de evidência são usadas. Tem-se ainda, para os casos de estudo individuais, o reconhecimento de uma oportunidade de aprendizagem válida, podendo gerar teorias. E, no que tange à generalização das conclusões, o objetivo central desta metodologia é de se conhecer as particularidades do objeto de estudo e não de se generalizar os resultados obtidos (Yin, 1994).

É necessário se apoiar ainda em Yin (1994) no quesito da qualidade de um estudo de caso, que deve ser direcionado a preceitos de validade e fiabilidade. Esta se encontra relacionada à como outras investigações chegariam a resultados idênticos. Já quanto à validade, há três desdobramentos: validade de construto, utilizada para verificar os padrões adotados e adequações a conceitos investigados; validade interna, que procura demonstrar a relação causal entre dois fenômenos; e, validade externa, direcionada a mostrar se as conclusões podem se estender a outros estudos semelhantes.

Os procedimentos metodológicos se utilizam de técnicas para produção do conhecimento e para direcionamento do investigador em todo delineamento da pesquisa. Demo (1981, pg. 7) defende que metodologia significa “etimologicamente, o estudo dos caminhos, dos instrumentos usados para se fazer ciência. É uma disciplina instrumental, a serviço da pesquisa”.

O tema central RSC junto aos temas complementares transparência, educação e sustentabilidade são debatidas por diversos autores, fator que classifica essa pesquisa como exploratória, uma vez que se permite habituar com os diferentes conceitos. A pesquisa exploratória possibilita ao pesquisador maior familiaridade com o problema (Campi, 2012).

Esta investigação concerne em uma análise descritiva. A pesquisa descritiva busca compreender a realidade sem possibilidade de intercessões para modificá-la (Churchill, 1987). Tem como principal finalidade descrever as particularidades de determinado fenômeno ou

população (Gil, 1995). Assim, esse estudo tem como intuito descrever ações e indicadores dos relatórios publicados pelo IFTM.

Quanto à abordagem, utiliza-se de aspectos da pesquisa qualitativa por “poder descrever a complexidade de determinados problemas, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais” (Richardson, 1999, p. 80). A pesquisa qualitativa possibilita também a obtenção de dados descritivos, coletados no contato direto do investigador com a questão estudada (Borgdan & Biken, 2003).

A seguir, as etapas da pesquisa são detalhadas, com o intuito de se identificar respostas ao problema da pesquisa e ainda demonstrar como os objetivos propostos foram sendo delineados e construídos para se chegar aos resultados pretendidos com a qualidade de um trabalho científico.

2.1.1. Sujeitos da Pesquisa

Consoante a Gil (2002), é indispensável selecionar sujeitos para efetivação de uma pesquisa, uma vez que esta tem o intuito de abranger os resultados para uma determinada população, na qual os sujeitos representam uma amostra ou parte desta. Assim, o sujeito desta pesquisa se concentrou na análise de uma instituição, o IFTM – Instituto Federal do Triângulo Mineiro.

2.1.2. Caracterização dos Elementos Analisados

Refere-se ao início do estudo empírico, na qual foi realizada a caracterização da instituição e dos documentos publicados. Quanto à instituição, houve apontamentos do seu histórico, missão, público-alvo, composição e cenário atual, com a menção aos principais indicadores do quadro e à estrutura da instituição do estudo de caso. Quanto aos documentos publicados, houve a discriminação dos itens que os compõe para detalhamento e suporte com relação ao diagnóstico realizado na etapa de análise de dados.

Procurou-se com isso descrever, preliminarmente, os elementos fundamentais que abrem campo para publicação de informações relacionadas à responsabilidade social. Este procedimento teve o intuito de captar a dimensão dos documentos publicados pelo IFTM à sociedade no que tange não apenas a uma prestação de contas voltada para os dados

financeiros, mas também apresentar os dados publicados com foco na preocupação social e ambiental.

2.1.3. Instrumento de Coleta de Dados

Foi realizado um estudo longitudinal, ou seja, ao longo de um período de tempo, mais especificamente entre os anos de 2013 a 2016, com base na pesquisa documental, utilizando informações em momentos temporais diferentes, através dos Relatórios de Gestão Anuais e do “IFTM em Ação” publicados na página da internet do IFTM. A pesquisa documental refere-se a documentos que não receberam um minucioso tratamento ou podem ser revistos conforme o avanço da pesquisa (Gil, 2002).

A escolha da análise dos documentos partiu do pressuposto da fidedignidade que as publicações representam para os órgãos públicos no Brasil, uma vez que seguem a determinações legais. Para Gil (1995, p. 158) “as fontes escritas na maioria das vezes são muito ricas e ajudam o pesquisador a não perder tanto tempo na hora da busca de material em campo, sabendo que em algumas circunstâncias só é possível a investigação social através de documentos”.

Este estudo utilizou-se de fontes secundárias para coleta de dados, todas disponibilizadas no *website* da instituição. Mattar (2008) se refere a dados secundários como àqueles que já foram coletados, tabulados, ordenados e estão à disposição dos interessados, além de terem sido coletados para uma finalidade diversa; as fontes destes dados são: a própria empresa, publicações, governos, instituições não governamentais e serviços de informação de marketing.

A pesquisa para identificação das informações publicadas englobou: levantamento dos indicadores publicados nos Relatórios de Gestão; identificação de ações de sustentabilidade; e, análise da evolução anual das prestações de contas entre 2013 a 2016. Também foram utilizados os conteúdos constantes nas publicações do “IFTM em Ação”, dos anos de 2013 a 2016, para complementação quanto às informações das ações sociais e das práticas de sustentabilidade não divulgadas no Relatório de Gestão.

Por seguinte, para atender aos objetivos dessa pesquisa, o instrumento para recolha de dados empregado foi a análise documental, através da apreciação dos documentos do IFTM, investigando materiais disponíveis no *website*, por meio de consulta pública ao seu sítio. Este procedimento teve como objetivo interpretar os documentos existentes na instituição.

Em complementação a este instrumento supracitado, observou-se a necessidade de se utilizar outro como apoio, de tal forma que possibilitasse comparar as informações divulgadas pela instituição deste estudo paralelamente aos conteúdos exigidos para um relatório de sustentabilidade padrão GRI.

“O método comparativo permite analisar o dado concreto, deduzindo do mesmo os elementos constantes, abstratos e gerais. Constitui uma verdadeira experimentação indireta. É empregado em estudo de largo alcance e de setores concretos, assim como para estudos qualitativos e quantitativos” (Lakatos, 1991, p.107).

Assim, para guiar esta fase complementar da coleta de dados foi elaborado um quadro de checagem (*checklist*), disponível em sua totalidade no Anexo I, quadro este defendido por Tauchen e Brandli (2006) e pela GRI (2015b). A opção pelo *checklist*, ao invés de padrões mais elaborados, recai sobre esta investigação ser exploratória e descritiva, com intuito de possibilitar uma fácil visualização, utilização e checagem acerca da identificação dos conteúdos aplicáveis e/ou não aplicáveis pelo IFTM. Este *checklist* abrangeu 125 conteúdos GRI-G4, subdivididos entre padrão e específico, de forma a reconhecer os conteúdos com mesmo perfil publicados pelo IFTM, os não publicados e ainda o que não se aplicam.

Cada tópico de análise foi pontuado da seguinte forma abaixo, no intuito de se obter a quantidade de variáveis que se aplicam:

- 0 (zero) – não aplicável (quando não se aplica ao IFTM);
- 1 (um positivo) – aplicável (quando se aplica ao IFTM).

Também foi analisado se a instituição divulga as informações, através dos seguintes apontamentos:

- “não” – quando não publicado (não houve publicação no IFTM do conteúdo analisado)
- “sim” – quando é publicado (houve publicação no IFTM do conteúdo analisado);
- “parcial” – quando é publicado parcialmente (houve publicação parcial do conteúdo analisado).

Estes procedimentos tornaram a interpretação do Anexo I simplificada e possibilitaram traçar um perfil paralelo entre as informações publicadas pelo IFTM e um relatório de sustentabilidade, que nesta investigação foi escolhido o modelo GRI. Subsequentemente foi analisada a qualidade das informações que são divulgadas, através da identificação da opção

se o IFTM menciona ou mensura informações similares ao padrão GRI-G4. Todas as interpretações encontram-se na discussão dos resultados.

Ressalta-se que este levantamento é acessório à pesquisa, no intuito de se investigar como as ações e os indicadores socioambientais são publicados pelos Relatórios de Gestão Anuais e do “IFTM em Ação”. Por isso, a coleta de dados tornou-se etapa determinante para o diagnóstico organizacional.

2.1.4. Análise de Dados

A técnica empregada para verificação dos dados obtidos foi a análise de conteúdo. Bardin (2004, p. 41) define a análise de conteúdo como um “conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a interferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas)”.

A escolha da análise de conteúdo se deve ao entendimento de que esta técnica comporta a compilação de informações em categorias, abrangência necessária para diagnóstico organizacional. De acordo com Bardin (2004), isto auxilia no processo de inferência dos conhecimentos relativos às condições investigadas.

Também se optou por esta metodologia pela possibilidade de uma análise aprofundada dos documentos expostos no *website* do IFTM: Relatórios de Gestão Anuais e do “IFTM em Ação”. Estes documentos institucionais são considerados oficiais e por isso reconhecido como fonte de pesquisa confiável para identificação de práticas de RSC, transparência e sustentabilidade, também voltados para instituições de ensino, conforme defendidos por autores de diferentes países: Lozano (2011), Pasinato & Brião (2014), Quezada (2014), Chicharro *et al.* (2015), Dagilien & Mykolaiti (2015) e Jiménez *et al.* (2016).

Dentre as pesquisas mais recentes identificadas sobre a temática abordada nesta investigação, a análise de conteúdo foi amplamente adotada. Barros & Monteiro (2011), focados mais especificamente sob a linha de investigação da divulgação ambiental, vão ao encontro das pesquisas levantadas ao identificarem que a maior parte dos estudos empíricos na área supracitada emprega como técnica de investigação a análise de conteúdo das Contas Anuais publicadas. Através do próximo quadro, é possível comparar os trabalhos publicados com temas que embasam esta dissertação, sendo uma metodologia norteadora para as interpretações necessárias.

Quadro 10 – Síntese de estudos que através da técnica de análise de conteúdo abordaram o tema responsabilidade social, transparência, sustentabilidade e GRI em instituições de ensino

Autores	Título	Objetivo	Amostra	Metodologia	Resultados principais
Lozano (2011)	The state of sustainability reporting in universities.	Revisar e avaliar o estado dos relatórios de sustentabilidade nas Universidades.	12 (doze) universidades de vários países que publicaram relatórios de sustentabilidade com diretrizes GRI.	Análise de conteúdo pelo <i>website</i> das doze universidades.	Mostram que o relatório de sustentabilidade das universidades ainda está nos estágios iniciais, quando comparado ao relatório de sustentabilidade corporativo.
Pasinato & Brião (2014)	Construção de indicadores para relatórios de sustentabilidade de uma instituição de ensino superior.	Avaliar os indicadores da GRI para IES e também obter novos indicadores que suplementem a estrutura da GRI.	Universidade de Passo Fundo, Brasil.	Análise de conteúdo, observação direta e entrevista.	Concluiu-se que o modelo GRI é um instrumento adequado para a divulgação da sustentabilidade e de práticas de responsabilidade social da instituição (70% de aplicabilidade), todavia mostraram-se necessários ajustes para adequação às atividades da IES pesquisada.
Quezada (2014)	La responsabilidad social universitaria como política pública: un estudio de caso.	Analisar o processo de instalação do modelo de responsabilidade social no sistema das Universidades Espanholas.	16 Universidades espanholas que publicam relatórios de RSU pelo <i>website</i> .	Análise de conteúdo, como forma de revisar os relatórios de responsabilidade social universitária publicado na internet por Universidades Espanholas na última década.	Mostram que as principais tendências dos projetos de Responsabilidade Social Universitária na Espanha são voltadas para gestão de impactos contra os interessados. E somente uma delas, a Universidade Santiago de Compostela, utiliza o formato <i>triple bottom line</i> proposto pela GRI.
Pontes <i>et al.</i> (2015)	Sustentabilidade e Educação Superior: análise das ações de sustentabilidade de duas instituições de ensino superior de Santa Catarina.	Identificar de que forma as IES estão inserindo a sustentabilidade e consequentes práticas de responsabilidade social em suas atividades institucionais.	02 (duas) Instituições de Ensino Superior de Santa Catarina, Brasil.	Análise de conteúdo por intermédio dos documentos publicados no <i>website</i> das instituições, como forma de identificar as principais ações desenvolvidas nas dimensões econômica, social e ambiental.	Os resultados encontrados demonstram que a IES adotam posturas que vêm ao encontro ao contexto mundial, tanto em suas ações institucionais, tanto na sua imagem perante a comunidade.

Chicharro <i>et al.</i> (2015)	Responsabilidad Social Universitaria: estudio empírico sobre la fiabilidad de un conjunto de indicadores de Gobierno Corporativo.	Verificar a validade de conjunto de indicadores propostos de RSU, sob a ótica da dimensão organizacional. Os indicadores de medição dos impactos são definidos a partir da classificação por dimensões da GRI.	48 Universidades Públicas Espanholas.	Análise de conteúdo e descritiva sobre os indicadores. Tem natureza empírica e está baseada na interação direta com um conjunto de especialistas.	Inferiu-se a validade dos indicadores propostos, mediante valorações particulares relativas à imparcialidade, objetividade, verificabilidade e representação fiel.
Dagilien & Mykolaitien (2015)	Disclosure of Social Responsibility in Annual Performance Reports of Universitie.	Investigar como as universidades públicas lituanas implementam o conceito de responsabilidade social e divulgam informações sustentáveis em seus relatórios de desempenho anuais.	12 Universidades Públicas Lituanas.	Análise de conteúdo de relatórios de desempenho anuais. Três áreas foram escolhidas de acordo com GRI G4: desempenho ambiental, desempenho econômico e desempenho social. Além disso, foi incluída dimensão educacional.	Os relatórios publicados nas universidades estão focados nas áreas que lhe parecem essenciais. Há uma falta de relatórios uniformes e, portanto, as divulgações de diferentes universidades não são comparáveis. Além disso, nem todas as áreas são refletidas nos relatórios. Áreas econômicas e sociais são discutidas, enquanto a ambiental e a educacional, não, em algumas universidades.
Jiménez <i>et al.</i> (2016)	Propuesta de indicadores de la Responsabilidad Social Universitaria conforme a la Guía G4 del GRI: el caso de la Universidadde Córdoba.	Desenvolver uma proposta de indicadores de acordo com a versão RSU recém-listadas e o Guia para a elaboração de relatórios de sustentabilidade da GRI.	Universidade de Córdoba, Espanha.	Análise de conteúdo.	Obteve-se a informação de que os aspectos da RSU na Universidade de Córdoba têm uma maior atenção aos indicadores ambientais e econômicos e em menor proporção aos indicadores sociais no que diz respeito ao total de indicadores propostos pela GRI em cada escopo.

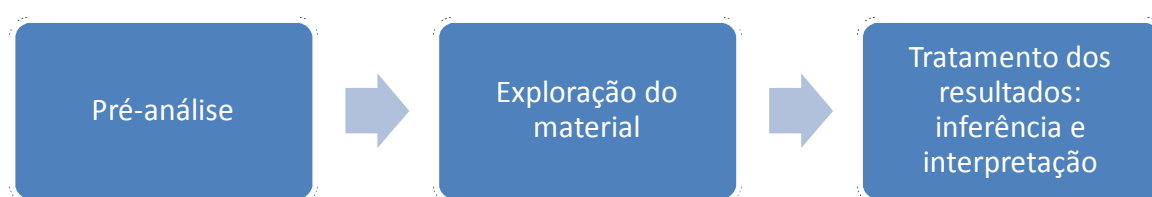
Fonte – Elaboração própria (2017)

Este quadro fornece uma visão abrangente para embasamento de três questões centrais para esse estudo: amostra, metodologia e resultados dos estudos. Quanto à amostra, que se concentrou em instituições de ensino, verifica-se que a grande maioria investiga como as IES implementam o conceito de responsabilidade social e divulgam informações sustentáveis em seus relatórios de desempenho anuais, traçando um paralelo com o relatório GRI. No que tange à metodologia, verifica-se a predominância da análise de conteúdo dos relatórios anuais.

Quanto aos resultados dos estudos, observa-se que os relatórios de sustentabilidade nas IES e instituições sem fins lucrativos em geral ainda se encontram nos estágios iniciais e o modelo GRI apesar de adequado para divulgação das práticas de RSC e sustentabilidade, ainda precisa de adequações (Lozano, 2011; Pasinato & Brião 2014; Quezada 2014; Pontes *et al.* 2015). Outros estudos apontaram que os relatórios publicados não são uniformes, encontrando-se focados em áreas que melhor se adéquam (Dagilien & Mykolaitien, 2015; Jiménez *et al.*, 2016). E, um estudo somente apontou para validade integral dos indicadores propostos (Chicharro *et al.*, 2015).

Seguidamente, a análise do conteúdo dessa investigação foi direcionada para levantamento das ações e dos indicadores de responsabilidade social e sustentabilidade, ambos publicados pelo IFTM aos seus *stakeholders*. Conforme a figura 6, as fases da análise de conteúdo organizaram-se em três:

Figura 6 - Fases da análise de conteúdo



Fonte: Adaptado de Bardin (2004).

A pré-análise, primeira fase, é a da organização e da sistematização. Segundo Bardin (2004), envolve um primeiro contato com os documentos que serão submetidos à análise e à preparação formal do material. Nesta investigação a pré-análise se concentrou na caracterização da instituição e dos documentos publicados: os Relatórios de Gestão e Informativos “IFTM em ação”.

Quanto à exploração do material, foi realizada uma categorização temática dos dados publicados, como forma de passar os dados brutos para dados organizados e de reunir o maior número de informações para esquematização relacionadas à identificação:

- Dos *stakeholders* da instituição;
- Das informações, indicadores e ações de responsabilidade social e sustentabilidade;
- Da correlação das análises aos conteúdos padrão GRI-G4.

Todo este levantamento foi consolidado tabelas do Word e em planilhas de Excel.

Por fim, a terceira fase da análise de conteúdo, que é o tratamento dos resultados, inferência e interpretação, baseou-se nos conteúdos manifestos e nos resultados identificados, tornando-os significativos e interligados aos marcos teóricos da investigação.

A caracterização da instituição deste estudo de caso, assim como caracterização dos documentos publicados, análise e discussão dos resultados encontram-se relacionados no próximo tópico desta investigação, como forma de se conhecer o contexto organizacional.

2.2. CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE DE ESTUDO

2.2.1. Caracterização da Instituição

O Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM) define-se primordialmente como uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e *multicampi* e seu papel social é vinculado à oferta do ato educativo que elege como princípio a primazia do bem social (Institucional IFTM, 2016).

Teve sua criação mediante integração dos antigos Centros Federais de Educação Tecnológica, Escolas Técnicas e Agrotécnicas. E, surgiu para atender o mercado de trabalho brasileiro, em consonância com as tendências dos processos de globalização da economia. Por isso, tem exigido iniciativas no sentido de adequação de elementos como a infraestrutura adequada, a mão de obra qualificada, subsídios financeiros, estímulos fiscais, dentre outros (IFTM, 2015).

A estrutura organizacional do IFTM é composta pelos Campi Ituiutaba, Paracatu, Patos de Minas, Patrocínio, Uberaba, Uberlândia, Uberlândia Centro, os Campi Avançados Uberaba Parque Tecnológico e Campina Verde e também pela Reitoria, conforme estruturação na figura 7.

Figura 7– Estrutura Organizacional do IFTM



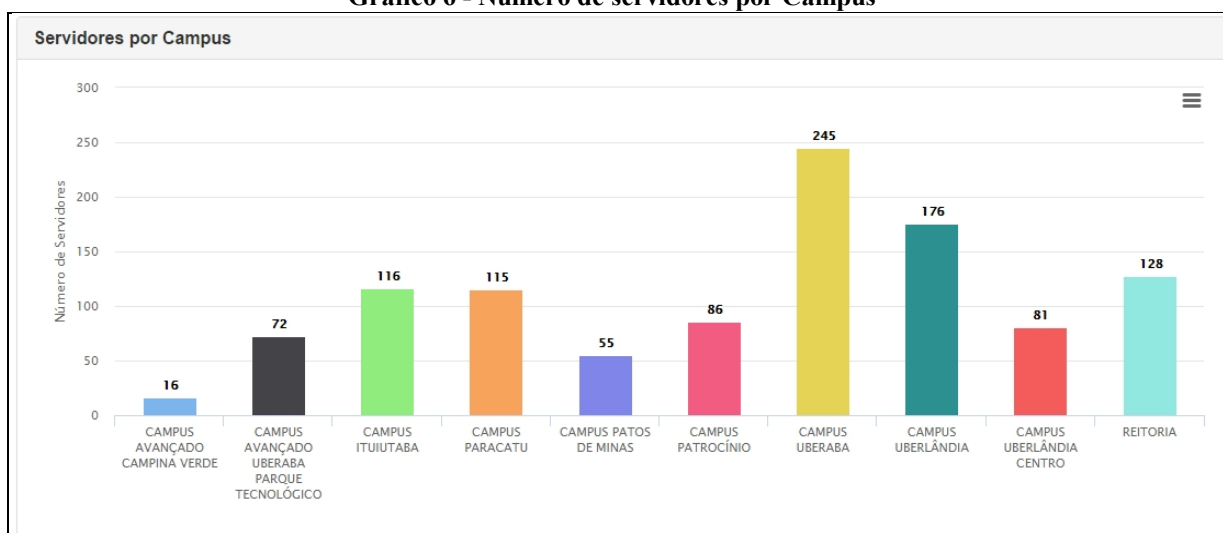
Fonte: Elaboração própria (2017).

A Reitoria, localizada na cidade de Uberaba, é responsável pela garantia da unidade institucional e pela gestão de recursos e planejamento, além de estar à frente de todos os interesses educacionais, econômicos e culturais da instituição. Sua estrutura administrativa é formada pela assessoria de gabinete e possui como órgãos de suporte à tomada de decisões as Pró-Reitorias de Administração, de Desenvolvimento Institucional, de Ensino, de Extensão e de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação (Institucional IFTM, 2016).

A missão do IFTM traduz sua relevância para a sociedade ao ofertar educação profissional e tecnológica por meio do ensino, pesquisa e extensão, promovendo o desenvolvimento na perspectiva de uma sociedade inclusiva e democrática. Além disso, tem como vertente uma natureza autárquica, detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. E, assim como os demais IFECT's, disponibiliza a oferta da educação nos diversos níveis de ensino e modalidade de cursos, permitindo o ingresso do estudante desde o ensino médio até o nível superior e de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu* (IFTM, 2016).

De acordo com o gráfico 6, constante no painel de indicadores do IFTM, é possível identificar a distribuição da força de trabalho com a análise do quantitativo de servidores em cada um dos Campi de lotação.

Gráfico 6 - Número de servidores por Campus

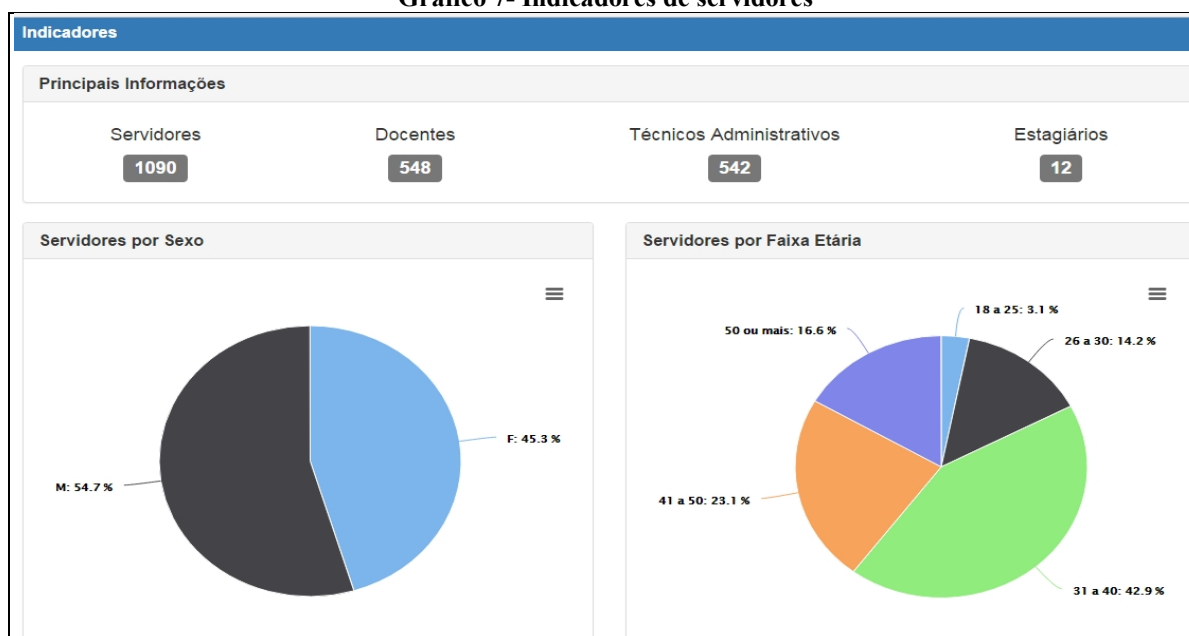


Fonte – Indicadores/IFTM (2017).

Dos 1090 servidores do IFTM, 22% se concentram no Campus Uberaba e 16% no Campus Uberlândia, englobando 38% do total. Esta concentração se deve também ao fato da criação da instituição ter sido originária através da união do Centro de Educação Tecnológica de Uberaba e Escola Agrotécnica Federal de Uberlândia.

Através da análise dos indicadores no gráfico abaixo, é possível identificar ainda que 50,2 % do total de servidores compõem o quadro da carreira de docente e 49,8 %, o quadro de técnico administrativo. Também se detecta que 54,7% dos servidores são do sexo masculino e 42,9% da faixa etária da força de trabalho se concentra entre 31 a 40 anos de idade.

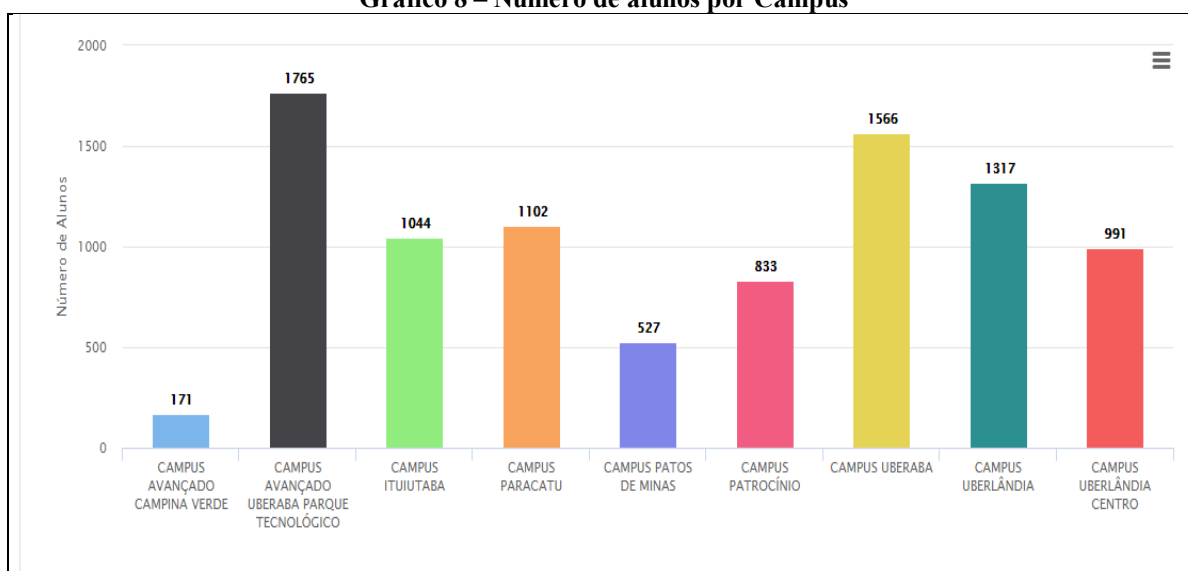
Gráfico 7- Indicadores de servidores



Fonte – Indicadores/IFTM (2017).

O próximo gráfico aponta o total de 9.316 alunos atualmente na instituição, assim como sua distribuição pelos Campi: 2% se concentram no Campus Avançado Campina Verde, 19% no Avançado Uberaba Parque Tecnológico, 11% em Ituiutaba, 12% em Paracatu, 6% em Patos de Minas, 9% em Patrocínio, 17% em Uberaba, 14% em Uberlândia e 10% em Uberlândia Centro. O maior percentual no Campus Avançado Uberaba Parque Tecnológico é atrelado ao fato de uma ampla oferta de cursos de Educação à Distância.

Gráfico 8 – Número de alunos por Campus



Fonte – Indicadores/IFTM (2017).

No que tange a toda esta composição supracitada de servidores e alunos do IFTM, é imprescindível ressaltar que a mesma utiliza importantes meios para o incentivo à participação, dentre as quais se destacam:

Quadro 11 – Instrumentos de incentivo à participação no IFTM

Instrumentos	Definição
Ouvidoria	Atua na valorização de seus públicos de interesse, incentivando a participação de todos aqueles que compõem a rede de relacionamentos do IFTM.
Comissão Própria de Avaliação (CPA)	Qualifica-se como construção coletiva de conhecimentos geradores de reflexões indutoras da melhoria da qualidade das atividades pedagógicas, científicas, administrativas e de relações sociais estabelecidas no interior da instituição e suas vinculações com a sociedade.
Colégio de Dirigente	De caráter consultivo, é o órgão de apoio ao processo decisório da Reitoria.
Conselho Superior	De caráter consultivo e deliberativo é o órgão máximo do IFTM.

Fonte – Adaptado IFTM (2015).

Estes meios de incentivo à participação se diferem em sua composição e finalidade, mas convergem para integração da instituição com seus *stakeholders*, como forma de atender todas as possíveis partes interessadas. Esta integração é importante, pois de acordo com Greiling *et al.* (2015), no setor público encontra-se necessidades bastante diversificadas com relação à disponibilização de informações à grupos ou partes interessadas.

2.2.2. Caracterização dos documentos publicados

Apresenta-se uma breve descrição dos documentos analisados nesta investigação, que são os Relatórios de Gestão, de divulgação obrigatória, e “IFTM em Ação”, de divulgação voluntária, como forma de identificar como os indicadores e as ações de responsabilidade social são publicados pela instituição para as partes envolvidas. A diferença entre divulgação obrigatória e voluntária foram bem definidas por Ronen & Yaari (2002): a primeira se concentra nas informações exigidas por lei ou regulamentos; e, a segunda, nas informações apresentadas espontaneamente pela empresa.

2.2.2.1. Relatório de Gestão

Os relatórios e informações suplementares publicados pelo IFTM em seu Relatório de Gestão Anual seguem a determinações das Decisões Normativas do Tribunal de Contas da União, observando a Instrução Normativa nº 63/2010. Este relatório no IFTM unifica as informações de todos os Campi e Reitoria e tem caráter obrigatório. Para Barros (2011) os relatórios são amplamente empregados como fonte de informação dos estudos, muito atrelado à obrigatoriedade de sua elaboração, disponibilização e fácil acesso. Unerman (2000) ainda atrela esta ampla utilização à grande credibilidade e influência sobre os *stakeholders*.

Os conteúdos de cada seção do Relatório de Gestão foram identificados por níveis de detalhamento disponibilizados no Anexo II da Portaria TCU nº 321/2015. Todavia detecta-se que há muitas informações constantes neste anexo que não são apresentadas no Relatório de Gestão IFTM por não haver conteúdo a ser declarado e/ou não se aplicar à natureza da instituição. No quadro 12, encontram-se discriminadas as seções e subseções publicadas pelo IFTM, conforme disponibilização e orientação da Portaria supracitada, de acordo natureza de suas atividades:

Quadro 12 - Estrutura de conteúdos dos Relatórios de Gestão aplicáveis à natureza IFTM

SEÇÕES/ITENS DE CONTEÚDO
ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS
Capa; Folha de Rosto; Lista de siglas e abreviações; Lista de tabelas, quadros, gráficos e figuras; Lista de anexos e apêndices; sumário.
APRESENTAÇÃO
VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS
Identificação da unidade; Finalidade e competências; Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento do órgão; Breve histórico do órgão; Ambiente de atuação; Organograma; Macroprocessos finalísticos; Composição acionária do capital social; Participação em outras sociedades; Principais eventos societários.
PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL
Planejamento organizacional
Informações sobre o programa de trabalho e as estratégias de execução
Descrição sintética dos objetivos do exercício
Estágio de implementação do planejamento estratégico
Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais
Desdobramento do plano estratégico
Formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados
Desempenho orçamentário
Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual
Fatores intervenientes no desempenho orçamentário
Demonstrativo da execução das despesas
Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento
Restos a pagar de exercícios anteriores
Execução descentralizada com transferência de recursos
Situação das obras realizadas
Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas
Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento
Informações sobre a realização das receitas
Informações sobre a execução das despesas
Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento
Apresentação e análise de indicadores de desempenho
Indicadores específicos
Informações e indicadores sobre o desempenho operacional
Apresentação e análise dos indicadores de desempenho
Análise consolidada dos resultados dos indicadores de desempenho da rede de instituições federais de ensino tecnológico
GOVERNANÇA
Descrição das estruturas de governança
Informações sobre os dirigentes e colegiados
Papéis e funcionamento dos colegiados
Política de designação de representantes nas assembleias e nos colegiados de controladas, coligadas e sociedades
Informações sobre a comissão de avaliação do contrato de gestão
Modelo de governança da entidade
Atuação da unidade de auditoria interna
Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos
RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

Canais de acesso do cidadão
Carta de Serviços ao Cidadão
Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários
Mecanismos de transparência das informações relevantes
Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações
DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
Desempenho financeiro do exercício
Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos
Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade
Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64
Notas Explicativas de conciliações dos regimes contábeis adotados (Lei 4.320/1964 e 6.404/1976)
Demonstrações contábeis e notas explicativas de acordo com legislação
ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO
Gestão de pessoas
Estrutura de pessoal da unidade
Informações específicas sobre a estrutura de pessoal
Demonstrativo das despesas com pessoal
Informações dos controles para mitigar riscos relacionados ao pessoal
Controles das concessões de bolsas dos programas de estudantes
Contratação de pessoal de apoio e de estagiários
Contratação de mão de obra temporária
Gestão do patrimônio e da infraestrutura
Gestão da frota de veículos própria e terceirizada
Política de destinação de os veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições
Gestão do patrimônio imobiliário da União
Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos públicos ou privados
Demonstração da situação dos imóveis da União
Informações sobre os imóveis locados de terceiros
Informações sobre as principais obras e serviços de engenharia
Informações sobre a infraestrutura física
Gestão da tecnologia da informação
Principais sistemas de informações
Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação
Ações relacionadas à recuperação e à modernização dos sistemas
Gestão ambiental e sustentabilidade
Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras
CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE
Tratamento de determinações e recomendações do TCU
Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno
Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento
OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES
ANEXOS E APÊNDICES
Relatório e/ou parecer da unidade de auditoria interna
Parecer de colegiado
Relatório de instância ou área de correição
Relatório resumido do comitê de auditoria
Declarações de integridade

Integridade e completude das informações dos contratos e convênios nos sistemas estruturantes da Administração Pública Federal
Integridade e completude dos registros de informações no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões
Integridade e completude do atendimento dos requisitos da Lei 8.730/1993 quando à entrega das declarações de bens e rendas

Fonte: Adaptado TCU (2015).

Estas seções têm por objetivo apresentar os principais resultados de gestão do IFTM para áreas de execução orçamentária, financeira, administrativa e acadêmica. O foco da análise desse documento para a investigação é a identificação dos principais indicadores e informações publicados entre os anos de 2013 a 2016, para assim relacioná-los aos parâmetros de responsabilidade social. Estes dados que são levantados nos seguintes campos:

- Econômicos: através da análise do balanço patrimonial e do desempenho financeiro da instituição;
- Sociais: através da discriminação dos indicadores de desempenho acadêmicos, socioeconômicos, administrativo e gestão de pessoas, conforme quadro 13;

Quadro 13 – Indicadores de desempenho dos Institutos Federais

Indicadores/IF	Sigla
1 – Relação candidato/vaga (índice de efetividade)	RCV
2 – Relação ingressos/alunos	IA
3 – Relação concluintes/alunos	RCA
4 – Índice de eficiência acadêmica – concluintes	IEAC
5 – Índice de retenção do fluxo escolar	RFE
6 – Relação alunos/docente em tempo integral	ADTI
7 – Índice de titulação do corpo docente	ITCD
8 – Gastos corrente por aluno	GCA
9 – Percentual de gastos com pessoal	GP
10 – Percentual de gastos com outros custeios	GOC
11 – Percentual de gastos com investimentos	GI
12 – Perfil socioeconômico da clientela	PSC

Fonte – Acórdão 2.267 TCU (2005).

- Ambientais: através de ações relacionadas no tópico “Gestão ambiental e sustentabilidade” e “Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras”.

2.2.2.2. Relatório “IFTM em Ação”

O “IFTM em Ação” é um relatório periódico eletrônico publicado pela instituição de forma voluntária, ou seja, um informativo de seus resultados, ações, projetos e programas. A perspectiva da publicação voluntária vai além do cumprimento legal (Barros, 2011), uma vez que “remete a itens que são divulgados de forma optativa pela empresa, portanto, estão acima do nível de divulgação regulamentada por alguma entidade governamental” (Rufino & Machado, 2015, p. 381).

Este relatório, de caráter voluntário, tem ainda o intuito de informar à sociedade o funcionamento tático, estratégico e operacional de suas atividades e se caracteriza como um veículo de comunicação e informação de grande relevância e tem como propósito também de demonstrar as ações realizadas pelas Pró-Reitorias de Administração, Desenvolvimento Institucional, Ensino, Pesquisa e Inovação e Extensão dentro do âmbito do IFTM (Informativo IFTM, 2017). Por isso, traz como reflexo a satisfação dos *stakeholders*, visto que têm, de acordo com Rufino & Machado (2015), a tendência a se identificarem com as organizações ao captarem que os respectivos valores combinam com os das corporações.

A Diretoria de Comunicação Social e Eventos do IFTM é uma unidade administrativa subordinada ao Reitor, como órgão de assessoramento e assistência. E, de acordo com a Resolução nº 11, de 27 de março de 2017, art. 1º, inciso III, uma de suas finalidades se concentra em “divulgar as ações de comunicação do IFTM, em articulação com os diversos públicos”.

Para essa investigação, a análise das edições tem como objetivo levantar projetos, programa e ações de responsabilidade social e sustentabilidade entre os anos de 2013 (marco inicial das publicações do periódico “IFTM em ação”) a 2016. Este levantamento compreende a verificação das seguintes edições publicadas no site da instituição:

Quadro 14– Resumo dos relatórios “IFTM em ação”

Ano	Edições	Quantitativo de edições
2013	Nº 1 a 6	6
2014	Nº 7 a 17	10
2015	Nº 18 a 21	4
2016	Nº 22 a 25	4

Fonte – Elaboração própria (2017).

As edições discriminadas no quadro 14 foram analisadas sob o foco de publicações concernentes à responsabilidade social e sustentabilidade. Há informativos de ações voltadas

para projetos de extensão, desenvolvimento de integração IFTM e sociedade através da educação ambiental, projetos sociais, projeto para formação de hábitos alimentares na sociedade, programa de coleta seletiva, desenvolvimento de compostagem orgânica, dentre outros.

Todas as ações e projetos supracitados e publicados no “IFTM em ação” foram discriminados na análise e discussão dos resultados como forma de mensurar a abrangência destas atividades para a sociedade. Este levantamento é fundamental para a pesquisa, pois tem a finalidade de explorar as ações sociais do IFTM em relação a seus *stakeholders*.

2.3. ANÁLISE DESCRITIVA DAS PRÁTICAS DE DIVULGAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste tópico se concentra na análise da instituição, após diagnóstico dos relatórios e dos documentos publicados, na qual os dados coletados são organizados, categorizados, analisados e discutidos. Tem assim o propósito de cumprir com os objetivos estabelecidos e consequentemente responder às questões da investigação

Há uma análise preliminar da organização e posterior perfil do Relatório de Gestão entre os anos de 2013 a 2016, com o levantamento das principais informações no que cerne à responsabilidade social e sustentabilidade, além das ações correlacionadas à temática em estudo, publicadas no “IFTM em Ação”.

Após este levantamento procede a realização de análise comparativa das informações publicadas pelo IFTM com os conteúdos do relatório de sustentabilidade padrão GRI-G4, tendo como apoio o percentual de variáveis divulgadas e da qualidade detectada no *checklist* (Anexo I).

2.3.1. Análise preliminar

A primeira etapa da análise dos resultados teve início com a coleta dos Relatórios de Gestão Anuais, publicações obrigatórias, dentre os anos de 2013 a 2016, por intermédio de consultas ao *website* do IFTM, que é o objeto desse estudo de caso. Logo após a coleta nos relatórios, notou-se a carência de dados e subsequente necessidade de uma complementação com informações mais específicas. Por isso, foi realizada uma busca no mesmo *website* para obtenção de informações da instituição no que tange às suas ações de responsabilidade social

e sustentabilidade, na qual houve consulta aos relatórios “IFTM em Ação”, de caráter voluntário, onde estas ações são divulgadas, entre os anos de 2013 a 2016.

Durante a coleta percebeu-se que há muitas práticas ambientais publicadas nos relatórios do IFTM e estas foram relacionadas, todavia não há publicação destas quantificadas sob padrão de indicadores, razão pela qual a análise de indicadores se concentrou somente nos aspectos econômicos e sociais. Outro fator detectado foi que nem todas as ações e projetos sociais abrangem todos os Campi do IFTM, pois foram direcionados a implementação em apenas alguns Campi. Mesmo assim, foram apontadas por fazerem parte de ações tangentes à instituição rumo a práticas que retratam sua função social e práticas sustentáveis.

2.3.2. Categorização: informações econômicas, sociais e ambientais

2.3.2.1. Informações econômicas

Os relatórios de prestação de contas publicados pelo IFTM em seu *website*, entre os anos de 2013 a 2016, discriminam o balanço patrimonial desta instituição pública de ensino sem fins lucrativos. Assim, é importante esboçar uma breve análise do balanço patrimonial, para se ter uma visão de que a evolução das contas do IFTM acompanhou a história da sua expansão e de seus investimentos, conforme tabela 3.

Tabela 3 – Balanço Patrimonial do Ativo de 2013 a 2016

	2013	%	2014	%	2015	%	2016	%
Ativo Circulante	15.819.615,09	36	21.432.482,10	11	6.247.233,65	3	6.693.401,17	4
Ativo Não Circulante	17.836.077,92	41	173.143.454,17	89	178.226.133,62	97	181.873.923,04	96
Ativo Compensado	10.170.250,13	23	-		-		-	
Ativo/ Passivo Total	43.825.943,14	100	194.575.936,27	100	184.473.367,27	100	188.567.324,21	100
Passivo Circulante	14.534.152,05	33	4.693.462,23	3	4.644.628,15	3	2.331.513,94	2
Passivo Não Circulante	-13.682.716,80	-31	-		-		-	
Passivo Compensado	10.170.250,13	23	-		-		-	
Patrimônio Líquido	32.804.257,76	75	189.882.474,04	97	179.828.739,12	97	186.235.810,27	98

Fonte – Elaboração própria (2017).

Comparado ao ativo total do IFTM em cada ano, observa-se um decréscimo gradativo dos investimentos de curto prazo, os quais passaram de 36% em 2013, para 11% em 2014, 3% em 2015 e 4% em 2016. Já nas aplicações de longo prazo, ocorreu uma situação inversa. Isso evidencia a necessidade do IFTM por ativos de longo prazo (imobilizações) ao invés dos de curto prazo (liquidez). Constata-se também uma maior participação de recursos permanentes no passivo, como forma de financiar as aplicações mais elevadas nos ativos de longo prazo.

Por ser uma instituição pública com recursos advindos exclusivamente do poder público, as contas no IFTM são apuradas sob o demonstrativo de variações patrimoniais, ou seja, no lugar de lucro ou prejuízo há a análise do superávit ou déficit para o exercício subsequente.

Tabela 4 – Resultado Patrimonial do IFTM de 2013 a 2016

Resultado	2013	2014	2015	2016
Superávit	30.261.806,91	33.373.736,08	1.370.371,42	11.766.371,97

Fonte – Elaboração própria (2017).

A redução significativa do resultado patrimonial de 2014 para 2015 deve-se ao grande aumento das variações passivas, e em especial a de pessoal e encargos, investimentos e transferências concedidas. Já nas tabelas 5, 6 e 7, é possível se ter a dimensão de importantes indicadores: autonomia financeira, rentabilidade operacional ativo e liquidez geral. São índices que permitem conhecer o cenário do IFTM no quesito de avaliação da capacidade de pagamento frente às obrigações ao longo dos anos analisados por esta investigação.

Tabela 5 – Autonomia Financeira do IFTM de 2013 a 2016

Grupo	Indicador	Fórmula	2013	2014	2015	2016
Rácio de endividamento	Autonomia Financeira	Capital Próprio/Ativo*100	75%	98%	97%	99%

Fonte – Elaboração própria (2017).

Quanto à autonomia financeira, constata-se que o IFTM tem baixíssimo risco para investimentos a médio e longo prazo, por compreender percentuais de 2013 a 2016 muito acima de 50%. Isso permite detectar que quase sua totalidade de ativos é financiada por seu capital próprio.

Tabela 6 – Rendibilidade Operacional do IFTM de 2013 a 2016

Grupo	Indicador	Fórmula	2013	2014	2015	2016
Rácio de rendibilidade	Rendibilidade Operacional Ativo	Resultado Operacional/Ativo*100	69%	17%	1%	6%

Fonte – Elaboração própria (2017).

A rendibilidade operacional do ativo diminuiu acentuadamente do ano de 2013 a 2015, o que demonstra um aumento considerável dos gastos da instituição neste período de referência.

Tabela 7 – Liquidez Geral do IFTM de 2013 a 2016

Grupo	Indicador	Fórmula	2013	2014	2015	2016
Rácio de liquidez	Liquidez Geral	Ativo Corrente/Passivo Corrente	1,09	4,57	1,35	2,87

Fonte – Elaboração própria (2017).

Quanto à liquidez geral, houve um crescimento de 163,3% entre os anos de 2013 a 2016, apresentando um pico no ano em 2014. Este indicador demonstra uma significativa capacidade de solver os compromissos de curto prazo, pois o passivo corrente consegue ser liquidado com os meios financeiros líquidos e créditos de curto prazo.

A interpretação das variações dos índices supracitados consiste em uma ferramenta de gestão para o IFTM, visto que se consegue ter uma visão macro de seu desempenho econômico. Isso vai ao encontro com Carreira & Palma (2012), que defendem a utilização dos indicadores como fundamental para dar conhecimento aos *stakeholders* e ao mesmo tempo ser uma estratégia para uma gestão eficaz.

2.3.2.2. Informações Sociais

2.3.2.2.1. Indicadores socioeconômicos

Estes indicadores consideram os alunos matriculados nos cursos regulares da instituição, após levantamento do perfil socioeconômico, a fim identificar o enquadramento da faixa de renda familiar per capita.

Tabela 8 – Indicadores Socioeconômicos do IFTM

Indicadores		Fórmula de cálculo	Exercícios			
			2013	2014	2015	2016
Socioeconômico	Número de Alunos Matriculados por Renda per Capita Familiar Legenda: RFPC = Renda Familiar Per Capta SM = Salário Mínimo	RFPC < 0,5 SM	1397	6,7%	7,95%	8,39%
		0,5 <= RFPC < 1,0 SM		14,6%	23,00%	24,42%
		1,0 <= RFPC < 1,5 SM		32,0%	29,97%	30,38%
		1,5 <= RFPC < 2,5 SM		23,7%	16,53%	17,08%
		1,5 <= RFPC < 2,5 SM		7,0%	10,34%	7,61%
		3,0 <= RFPC		15,9%	12,22%	12,11%

Fonte: IFTM (2016, p. 122).

Detecta-se que o maior agrupamento de alunos no IFTM concentra-se na faixa de renda familiar per capita entre 1 a 1,5 salário mínimo. Outro fator preponderante, é que o número de alunos das menores faixas de renda familiar per capita (menor que 0,5 salário mínimo a 1,0 salário mínimo) aumentou entre os anos de 2014 a 2016, reduzindo o percentual dos alunos das maiores faixas de renda familiar per capita.

Este fator externa a preocupação social da instituição com a inclusão de alunos de baixa renda. Barros (2015) considera que a taxa de matrícula é o principal indicador de inclusão de uma instituição de Ensino Superior.

2.3.2.2.2. Indicadores acadêmicos

Os indicadores acadêmicos buscam demonstrar a eficiência e eficácia das ações do IFTM com relação aos registros acadêmicos dos alunos e os custos de sua formação, ou seja, quantificam todo o acompanhamento do principal “cliente” da instituição: os discentes.

Tabela 9 – Indicadores Acadêmicos do IFTM

Indicadores		Fórmula de cálculo	Exercícios			
			2013	2014	2015	2016
Acadêmicos	Relação Candidato / Vaga	(Inscritos/Vagas Ofertadas)*100	2,85	6,02	8,22	5,21
	Relação Ingressos / Aluno	(Ingressantes/Matrículas Atendidas) *100	27,70%	36,16%	30,09%	33,96%
	Relação Concluintes / Aluno	(Concluídos/Matrículas Atendidas)*100	10,63%	9,60%	10,17%	9,73%
	Índice de Eficiência Acadêmica - Concluintes	(Concluídos/Matrículas Finalizadas)*100	30,97%	38,06%	37,19%	38,56%
	Índice de Retenção do Fluxo Escolar	(Retidos/Matrículas Atendidas)*100	40,54%	23,96%	29,16%	30,29%
	Relação de Alunos / Docente em Tempo Integral	(Matrículas Atendidas / ((20h*0,5)+40h+DE)*100	38,00	14,38	16,13	16,41

Fonte: IFTM (2016, p. 121).

Observa-se uma ampliação de 82,81% na quantidade candidato/ vagas de 2013 a 2016 e 6,26 pontos percentuais na relação ingressos/alunos, o que demonstra o interesse crescente da comunidade em ingressar no IFTM. De acordo com Ferreira & Santos (2014), isso caminha junto às políticas públicas adotadas no país, que foram evoluindo para construção de uma educação inclusiva, cidadã e de qualidade.

A relação de concluinte/alunos manteve um mesmo alinhamento ao longo dos anos desta análise, com irrisório percentual de diferença. Já o índice de eficiência acadêmica de concluintes, que é a relação entre os alunos que concluíram seus cursos com êxito e todos os finalizados, teve um aumento em 2016 de 7,59 pontos percentuais quando comparado a 2013, o que representa uma associação da instituição em prol de um trabalho focado na qualidade.

Quanto ao índice de retenção do fluxo escolar, nota-se um recuo de 10,25 pontos percentuais, o que representa um avanço para instituição, que adotou processos pedagógicos para o desenvolvimento dos discentes. O último indicador acadêmico, relação aluno por professor, se traduz na realidade do esforço docente e sua relação de atendimento ao quantitativo de alunos. Neste indicador percebe-se uma redução em 2016 de 56,82% se comparado a 2013, que ocorreu devido à mudança na fórmula de cálculo, encontrando-se abaixo do valor de referência padrão que é de 20 alunos por professor.

2.3.2.2.3. Indicadores administrativos

Os indicadores administrativos buscam demonstrar a eficiência e eficácia das ações da instituição com relação à sua gestão, ou seja, mensuram os principais gastos administrativos para análise. É um indicador importante que vai ao encontro de Jorge & Peña (2015), que defendem a divulgação de informações pelas instituições de ensino que acrescentem valor para melhora da excelência das mesmas.

Tabela 10 – Indicadores Administrativos do IFTM

Indicadores		Fórmula de cálculo	Exercícios			
			2013	2014	2015	2016
Administrativo	Gastos Correntes por Aluno	(Gastos Totais/ Matrículas Atendidas)	7.404,19	16.967,69	19.042,92	20.382,02
	Percentual de Gastos Pessoal	(Gastos com Pessoal * 100)/ Gastos Totais	68,23%	72,57%	77,09%	76,31%
	Percentual de Gastos com outros Custeios	(Gastos com Outros Custeios * 100) / Gastos Totais	16,93%	16,36%	14,83%	17,42%

Percentual de Gastos com Investimentos	((Gastos com Investimentos + Gastos com Inversões Financeiras) * 100) / Gastos Totais	10,11%	6,47%	3,87%	4,38%
----------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------	--------	-------	-------	-------

Fonte: IFTM (2016, p. 121).

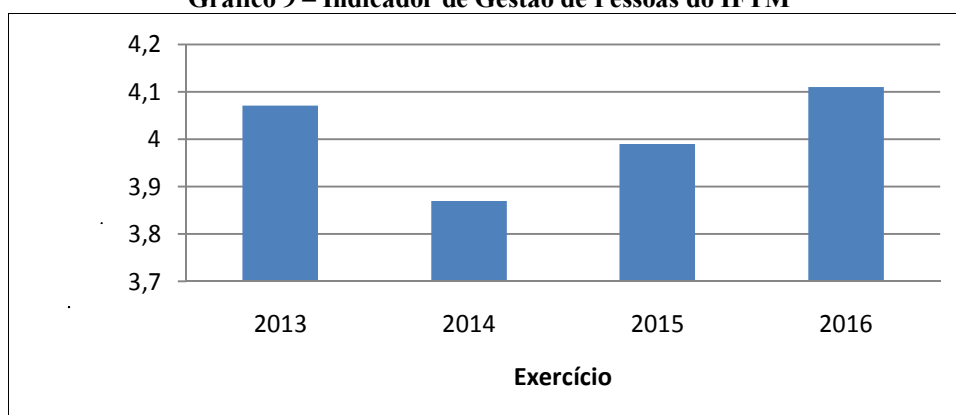
O indicador de gasto corrente por aluno tem como propósito demonstrar que o crescimento da estrutura e do volume da força de trabalho do IFTM foi acompanhado pelo volume da população atendida. Em 2016 o valor foi de R\$ 20.382,02, 7,03 % maior se comparado a 2015, pouco abaixo do índice de inflação anual que esteve próximo a 6,29%.

O indicador de gastos com pessoal e o de gastos com outros custeios mensuram gastos consideráveis da instituição, com grande margem percentual. Observa-se com isso um índice crescente ao longo do período analisado, devido à expansão da instituição e consequente ingresso de pessoal. Todavia o percentual de gastos com investimentos apresentou um comportamento inverso, com uma queda 56,76% em 2016 se comparado a 2013, visto que o maior investimento para expansão da instituição, em obras e equipamentos, ocorreu nos anos anteriores a 2014.

2.3.2.2.4. Indicadores de gestão de pessoas

Os indicadores de Gestão de Pessoas e de Educação Continuada demonstram o papel social do IFTM ao valorizar os servidores do seu quadro, uma vez que tem o intuito de promover a capacitação como requisito de desenvolvimento integral e adequação do perfil profissional às necessidades das atribuições do cargo ocupado, além da prestação de serviços de excelência à comunidade.

Gráfico 9 – Indicador de Gestão de Pessoas do IFTM

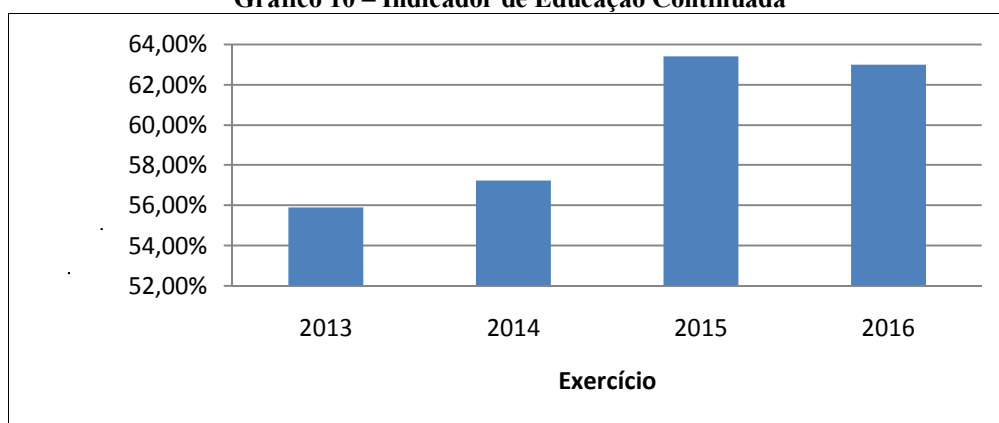


Fonte: Adaptado IFTM (2016, p. 121).

O indicador de Gestão de Pessoas é um índice que mensura os títulos que detém o quadro do corpo docente da instituição. Teve um decréscimo de 4,91% entre o ano de 2013 a 2014, mas em 2016 recuperou a defasagem deste índice com um aumento de 1,0% comparado a 2013.

O indicador constante no próximo gráfico, Educação Continuada, apresentou um crescimento de 12,70% entre os anos de 2013 a 2016, o que demonstra o investimento da instituição no desenvolvimento dos seus recursos humanos para as atribuições do cargo. Jorge & Peña (2015) demonstram a importância da responsabilidade social em atender as expectativas dos envolvidos em suas funções.

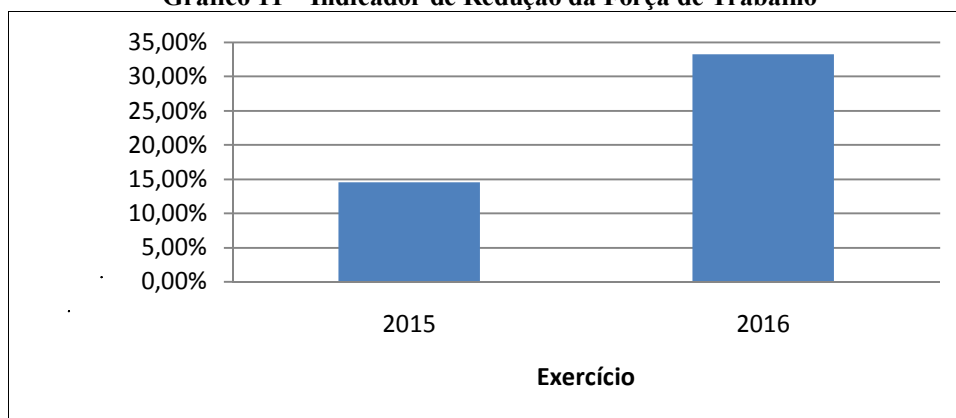
Gráfico 10 – Indicador de Educação Continuada



Fonte: Adaptado IFTM (2016, p. 184).

Outro indicador de Gestão de Pessoas é o de Redução da Força de Trabalho. Este é responsável por acompanhar a incidência de afastamentos legais que interferem e reduzem a força de trabalho disponível na instituição.

Gráfico 11 – Indicador de Redução da Força de Trabalho



Fonte: Adaptado IFTM (2016, p. 186).

Não houve mensuração integral de todas as incidências nos anos de 2013 e 2014 e por isso não é possível comparar com os anos de 2015 e 2016. Subsequentemente percebe-se um aumento de 128, 87% do ano de 2015 a 2016, gerando um impacto considerável na redução da força de trabalho da instituição.

2.3.2.2.5. Acessibilidade

O IFTM adotou as seguintes medidas com relação à acessibilidade, que se iniciaram somente no ano de 2014:

- Instalações sanitárias para Portador de Necessidade Especial;
- Vagas de estacionamento;
- Rampas, corrimão e guarda-corpo;
- Bebedouros adaptados;
- Plataforma elevatória;
- Corredores e portas com dimensões acessíveis para Portador de Necessidade Especial;
- Sinalização;
- Piso tátil;
- Rotas de fuga;
- Assentos em anfiteatros e auditórios acessíveis;
- Estações de trabalho com regulagem de altura;

Estas medidas supracitadas foram às mesmas entre os anos de 2014 a 2016 e não são passíveis de mensuração quantitativa devido à ausência de indicadores. Estes por sua vez seriam fundamentais para uma análise mais abrangente e minuciosa do padrão de acessibilidade do IFTM ao longo dos anos.

Contudo, a iniciativa destas medidas agregam valor às atividades da instituição, uma vez que são medidas adotadas em prol da melhoria da qualidade de vida da comunidade que envolve o IFTM. Isso vai ao encontro de Dias (2010), que defende a importância da responsabilidade social voltada para o respeito dos direitos humanos e da melhoria da qualidade de vida.

2.3.2.3. Informações Ambientais

Em 2013, percebe-se o estopim da preocupação ambiental do IFTM, através da adoção de conscientização do consumo consciente de papel, água e energia. Houve uma catalogação da quantidade consumida com relação aos três itens supracitados, todavia não passível de análise comparativa, em virtude de uma não continuidade deste levantamento nos anos subsequentes.

Nos anos de 2014, 2015 e 2016, os Relatórios de Gestão trazem apontamentos idênticos, que se referem às seguintes iniciativas:

- Participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P);
- Faz, parcialmente, a separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores;
- As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros legais;
- Adesão ao Plano de Gestão de Logística Sustentável, o qual promove a atualização do inventário de bens e materiais do órgão e identificação de similares de menor impacto ambiental para substituição; práticas de sustentabilidade e de racionalização do uso de materiais e serviços; avaliação do plano; e, ações de divulgação, conscientização e capacitação.

Todas estas iniciativas demonstram o engajamento da instituição com relação à gestão ambiental, entretanto são somente ações publicadas, ou seja, sem utilização de indicadores para mensuração. Isso impossibilita uma análise quantitativa para detectar abrangência, declínio ou avanço das ações ambientais da instituição ao longo dos anos.

O IFTM também adota critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras, na qual são realizadas práticas e diretrizes gerais para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável por meio das contratações realizadas pela administração. Nas tomadas de decisões e/ou contratações, são levados em conta as diretrizes estabelecidas na legislação vigente, a destacar:

- Ações que geram menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- Melhoria no processo de manutenção, para maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;

- Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
- E, origem ambientalmente regular dos recursos utilizados nos bens, serviços e obras.

Destaca-se ainda, que a instituição segue a legislação vigente quanto às especificações e demais exigências do projeto básico ou executivo para contratação de obras e serviços de engenharia, de modo a proporcionar a economia da manutenção e operacionalização da edificação e a redução do consumo de energia e água, utilizando de tecnologias, práticas e materiais que reduzam o impacto ambiental. Dentre as demais medidas tomadas, dão ênfase às seguintes: diminuição, em quase sua totalidade, de uso de copos descartáveis; aquisição de lixeiras próprias para coletas seletivas; uso de papéis reciclados e impressão em frente e verso, sempre que possível; e, por fim, preferência para aquisição de itens sustentáveis (classificação A no Inmetro/Selo PROCEL) e aparelhos com gás ecológico.

Observa-se com isso uma inserção e engajamento no âmbito das práticas ambientais do IFTM, no quesito das informações publicadas. Contudo, não se detecta publicações anuais e periódicas contendo as metas e os resultados medidos por meio de indicadores, razão pela qual não se tem parâmetro para verificação da abrangência e/ou encurtamento de ações voltadas para a questão ambiental. Segundo Carreira & Palma (2012), a utilização destes indicadores são fundamentais, pois além de darem conhecimento a todas as partes interessadas, são norteadoras para melhores estratégias de gestão.

2.3.3. Relatório “IFTM em Ação” sob foco da RS e Sustentabilidade

Os dados foram coletados em todas as 24 edições publicadas entre os anos de 2013 a 2016, disponíveis no *website* do IFTM. Houve edições com relatos de ações de responsabilidade social e sustentabilidade, assim como houve edições sem estes relatos e/ou com repetição dessas ações em outros Campi da abrangência institucional. A discriminação das publicações foi subdividida em: programas e projetos e ações e práticas desenvolvidas.

2.3.3.1. Programas e Projetos

Com relação aos programas e projetos publicados pelo IFTM, foram identificados quatorze relacionados à proposta desta investigação, na qual foram levantados: abrangência, foco, descrição e diagnóstico dos *stakeholders* envolvidos. Este levantamento encontra-se sumariado no quadro 15.

Quadro 15 – Programas e Projetos de RS e Sustentabilidade publicados pelo IFTM

Programa ou Projeto	Abrangência	Foco	Descrição	Stakeholders
Assistência estudantil	Todos os Campi	Responsabilidade Social	O programa de assistência estudantil do IFTM é um benefício dividido em duas categorias: - Assistência Estudantil: apoio financeiro concedido sem contrapartida para instituição com o intuito de incentivar a permanência dos estudantes na instituição; - Auxílio Estudantil: entende-se como apoio em caráter esporádico, financeiro ou não, para atenção à saúde biopsicossocial, concessão de alojamento nos Campi e participação de atividades de caráter didático-pedagógico.	Discentes Gestores MEC/SETEC
Rondon	Todos os Campi	Responsabilidade Social e Desenvolvimento Sustentável	O IFTM trabalha com ações voltadas para a participação da instituição no projeto Rondon. Este um importante projeto de integração social que envolve a participação voluntária de estudantes universitários na busca de soluções que contribuam para o desenvolvimento sustentável de comunidades carentes e o bem estar da população, em várias regiões do país. O projeto Rondon é coordenado pelo Ministério da Defesa, e conta com o apoio das Forças Armadas que dão suporte logístico e garantem a segurança para as equipes. As equipes deste projeto realizam um trabalho que proporciona o desenvolvimento da consciência social e estimula a produção coletiva de projetos voltados para melhorar a qualidade de vida das comunidades carentes atendidas.	Discentes Servidores Gestores Estado/ Município Comunidade
PRONATEC	Todos os Campi	Responsabilidade Social	Dentre vários objetivos deste programa, destaca-se a ampliação das oportunidades educacionais aos trabalhadores, por meio do incremento da formação e qualificação profissional. É oferecida uma bolsa formação que engloba as modalidades Bolsa-Formação Estudante e Bolsa-Formação Trabalhador, ambas com objetivo ampliar a oferta de Educação Profissional para estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive da educação de jovens e adultos e para trabalhadores, com vistas a contribuir para a formação de profissionais cidadãos e para o desenvolvimento do país.	Discentes Servidores Gestores Comunidade MEC/SETEC

Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas	Todos os <i>Campi</i>	Responsabilidade Social	Os Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas instituídos em cada campus do IFTM consistem em um programa permanente que tem por finalidade garantir o acesso, a permanência e o sucesso escolar do estudante com necessidades educacionais específicas. Estes núcleos promovem suporte técnico, científico, acadêmico e pedagógico necessário às atividades de ensino, pesquisa e extensão, desenvolvidas na área da educação especial e inclusiva, sob a perspectiva da cultura da diversidade humana. Também atuam na assessoria de planejamento e execução de projetos de formação continuada de professores para a Educação Especial, destinados à comunidade interna e externa do IFTM.	Discentes Servidores Gestores Conselho Comunidade MEC/SETEC
Coleta seletiva	Todos os <i>Campi</i>	Responsabilidade Social e Sustentabilidade	O programa de coleta seletiva do iniciou-se no Campus Uberaba com as atividades do Projeto de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e SOS – IFTM Recicla. O objetivo principal deste programa é de sensibilizar a comunidade acadêmica sobre as consequências da incorreta destinação dos resíduos sólidos, como contaminação do ar, do solo, das águas superficiais e subterrâneas, entre outras. A reciclagem e coleta seletiva trazem benefícios como a diminuição da quantidade de lixo a ser aterrado e geram empregos para catadores, artesãos, motoristas e separadores de matéria prima. O procedimento se deu a partir de identificação das lixeiras para cada tipo de resíduos no IFTM e após sua segregação o resíduo passou a ser encaminhado para a coleta seletiva realizada pela Cooperativa de Reciclagem de Recolhedores Autônomos de Resíduos Sólidos e Líquidos de Uberaba. Posteriormente, os demais <i>Campi</i> foram adotando esta prática.	Discentes Servidores Gestores Comunidade Fornecedores
Formação profissional e “direitos humanos e cidadania” a detentos de Penitenciária	Campus Uberaba	Responsabilidade Social	Atento a seu papel e responsabilidade social, o Campus Uberaba, por meio de curso de formação inicial e continuada de Operador de Computador do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico (Pronatec), desenvolve projetos em prol da qualificação de detentos da Penitenciária “Aluizio Ignácio de Oliveira” em Uberaba. Há também o projeto social “Direitos Humanos e Cidadania”, desenvolvido por servidores e alunos da área social, que leva alegria a familiares, na mesma penitenciária, por intermédio de várias ações solidárias na Instituição.	Discentes Servidores Gestores Comunidade

Saúde Nutricional na Escola – Avaliação e Intervenção	Campus Uberaba	Responsabilidade Social	Este projeto é uma atividade desenvolvida pelo IFTM, por meio da Pró-Reitoria de Extensão e do curso de Mestrado Profissional em Ciência e Tecnologia de Alimentos. São parceiros o Programa de Saúde na Escola, do Governo do Estado de Minas Gerais e a Prefeitura Municipal de Uberaba. O objetivo do trabalho é avaliar o estado nutricional e verificar o crescimento e as proporções corporais dos alunos da Escola Estadual Anexa à Sociedade Uberabense de Proteção e Amparo ao Menor e, então, estabelecer a educação nutricional como intervenção, de acordo com os desvios identificados. O projeto reforça a importância da escola na formação de bons hábitos alimentares, através da merenda escolar. Ela é responsável por oferecer de 30% a 70% das necessidades nutricionais diárias, dependendo do regime de funcionamento (parcial ou integral). A ingestão insuficiente de nutrientes pode causar danos ao crescimento e desenvolvimento de crianças e adolescentes, ocasionando diversas doenças, como desnutrição, anemia ou mesmo obesidade.	Discentes Servidores Gestores Comunidade Estado/ Municípios Escolas
Compostagem Permanente	Campus Uberlândia	Sustentabilidade	O Campus Uberlândia iniciou uma prática de utilização de tábuas e plástico em reuso, para construir compartimentos para realizar a compostagem de parte dos resíduos produzidos no Campus. Este sistema permitiu o controle e a utilização do chorume (líquido resultante da decomposição dos compostos orgânicos no lixo), com o objetivo de produzir composto orgânico. Os impactos gerados pela produção de resíduos no viveiro de mudas e no refeitório podem ser minimizados com a realização deste processo de compostagem. Desse modo, é reduzida a quantidade de matéria orgânica destinada ao aterro sanitário.	Discentes Servidores Gestores
Equoterapia	Campus Uberlândia	Responsabilidade Social	Com o objetivo de desenvolver o lado humano e social dos alunos, o Campus Uberlândia atua com um projeto de extensão intitulado “Equoterapia: do campo para a ação social”. Neste projeto são atendidos semanalmente 57 alunos com deficiências múltiplas. A equoterapia utiliza o cavalo na terapia de pessoas com necessidades especiais, desenvolvendo benefícios respiratórios, físicos e emocionais.	Discentes Servidores Comunidade

Projeto de Inclusão Social e Comunicação Curso de Libras	Campus Uberlândia Centro	Responsabilidade Social	O projeto consiste em um curso de Libras oferecido em duas modalidades distintas: básico e intermediário, aos servidores e pessoas residentes na cidade. É uma ação de suma importância para o processo de inclusão social.	Servidores Gestores Comunidade
Laboratório Inclusivo	Campus Uberaba	Responsabilidade Social	Através do ensino de Libras aos alunos, o Campus promove a libras como instrumento de superação de barreiras no ambiente educacional e vem proporcionando a oportunidade de conhecer conceitos sobre inclusão.	Discente Servidores
Projeto Social Fazenda Escola/ CAMARU	Campus Uberlândia	Responsabilidade Social	Projeto social realizado em parceria com o Sindicato Rural de Uberlândia. Neste projeto há visitas à Fazenda Escola têm a oportunidade de conhecer o trabalho desenvolvido nas cadeias produtivas do leite, suínos, frangos e perus, além do Sistema Mandalla de produção de hortaliças. Assistem palestras sobre alimentação saudável, sustentabilidade, uso correto de recursos hídricos, prevenção de queimadas, prevenção ao uso de drogas, diversidade, preservação ambiental, sanidade animal e vegetal.	Discentes Servidores Centro de Pesquisa Comunidade
Projeto Escola Lazer e Cultura	Campus Ituiutaba	Responsabilidade Social e Desenvolvimento Sustentável	Alunos do IFTM juntamente com representantes do Instituto Estadual de Florestas, participam deste projeto promovido pela Prefeitura de Ituiutaba por meio da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer. Alunos e professores orientam a comunidade sobre técnicas de cultivo, plantio de mudas, legislação ambiental, além de distribuir mudas de espécies nativas, mudas para implantação de hortas verticais e cartilhas contendo orientações sobre conservação e uso correto dos recursos ambientais.	Discentes Servidores Município Comunidade
Pró-Fit	Reitoria	Responsabilidade Social	O projeto de extensão de avaliação nutricional e educação nutricional para os servidores do IFTM Reitoria, com o foco em avaliação física, educação nutricional e atividade física. O Pró-Fit desenvolve atividades e ações pelo IFTM por meio da Pró-Reitoria de Extensão, Coordenação de Atenção a Saúde do Servidor e do curso de Mestrado Profissional de Ciência e Tecnologia de Alimentos do IFTM. Este trabalho tem como objetivo a articulação entre a educação alimentar e atividade física, tendo como resultado a melhoria da qualidade de vida efetiva dos servidores.	Servidores Gestores

Fonte – Elaboração própria (2017).

Através destas ações levantadas nas publicações do “IFTM em Ação”, foi possível detectar a participação introdutória da instituição em projetos e programas voltados para uma gestão com foco na responsabilidade social e no desenvolvimento sustentável, envolvendo seus *stakeholders*. A referência ao termo introdutório se deve ao fato de alguns dos projetos e programas não serem abrangentes a toda instituição e nem serem quantificados por intermédio de indicadores.

2.3.3.2. Ações e práticas desenvolvidas

Percebe-se nas publicações do IFTM o desenvolvimento de ações e práticas voltadas para um “agir” de forma socialmente responsável, que vem aumentando sua abrangência no decorrer dos anos. Dentre estas se destacam as seguintes:

- Práticas de monitoria institucional para melhorar o processo de ensino-aprendizagem do aluno;
- Ações de formação e capacitação certificada para os servidores;
- Plano de Gestão de Logística Sustentável. Uma ferramenta de planejamento com objetivos e responsabilidades definidos que permite estabelecer práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos e processos na Administração Pública. O plano é implementado em etapas que permitirá identificar problemas, apontar soluções, estabelecer prioridades transacionando alvos e objetivos, e promover ações intervencionistas. Esse plano tem como foco o reflexo de mudanças na gestão de processos e nos produtos a serem adquiridos, construindo um novo modelo de cultura institucional, visando a inserção de critérios de sustentabilidade nas atividades do IFTM;
- Semana do meio ambiente, uma semana de atividades educativas previstas no calendário acadêmico, visando formar no educando a consciência de que vivemos num mundo frágil e que devemos lutar pela sua preservação, com atitudes simples que começam dentro de casa. O evento conta com palestras, oficinas e debates;
- Semana de integração do servidor, na qual o IFTM proporciona atividades de integração relacionadas ao dia do Servidor Público durante uma semana a cada ano;
- Trote Solidário, que busca o envolvimento de alunos calouros e veteranos, servidores e comunidade. Conta com atividades das mais diversas, como gincanas, competições

esportivas e palestras. As ações visam promover integração entre estudantes e estimular a solidariedade e o exercício da cidadania, através da arrecadação de alimentos não perecíveis para doação à comunidade carente;

- Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, com atividades organizadas para atender estudantes de todos os cursos, inclusive para suprir demanda da comunidade externa, baseadas no tema de cada ano, como por exemplo, o tema “Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Social”;
- Realização de campanha permanente do combate à Dengue, com conscientização e informação;
- Cursos gratuitos e visitas técnicas à comunidade;
- Grupo de voluntariado para ações sociais aos moradores de rua e comunidade carente;
- Ações da Pró-Reitoria de Ensino, relacionadas ao apoio e acompanhamento de atividades de permanência dos estudantes no IFTM e estudos sobre evasão escolar;
- Ações da Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação para fortalecimento da política de pesquisa nas áreas de ciências: humanas, saúde, da terra, agrária e biológica em prol da sociedade;
- Ações da Pró-Reitoria de Extensão, voltadas para inclusão, cidadania e bem estar social.

Por conseguinte, percebe-se um traçado latente da instituição para o caminho de organização socialmente responsável e isso se deve, de acordo com Carpejani *et al.* (2016), à crescente cobrança da sociedade por organizações neste formato, com perfil caracterizado pelo respeito aos valores éticos, tais como, ações voltadas ao bem estar social, qualidade de vida da comunidade, respeito ao meio ambiente, tratamento ético e transparente com os consumidores, dentre outros.

2.3.4. Análise, discussão e interpretação dos dados: Prestação de Contas IFTM versus Relatório GRI-G4

Como forma de comparar as informações constantes nos Relatórios de Gestão Anuais do IFTM aos indicadores da GRI-G4, utilizou-se quadros com informações constantes no Anexo I, como forma de analisar aplicação, publicação e qualidade no âmbito da instituição pública de ensino dessa investigação.

Quadro 16 – Análise conteúdo padrão geral: GRI versus IFTM

Parte	Conteúdo Padrão	Aplica	Publica	Qualidade da publicação	
				Menciona	Mensura
Estratégia e Análise	G4-1	1	Não	-	-
Perfil Organizacional	G4- 3 a G4- 16	1	Parcial	X	
Aspectos Materiais Identificados e Limites	G4- 17 a G4- 23	1	Parcial	X	
Engajamento de <i>Stakeholders</i>	G4- 24 a G4- 27	1	Parcial	X	
Perfil do Relatório	G4- 28 a G4- 33	1	Sim	X	
Governança	G4- 34	1	Sim	X	
Ética e Integridade	G4- 56	1	Sim	X	

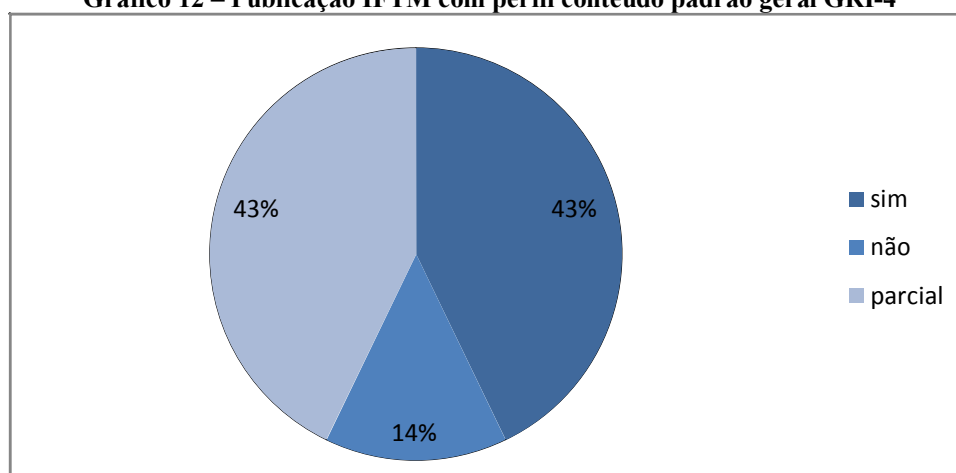
Fonte – Elaboração própria (2017).

Quanto à parte inicial, a GRI traz como exigência a declaração do principal tomador de decisão da organização sobre a estratégia de sustentabilidade. No IFTM, este conteúdo se aplica pelo desenvolvimento de ações, programas e projetos anuais levantados, todavia não consta em suas publicações, por adotar um padrão fidedigno do modelo do Relatório de Gestão Anual proposto pelo TCU. Já no perfil organizacional, os conteúdos são quase em sua totalidade aplicáveis, mas nem todos são publicados, tais como iniciativas externas de caráter econômico, ambiental e social (G4-15) e participação em organizações de defesa (G4-16).

Quanto aos aspectos materiais, os conteúdos são aplicáveis, entretanto nem todos são publicados, tal como o relato do limite fora da organização. O engajamento dos *stakeholders* tem conteúdos aplicáveis, contudo nota-se que somente o G4-24 (*stakeholders* engajados pela organização) consta nas publicações.

Quanto ao perfil do Relatório, as publicações do IFTM se assemelham ao GRI-G4 e consequentemente se aplicam, com exceção do relato da opção “de acordo” (G4-32) e de verificação (G4-33), pelo motivo da instituição não publicar um relatório de sustentabilidade. Quanto à governança, observam-se um desenvolvimento inicial da instituição para avaliação de seu desempenho econômico, ambiental e social, visto que é mencionado, mas não mensurado. E, por fim, ética e integridade têm o conteúdo aplicável e publicado.

Gráfico 12 – Publicação IFTM com perfil conteúdo padrão geral GRI-4



Fonte – Elaboração própria (2017).

Através da análise das informações divulgadas pelo IFTM, detecta-se que 100% do conteúdo padrão geral de um relatório de sustentabilidade GRI-G4 pode ser aplicado à natureza da instituição. Deste total, 14% referem-se a um percentual não publicado, 43% publicado e o restante publicado parcialmente. Todavia, as publicações são somente mencionadas e não mensuradas, o que exigiria da instituição adequações em seus relatórios, para uma futura adoção de um relatório de sustentabilidade padrão GRI-G4.

A seguir, procede-se análise dos conteúdos padrão específicos, englobando os indicadores de desempenho econômico, ambiental e social, conforme discriminação nas Diretrizes de um Relatório de Sustentabilidade da GRI, como forma de identificar se os mesmos adéquam ou não se adéquam à natureza do IFTM.

Quadro 17 – Análise categoria econômica: GRI versus IFTM

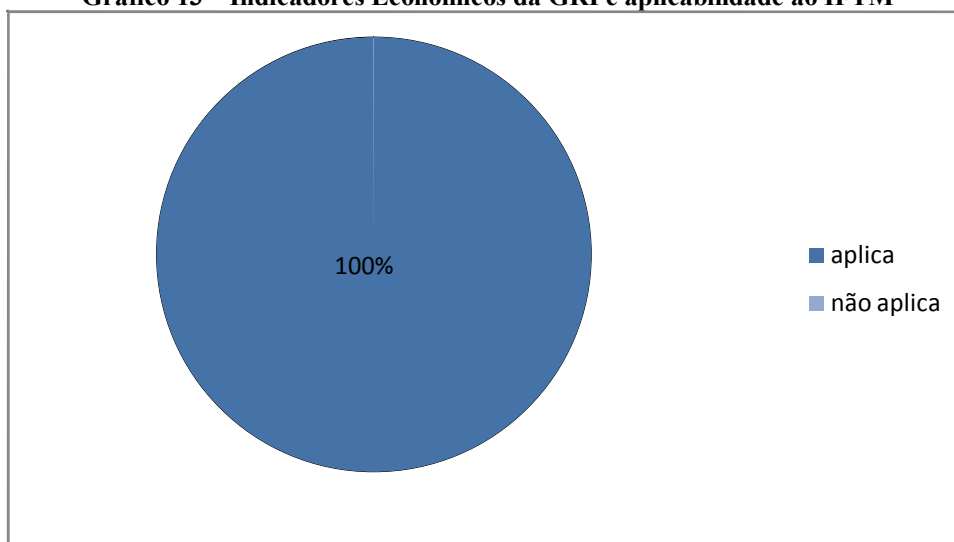
Categoria	Aspecto	Detalhamento	Aplica	Publica	Qualidade da publicação	
					Menciona	Mensura
Categoria Econômica	Desempenho Econômico	G4- EC1; G4- EC2; G4- EC3; G4- EC4	1	Parcial	X	X
	Presença no mercado	G4 – EC5; G4 – EC6	1	Parcial	X	-
	Impactos Econômicos Indireto	G4 – EC7; G4 – EC8	1	Não	-	-
	Práticas de compra	G4 - EC9	1	Não	-	-

Fonte – Elaboração própria (2017).

Quanto ao desempenho econômico, os indicadores se aplicam em sua totalidade. Os aspectos de desempenho econômico contêm algumas informações mencionadas ou mensuradas no Relatório de Gestão Anual do IFTM. Por sua vez, os impactos econômicos indiretos e as práticas de compra são aplicáveis, porém não publicados pela instituição. A prática de compra, mais especificamente, é aplicável, mas com sugestão de alteração grafada em negrito, voltada à realidade das instituições públicas brasileiras: EC9 – Proporção de gastos com fornecedores, **oriundos de processo licitatório**, em unidade operacionais.

Já a presença de mercado, se aplica e é publicada parcialmente, mas com sugestão de adequação: EC 6: **Discriminação dos cargos** da alta direção (aplicável e publicado). Para Pasinato & Brião (2014, p. 60) as “propostas de alterações e adição de novos indicadores evidenciam a necessidade de ajustes e aportes do modelo GRI para que se obtenha um relato mais característico ao perfil da IES”.

Gráfico 13 – Indicadores Econômicos da GRI e aplicabilidade ao IFTM



Fonte – Elaboração própria (2017).

Do total de 9 (nove) indicadores de desempenho econômico da GRI, 100% se aplicam ao IFTM. Dentre os que se aplicam, em 2 (dois) sugere-se alteração e os demais se mantiveram com a mesma estrutura para fins de aplicabilidade ao cenário da instituição. Esta análise corresponde aos estudos de Jiménez *et al.* (2016), na qual analisaram que 9 (nove) indicadores econômicos propostos nas diretrizes GRI-G4 são aplicáveis às atividades na Universidade de Córdoba.

Quadro 18 – Análise categoria ambiental: GRI versus IFTM

Categoria	Aspecto	Detalhamento	Aplica	Publica	Qualidade da publicação	
					Menciona	Mensura
Categoria Ambiental	Materiais	G4- EN1 a G4-EN2	1	Não	-	-
	Energia	G4- EN3 a G4-EN7	1	Parcial	X	
	Água	G4- EN8 a EN10	1	Não	-	-
	Biodiversidade	G4- EN11 a EN14	1	Não	-	-
	Emissões	G4- EN15 a EN21	0	Não	-	-
	Efluentes e resíduos	G4- EN22 a EN26	1	Não	-	-
	Produtos e serviços	G4- EN27 a EN28	0	Não	-	-
	Conformidade	G4- EN29 a EN30	1	Não	-	-
	Aspecto Geral	G4- EN31	1	Não	-	-
	Avaliação ambiental dos fornecedores	G4- EN32	1	Não	-	-
	Aspecto Geral	G4- EN33	1	Não	-	-
	Impactos Ambientais	G4- EN34	1	Não	-	-

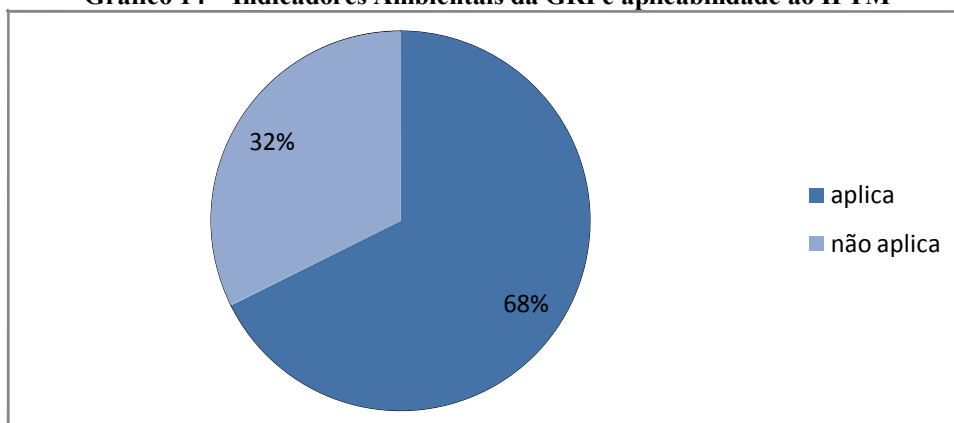
Fonte – Elaboração própria (2017).

Nenhum indicador da categoria ambiental é mensurado nas publicações do IFTM. Os aspectos de emissões e produtos e serviços não são aplicáveis. Quanto aos efluentes e resíduos, dos 5 (cinco) indicadores, dois não são aplicáveis, EN25 e EN26, e outros 3 (três) indicadores são passíveis de mensuração e aplicação, mas não compõe a estrutura de publicação atual da instituição.

Quanto aos aspectos gerais, água, conformidade e impacto ambiental, constam indicadores que podem ser aplicáveis à natureza da organização deste estudo, todavia não há publicações. Subsequentemente, os aspectos energia e materiais, são indicadores aplicáveis, mas não quantificados, ou seja, o IFTM só menciona sua preocupação com o controle de consumo e utilização. E, quanto à avaliação ambiental dos fornecedores, pode ser aplicável no

processo aquisição por meio de licitação, todavia não é um indicador vigente e por isso não publicado.

Gráfico 14 – Indicadores Ambientais da GRI e aplicabilidade ao IFTM



Fonte – Elaboração própria (2017).

Do total de 34 (trinta e quatro) indicadores ambientais da GRI, observa-se que 23 (vinte e três) são aplicáveis ao IFTM e 11 (onze), não. Sob o quantitativo aplicável, 87% não são publicados pelo IFTM e 13% são publicados, mas não quantificados, ou seja, são somente mencionados. A análise destes indicadores ambientais deixa claro à ausência de publicação de dados quantitativos para mensuração e acompanhamento da evolução ou regressão de práticas de responsabilidade social e sustentabilidade ao longo dos anos pelo IFTM.

Quadro 19 – Análise categoria social: GRI versus IFTM

Categoria e subcategoria	Aspecto	Detalhamento	Aplica	Publica	Qualidade da publicação	
					Menciona	Mensura
Categoria Social Práticas Trabalhistas e Trabalho decente	Emprego	G4- LA1 a LA3	1	Parcial		X
	Relações Trabalhistas	G4-LA4	1	Não	-	-
	Saúde e Segurança do Trabalho	G4- LA5 a LA8	1	Parcial		X
	Treinamento e Educação	G4- LA9 a LA11	1	Parcial		X
	Diversidade, Igualdade e Oportunidade; Igualdade de remuneração para homens e mulheres	G4- LA12 a G4- LA13	1	Não	-	-
	Avaliação de fornecedores	G4- LA14 a G4-LA15	0	-	-	-
	Mecanismos de queixas e reclamações	G4-LA16	1	Não	-	-

Direitos humanos	Investimentos	G4- HR1 a G4- HR2	1	Não	-	-
	Não discriminação	G4- HR3	1	Não	-	-
	Liberdade de associação e negociação coletiva; Trabalho infantil; Trabalho forçado ou análogo ao escravo	G4- HR4 a G4- HR6	0	-	-	-
	Práticas de segurança	G4- HR7	1	Não	-	-
	Direitos dos povos indígenas e tradicionais	G4- HR8	0	-	-	-
	Avaliação	G4- HR9	1	Não	-	-
	Avaliação de fornecedores	G4- HR10 a G4- HR11	0	-	-	-
	Mecanismos de queixas e reclamações	G4- LR12	1	Não	-	-
	Sociedade	Comunidades locais	G4- SO1 a G4- SO2	1	Não	-
Combate a corrupção		G4- SO3 A G4- SO5	1	Não	-	-
Políticas Públicas		G4- SO6	0	-	-	-
Concorrência Desleal		G4- SO7	0	-	-	-
Conformidade		G4- SO8	1	Não	-	-
Avaliação de fornecedores		G4- SO9 a G4- SO10	0	-	-	-
Mecanismos de queixas e reclamações		G4- SO11	1	Não	-	-
Responsabilidade pelo produto	Saúde e segurança do cliente; Rotulagem de produtos e serviços; Comunicação de marketing; Privacidade do cliente; conformidade	G4- PR1 a G4- PR9	1	Não	-	-

Fonte – Elaboração própria (2017).

A subcategoria “práticas trabalhistas e trabalho decente” compreende a com maior grau de aplicabilidade, dentre a categorial “social”, na qual dos 16 indicadores propostos pela GRI, 88% podem ser aplicados ao IFTM. Somente 2 (dois) indicadores (LA14; LA15) não se visualiza aplicação por serem relacionados a práticas trabalhistas da rede de fornecedores e no IFTM, com os processos licitatórios de aquisição, esta responsabilidade passa a ser da empresa contratada . Quanto aos aspectos emprego (LA1 a LA3), saúde e segurança e treinamento e educação (LA5 a LA11), nota-se que contém percentuais mensurados no Relatório de Gestão, razão pela qual, com adequações, tornam-se indicadores naturalmente aplicáveis ao GRI. Já os demais aspectos são aplicados, mas não publicados.

A subcategoria direitos humanos engloba 12 indicadores, sendo 50% não aplicáveis às atividades fins do IFTM, pelo motivo de se concentrar nos fornecedores sob aspectos de negociação coletiva, trabalho infantil, trabalho escravo e povos indígenas (HR4, HR5, HR6, HR8, HR10, HR11); e, no IFTM, com os processos licitatórios de aquisição, esta responsabilidade passa a ser da empresa contratada. Já a outra metade aplica-se à natureza da instituição, entretanto não são publicados.

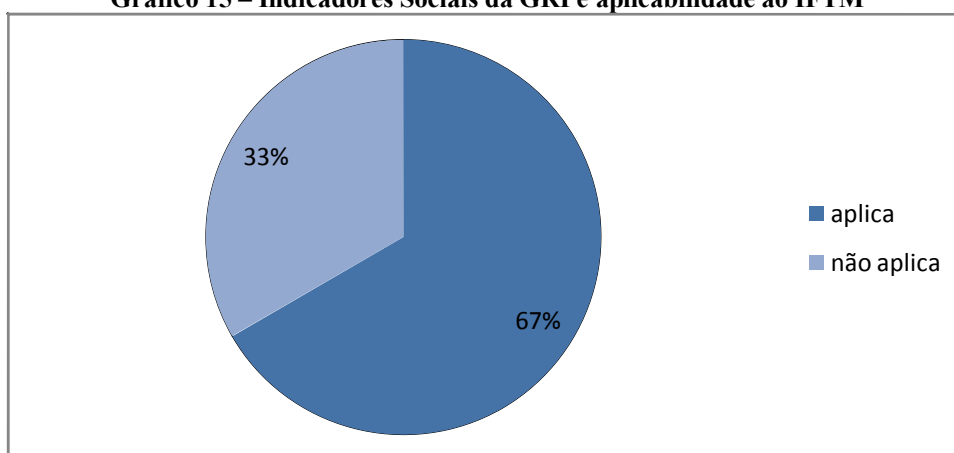
Na subcategoria sociedade, há de 11 indicadores, sendo que 4 (quatro) não se enquadram nas atividades do IFTM pela sua característica de serviço público: valor para partidos políticos (SO6), ações judiciais por concorrência desleal (SO7) e avaliação de fornecedores (SO9, SO10). Todavia, os outros 7 (sete) indicadores podem ser aplicados à instituição, contudo não são publicados.

E, a subcategoria responsabilidade pelo produto pode ser aplicada ao perfil do IFTM adaptando para o contexto do principal produto da instituição: os cursos. O aspecto de rotulagem de produtos e serviços (PR3, PR4, PR5) e venda de produtos proibidos (PR6) não se aplicam à natureza da instituição. Já os demais aspectos são aplicáveis à instituição, com adequações voltadas para os cursos, porém não são publicados.

Identifica-se que de um total de 9 (nove) indicadores de responsabilidade pelo produto, 44% não são passíveis de aplicação às atividades executadas pelo IFTM, e 56% são passíveis de aplicação, desde que haja adequações em seus aspectos.

Do total de 48 (quarenta e oito) indicadores sociais da GRI, 32 (trinta e dois), ou seja, 67% são aplicáveis ao IFTM, conforme gráfico 15. Para Jiménez *et al.* (2016), a área social é a com maior dificuldade de aplicabilidade dos indicadores GRI à realidade das IES, muito atrelado ao fato da maior diversificação de indicadores.

Gráfico 15 – Indicadores Sociais da GRI e aplicabilidade ao IFTM



Fonte – Elaboração própria (2017).

A seguir, é apresentado um quadro resumo para melhor interpretação da aplicabilidade dos conteúdos padrão específico.

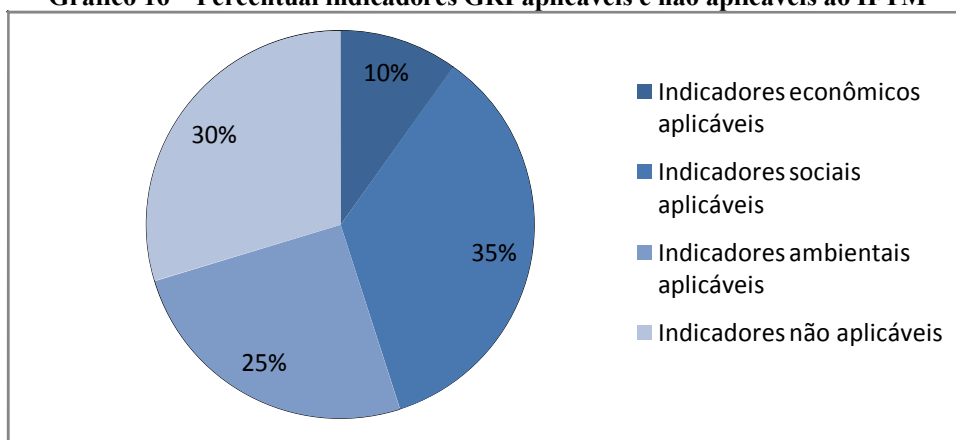
Quadro 20 – Resumo de indicadores do conteúdo padrão específico GRI aplicáveis ao IFTM

Indicadores	Quantitativo
Econômicos Aplicáveis ao IFTM	9
Sociais Aplicáveis ao IFTM	32
Ambientais Aplicáveis ao IFTM	23
Não aplicáveis ao IFTM	27
Total	91

Fonte – Elaboração própria (2017).

O quadro acima apresenta uma síntese dos indicadores GRI-G4 que podem ser aplicados ou não aplicados à natureza do IFTM. Em linhas gerais, visualiza-se um campo favorável para uma publicação de relatório de sustentabilidade GRI pela instituição, mesmo que necessite de adequações e suplementações.

Gráfico 16 – Percentual indicadores GRI aplicáveis e não aplicáveis ao IFTM



Fonte – Elaboração própria (2017).

Percebe-se que o IFTM ainda não tem a abrangência de dados que um relatório de sustentabilidade GRI requer, uma vez que divulga seu relatório de prestação de contas com um perfil essencialmente técnico, conforme a exigência do TCU. Entretanto, pelo gráfico supracitado, nota-se que há um latente espaço à instituição para publicação de um relatório de sustentabilidade padrão GRI, visto que 70% dos indicadores são aplicáveis à sua natureza, o que comprova consequente equivalência. Este estudo vai ao encontro com a investigação que também obteve o mesmo percentual, a de Pasinato & Brião (2014), que concluiu 70% dos indicadores na Universidade de Passo Fundo se mantiveram idênticos ao modelo GRI, o que mostrou grande compatibilidade ao relato de sustentabilidade para as IES.

Esta análise ao traçar uma comparação das informações publicadas pelo IFTM e das informações necessárias a um relatório de sustentabilidade teve como principal intuito demonstrar que não é um cenário muito distante ao IFTM publicar além do Relatório de Gestão, sua divulgação obrigatória. Publicar também um relatório integrado de sustentabilidade GRI teria como principal finalidade, de acordo com Greiling *et al.* (2015), aumentar a transparência e a responsabilidade social da organização, podendo contribuir ainda mais para construção da confiança das partes interessadas.

Ao final desta análise descritiva e consequente análise dos resultados sobre o perfil do Relatório de Gestão e das ações publicadas pelo IFTM aos seus *stakeholders*, paralelamente ao comparativo com as informações exigidas pelo relatório de sustentabilidade GRI, finda este capítulo. No próximo capítulo são apresentadas as considerações finais, limitações e sugestões de investigação futura.

CAPÍTULO III – CONCLUSÃO

3.1. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A transparência das informações e das práticas de sustentabilidade nas organizações agrega um importante conteúdo estratégico para o exercício da responsabilidade social, e nas instituições de ensino esta realidade não é diferente. Infere-se que a transparência integre os *stakeholders*, coadunando para uma gestão tendente a fornecer publicidade não somente sobre a situação econômica, como também sobre informações sociais e ambientais.

Com tal tendência, as divulgações das informações econômicas e socioambientais no IFTM, apesar de se encontrar em estágio inicial, ser isolado, apresentar ausência de indicadores, como ambientais, e não seguir um formato padrão de relatório de sustentabilidade, traduz todo o contexto com relação à preocupação de seus aspectos do *triple botton line*. O status de estágio inicial também foi abordado por Lozano (2011) no estudo sobre universidades de vários países do mundo que publicam relatórios de sustentabilidade, na qual detectou seu caráter introdutório.

O contexto dos aspectos *triple botton line* de divulgação à sociedade no IFTM pode ser constatado por meio de dois instrumentos: Relatório de Gestão Anual, de caráter obrigatório, e Relatório “IFTM em ação”, de caráter voluntário. Os conteúdos da publicação destes, como indicadores acadêmicos, socioeconômicos, administrativos e de gestão de pessoas, além de informações financeiras, ambientais, de projetos e programas sociais, ações e práticas de sustentabilidade e campanhas voltadas para a comunidade demonstram todo o envolvimento da instituição com as questões sociais. Estas divulgações respondem à primeira questão desta investigação sobre o nível de desenvolvimento da responsabilidade social na instituição. Entretanto, os conteúdos publicados ficam limitados ao levantamento de ações, sem mensurar seu impacto no resultado da organização ao longo dos anos, principalmente com relação às informações ambientais.

Fundamentado em Freeman (1984), os postulados sobre a Teoria dos *Stakeholders* foram aplicados neste estudo amparados principalmente sobre o retorno dos resultados a todas as partes interessadas, ou seja, como forma de satisfazer as expectativas dos grupos de interesses do IFTM. Bryson (2004), Jongbloed *et al.* (2008), Casani *et al.* (2010), Mainardes *et al.* (2010), dentre outros, agregaram ainda evidências importantes em relação a esta teoria ao enfatizarem a grande influência da responsabilidade social no âmbito das instituições de ensino. Captou-se assim, que a informação ao alcance de todos traduz a transparência da função social do IFTM para seus *stakeholders*, o que cumpre com o objetivo geral traçado.

A revisão da literatura foi ao encontro dos conceitos e práticas que envolvem a temática desta investigação: responsabilidade social, transparência e sustentabilidade na educação. Através de autores e suas teorias, obteve-se o embasamento necessário para cumprir com o primeiro objetivo específico. Autores como Bowen (1957), Davis (1960), Friedman (1970), Carrol (1979), Drucker (1993), Porter & Kramer (2002), Vallaeys (2006), Carvalho & Siqueira (2007), Jennifer Ho & Taylor (2007), Lucena & Travassos (2009), Dias (2010), Chiavenato (2012), Maldonado (2012), Álvarez *et al.* (2014), Faria (2015), Fernández, *et al.* (2015), Jorge & Peña (2015), Montagna (2015), Carpejani *et al.* (2016), dentre outros, construíram um sólido delineamento para esta investigação.

A partir da análise de conteúdo utilizada por estudos como de Lozano (2011), Quezada (2014), Pasinato & Brião (2014), Pontes *et al.* (2015), Chicharro *et al.* (2015), Dagilien & Mykolaitien (2015) e Jiménez *et al.* (2016) foi possível comparar informações em outras instituições de ensino e sem fins lucrativos que utilizam a verificação de documentos e relatórios publicados, para fins de análise de práticas de RSC e indicadores GRI em suas atividades institucionais, o que atendeu a um dos propósitos deste estudo.

Não existem casos idênticos no tocante das particularidades traçadas na presente investigação. Todavia os estudos supracitados no parágrafo anterior trouxeram conteúdos que agregam e complementam a temática investigada. Dagilien & Mykolaiti (2015), por exemplo, apontaram para o facto de que apenas alguns estudos abordam perspectivas de relatórios de sustentabilidade no setor das IES. Já Pontes *et al.* (2015), encontrou como principal resultado uma demonstração de que as IES adotam posturas que se integram ao contexto mundial, tanto em suas ações institucionais, tanto na sua imagem perante a comunidade. Esta tendência vai ao encontro da crescente importância da responsabilidade social nas instituições de ensino a nível global.

O objetivo específico de traçar comparabilidade entre o Relatório de Gestão Anual do IFTM com o relatório de sustentabilidade padrão GRI-G4 encontrou-se alinhado com Dagilien & Mykolaiti (2015), que defenderam que nas IES um relatório de sustentabilidade não se difunde como estratégia separada da responsabilidade social. Identifica-se assim que a divulgação das informações pelo IFTM não são tão aprofundadas e perdem em qualidade técnica comparada a um relatório de sustentabilidade reconhecido a nível mundial, por não serem tão completas e nem conterem indicadores característicos, contudo apresenta conteúdos aplicáveis para um modelo de relatório de sustentabilidade nos molde GRI.

O resultado desta comparabilidade apontou para um percentual de 70% dos indicadores GRI aplicáveis à natureza do IFTM, congruente ao estudo de Pasinato & Brião (2014), que obteve o mesmo percentual de aplicabilidade em uma universidade, todavia com indicação de adequações e da necessidade de um Suplemento Setorial para a área de educação. Este resultado permitiu responder positivamente a segunda questão desta investigação, que buscou inferir sobre as informações disponibilizadas pelo IFTM e um paralelo com os conteúdos do relatório de sustentabilidade GRI.

Como proposição para Suplemento Setorial de um relatório de sustentabilidade ao setor de educação, este estudo vislumbra que a divulgação das informações sociais exigidas às instituições de ensino pelo TCU por intermédio do Relatório de Gestão, como indicadores acadêmicos, socioeconômicos, administrativos e de gestão de pessoas, componha os conteúdos deste Suplemento, por serem mais característicos ao perfil das IES.

Quanto à terceira questão, que buscou verificar a postura de empresa socialmente responsável, consegue-se visualizar que o IFTM vem implementando ações que promovem o bem-estar às suas partes interessadas, especialmente a seu público-alvo, os alunos. Estes têm indicadores específicos publicados pela instituição como forma de demonstrar a abrangência positiva de suas atividades ao longo dos anos, voltadas principalmente para a oferta de ensino de qualidade, formação dos alunos e inclusão social.

Por fim, percebe-se no IFTM uma forte postura de instituição socialmente responsável após a análise descritiva de dois objetivos específicos, o levantamento das ações e das informações de responsabilidade social e sustentabilidade nos Relatórios de Gestão e do “IFTM em Ação” entre os anos de 2013 a 2016. Todavia é uma postura em fase incipiente e com programas e projetos não abrangentes a toda instituição, visto que alguns contemplam todos os Campi e outros se concentram na gestão de Campi específicos. Contudo, os resultados apontam para uma instituição com um cenário favorável quanto ao alinhamento das questões tratadas, principalmente no quesito da transparência de suas ações sociais.

3.2. LIMITAÇÕES DO ESTUDO E SUGESTÕES DE INVESTIGAÇÕES FUTURAS

As pesquisas de investigação possuem limitações inter-relacionadas ao contexto em que foram realizadas, sejam estas teóricas, metodológicas ou práticas. Correia & Mesquita (2014, p. 56) caracterizam que as limitações “referem-se às condições que restringem ou fragilizam a generalização, porque não podem ser controladas pelo desenho da investigação”.

Com relação à limitação desse estudo, considera que esta pesquisa restringe aos resultados a serem obtidos corresponderem a uma única entidade estudada, podendo não se generalizar.

A não generalização deste estudo pode se atrelar às características próprias dos Institutos Federais do Brasil, que têm, segundo Pacheco *et al.* (2010), um formato particular jurídico-institucional de distinção de uma universidade clássica. Esta distinção é evidenciada na sua composição integrada de educação superior junto à educação básica e profissional.

A despeito destas limitações, é importante frisar que este estudo ao buscar evidências acerca de um prospecto ao IFTM em publicar um relato integrado voluntário nos moldes GRI, através da unificação de suas publicações obrigatórias, voluntárias e complementações sugeridas nesta investigação, abre campo para comprovações, por intermédio dos resultados apresentados, de que é uma realidade não muito distante.

Diferente do Brasil, a União Europeia (UE) já demonstra avanços quanto à importância dos relatórios integrados, tanto que decretaram a sua obrigatoriedade. De acordo com a Diretiva n.º 2014/95/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de outubro de 2014, que se refere à divulgação de informações não financeiras e informações sobre diversidade por parte das empresas, transposta para o quadro legal português através do Decreto-Lei n.º 89 de 28 de julho de 2017, na qual as empresas de interesse público e com mais de 500 trabalhadores devem apresentar anualmente uma demonstração não financeira, compreende-se a evolução, desempenho, posição e impacto das atividades empresariais no rol das questões ambientais e sociais.

Recomenda-se que futuras investigações busquem propor um modelo de Balanço Social, nos moldes dos relatórios de sustentabilidade padrão GRI, de modo que não só o IFTM, mas outras instituições de ensino traduzam seus dados econômicos, sociais e ambientais em relatórios integrados padrão GRI, rumo a uma gestão mais eficiente, transparente e sustentável. Setia *et al.* (2015), Lueg *et al.* (2016), Feng *et al.* (2017) e Pavlopoulos *et al.* (2017) destacam a associação dos relatórios integrados à qualidade e transparência de divulgação.

Sugere-se também um estudo exploratório acerca de como os *stakeholders* das instituições de ensino compreendem e assimilam as informações publicadas, através de um questionário aplicado às principais partes interessadas da instituição. Além destes, propõe-se estudos mais alargados com outras instituições de ensino, de forma a traçar um paralelo entre as Universidades e os Institutos Federais para identificação de seus contextos e particularidades com relação às suas publicações obrigatórias e voluntárias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACÓRDÃO TCU n. 2.267, de 13 de dezembro de 2015. Disponível em <http://www.tcu.gov.br/Consultas/Juris/Docs/judoc/Acord/20060117/TC-004-550-2004-0.doc> [Consultado em 2017-03-30,17:30h].
- ALCHIAN, A. & DEMSETZ, H. (1972). Production, information costs and economic organization. *American Economic Review*, v. 62, n. 5, p. 777-795.
- ALIGLERI, L., & SOUZA, R. A. (2010). Contribuição da teoria institucional para a compreensão do modelo de gestão socialmente responsável adotado pelas empresas contemporâneas. *Revista Gestão & Tecnologia*, v. 10, n. 2, pp. 1-15.
- ÁLVAREZ, I. G; FORMIGONI, H. & ANTUNES, M. T. P. (2014). Corporate Social Responsibility Practices at Brazilian Firms. *Revista de Administração de Empresas*, v. 54, n. 1, pp. 12-27. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75902014000100003&lng=en&tlng=en [Consultado em 2017-07-13,09:45h].
- ASHLEY, P. (2005). *Ética e responsabilidade social nos negócios*. (2ª edição). São Paulo: Saraiva.
- ALMEIDA, F. (2002). *O bom negócio da sustentabilidade*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- BARDIN, L. (2004). *Análise de conteúdos*. (3ª edição). Lisboa: Edições 70.
- BARNEY, J. B. (1991). Firm resource and sustained competitive advantage. *Journal of Management*, v. 17, n. 1, pp. 99-120.
- BARNEY, J. B. & HESTERLY, W. (2004). *Economia das organizações: entendendo a relação entre as organizações e a análise econômica*. In S. R. Clegg, C. Hardy & W. R. Nord (Eds.), *Handbook de estudos organizacionais: ação e análise organizacionais* (vol. 3). São Paulo: Atlas.
- BARONI, M. (1992). Ambigüidades e deficiências do conceito de sustentabilidade. *Revista de Administração Empresarial*. São Paulo, v.32, n. 2, pp. 14-24.
- BARROS, R. P; HENRIQUES, R. & MENDONÇA, R. (2002). *Pelo fim das décadas perdidas: educação e desenvolvimento sustentado no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA.
- BARROS, C. L. M. (2011). *O relato financeiro das matérias ambientais: O caso do sector metalomecânico e metalurgia de base*. Dissertação de Mestrado. Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho, Braga.
- BARROS, C. & MONTEIRO, S. (2011). *O Relato Ambiental Obrigatório e seus Factores Explicativos: O Caso Português do Sector Metalomecânico e Metalurgia de Base*. XVI Congresso AECA, 21 a 23 de Setembro, Granada, Espanha.

- BARROS, A. S. X. (2015). Expansão da Educação Superior no Brasil: Limites e Possibilidades. *Educação e Sociedade*, v. 36, n. 131, pp. 361-390.
- BATISTA, L & GONÇALVES, M. N. (2014). Aderência as Diretrizes da versão G4 (GRI) e sua integração com as demonstrações financeiras padronizadas: O caso da Companhia Natura. *Revista de Contabilidade Dom Alberto Santa Cruz do Sul*, v. 1, n. 5, pp. 1-20. Disponível em <http://domalberto.ning.com/page/rcda-05-artigos> [Consultado em 2017-02-10,16:45h].
- BELLEN, H. M. V. (2005). *Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa*. Rio de Janeiro: FGV.
- BOGDAN, R. S. & BIKEN, S. (2003). *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. (12 edição). Porto: Porto.
- BOWEN, H. R. (1957). *Responsabilidades sociais do homem de negócios*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- BRYSON, J. M. (2004). What to do when stakeholders matter: stakeholder identification and analysis techniques. *Public Management Review*, vol. 6, n. 1, pp. 21-53.
- BURGWAL, D. V. & VIEIRA, R. J. O. (2014). Environmental disclosure determinants in dutch listed companies. *Accounting & Finance Review*, v.25, n. 64, pp. 60-78.
- CAMARGO, A. L. B. (2003). *Desenvolvimento sustentável: dimensões e desafios*. (2ª edição). Campinas: USP.
- CAMPI, M. E. (2012). *Gestão contemporânea e novas práticas de mercado*. São Paulo: Paco.
- CARREIRA, F. & PALMA, C. (2012). Análise Comparativa dos Relatórios de sustentabilidade das Empresas Brasileiras, Espanholas, Portuguesas e Andorra. *Revista Universo Contábil* v. 8, n.4, 140-166.
- CARPEJANI, G., SCAVONE, T. M. & AMANN, F. J. (2016). Identidade corporativa voltada para a responsabilidade sociambiental: Um estudo de caso de uma companhia de energia do Paraná/Brasil. *Revista Espacios*, v. 37, n. 15, p. 10. Disponível em <http://www.revistaespacios.com/a16v37n15/16371510.html> [Consultado em 2017-04-26,12:00h].
- CARROLL, A. B. (1979). A three-dimensional conceptual model of corporate performance. *Academy of Management Review*, v. 4, n. 4, pp. 497 – 505.
- CARROLL, A. B. (1999). Corporate Social Responsibility: evolution of a definitional construct. *Business and Society*, v. 38, n. 3, pp. 268-295.

- CARVALHO, F. M. & SIQUEIRA, J. R. M. (2007). *Análise da utilização dos Indicadores Essenciais da Global Reporting Initiative nos Relatórios Sociais e Empresas Latino-Americanas*, Pensar Contábil v. 9, nº 38. Disponível em: <http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/pensarcontabil/article/view/113> [Consultado em 2017-12-02,11:30h].
- CASANI, F, ESPARELLS, C. P. & RODRÍGUEZ, J. (2010). Nuevas estrategias económicas em la universidad desde la responsabilidad social. *Calidad en la Educación*, vol. 33, pp. 255-273.
- CGU. (2011). Acesso à Informação Pública: Uma introdução à Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Brasília. Disponível em <http://www.acessoainformacao.gov.br/central-de-conteudo/publicacoes/arquivos/cartilhaacessoainformacao.pdf> [Consultado em 2017-03-25, 08:20h].
- CHAPLEO, C. & SIMMS, C. (2010). Stakeholders analysis in higher education: a case study of the University of Portsmouth. *Perspectives: Policy and Practice in Higher Education*, v. 14, n. 1, pp. 12-20.
- CHIAVENATO, I. (2012). *Administração Geral e Pública*. (3ª edição). São Paulo: Manole Ltda.
- CHICHARRO, M. N., CARRILLO, I. A. & ROSA, C. P. (2015). Responsabilidad Social Universitaria: estudio empírico sobre la fiabilidad de un conjunto de indicadores de Gobierno Corporativo. *Innovar*, v. 25, n. 58, pp. 91-103.
- CHURCHILL JR., G. A. (1987). *Marketing research: methodological foundations*. Chicago: The Dryden Press.
- CLARKSON, M. B. E. (1995). A stakeholder framework for analyzing for analyzing and evaluating corporate social performance. *Academy of Management Review*, v. 20, n. 1, pp. 92-117.
- CODATO, A. N. (2005). Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. *Revista de Sociologia e Política*, nº 25, pp. 83-106.
- COMINCIOLI, N., PODDI, L. & VERGALL, S. (2012). Corporate social responsibility and firms performance: a stratigraphical analysis. *Social Science Research Network*. Disponível em https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2175513## [Consultado em 2017-12-02,11:30h].

- CONDE, S. C. O., ARAÚJO, J. J. C. N., SOUZA, J. E. R. & MOURÃO, A. R. B. (2015). Os Institutos Federais em três dimensões de análise. *Revista Brasileira da Educação Profissional Tecnológica*, v. 1, n. 10, pp. 2-11.
- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm [Consultado em 2017-01-10,13:00h].
- CONTRERAS, F. A. G., HIDALGO, M. E. R., MILLÁN, A. G. L. & FERNÁNDEZ, P. E. V. (2015). Teoria de agencia (TA): supuestos teóricos aplicables a la gestión universitária. *Revista INNOVAR Journal*, v. 25, n. 57, pp. 11-25.
- CORREIA, A. M. R. & MESQUITA, A. (2014). *Estratégias para elaboração de trabalhos científicos: o desafio da excelência*. (2ª edição). Porto: Vida Econômica.
- COSTA, S. A. & NETO, L. B. (2016). Políticas Públicas/Estatais: contribuição para o estudo da relação estado-sociedade. *Acta Scientiarum*, v. 38, n. 2, pp. 165-172.
- CUNHA, L. A. (2000). *Ensino Superior e Universidade no Brasil*. (2ª edição). Belo Horizonte: Autêntica.
- DAGILLEN, L. & MYKOLAITIEN, V. (2015). Disclosure of Social Responsibility in Annual Performance Reports of Universitie. *Procedia: Social and Behavioral Sciences*, v. 213, pp. 586-592.
- DAVIS, K. (1960). Can Business afford to ignore social responsibilities? *California Management Review*, v. 2, pp. 70 – 76.
- DAVIS, K. (1975). Five propositions for social responsibility. *Business Horizons*, v. 18, pp. 19-24.
- DECISÃO NORMATIVA TCU N. 63, de 1º de setembro de 2010. Estabelece normas de organização e de apresentação dos relatórios de gestão e das peças complementares que constituirão os processos de contas da administração pública federal, para julgamento do Tribunal de Contas da União, nos termos do art. 7º da Lei n. 8.443, de 1992. Brasil. Disponível em <http://www.cgu.gov.br/sobre/legislacao/arquivos/instrucoes-normativas/in-tcu-63-2010.pdf> [Consultado em 2016-12-12,09:30h].
- DECISÃO NORMATIVA N. 146, de 30 de setembro de 2015. Dispõe acerca das unidades cujos dirigentes máximos devem apresentar relatório de gestão referente ao exercício de 2015, especificando a forma, os conteúdos e os prazos de apresentação, nos termos do art. 3º da Instrução Normativa TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010. Brasil. Disponível em

http://www.trtsp.jus.br/geral/tribunal2/ORGAOS/TCU/Ins%20Norm/DN_146_15.html
[Consultado em 2017-03-15,14:30h].

DECRETO N. 7.566, de 23 de setembro de 1909. Cria nas capitães dos Estados das Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Brasil. Disponível em http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf [Consultado em 2017-01-05,13:30h].

DECRETO N. 5.773, de 9 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação sequenciais no sistema federal de ensino. Brasil. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5773.htm
[Consultado em 2017-01-08,15:00h].

DECRETO N. 6.095, de 25 de abril de 2007. Estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFET, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica. Brasil. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6095.htm [Consultado em 2017-01-05,09:30h].

DECRETO-LEI N 89, de 28 de julho de 2017. Altera a Diretiva 2013/34/UE no que se refere à divulgação de informações não financeiras e de informações sobre a diversidade por parte de certas grandes empresas e grupos. Disponível em <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:32014L0095> [Consultado em 2017-09-06,17:30h].

DEEGAN, C. & MICHAELA, R. (1997). The materiality of environmental information to users of annual reports. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, v. 10, pp. 562-583.

DEMO, P. (1981). *Metodologia científica em ciências sociais*. São Paulo: Atlas.

DIMAGGIO, P. J. & POWELL, W. W. (1983), “The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields”, *American Sociological Review*, Vol. 48, pp. 147-160.

DIAS, R. (2010). *Gestão Ambiental: Responsabilidade Social e Sustentabilidade*. São Paulo: Atlas.

DIRETIVA n.º 2014/95/UE de 22 de outubro de 2014. Disponível em http://oeirassolidaria.cm-oeiras.pt/images/Diretiva_2014_95_UE_22_outubro.pdf
[Consultado em 2017-09-06,17:30h].

- DONALDSON, T. & PRESTON, L. (1995). The stakeholders theory of the corporation: concepts, evidence and implications. *Academy of Management Review*, v. 20, n. 1, pp. 65-91.
- DRUCKER, P. F. (1984). *Introdução à administração*. São Paulo: Pioneira.
- DRUCKER, P. F. (1984). The Meaning of Corporate Social Responsibility. *Haas School of Business*, v. 26, n. 2, pp. 53-63.
- DRUCKER, P. F. (1993). *Sociedade pós-capitalista*. (3ª edição). São Paulo: Pioneira.
- e-SIC. (2016). Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão. Disponível em: <https://esic.cgu.gov.br/sistema/Relatorios/Anual/RelatorioAnualPedidos.aspx> [Consultado em 2017-06-01, 15:00h].
- FARIA, A. & SAUERBRONN, F.F. (2008). Is corporate social responsibility a strategic issue? A critical approach. *Revista de Administração Pública*, v. 42, n. 1, pp. 03-33.
- FARIA, M. J. S. (2015). *Responsabilidade Social Empresarial: Relato e análise econômica e financeira*. Porto: Vida Econômica.
- FENG, T., CUMMINGS, L. & TWEEDIE, D. (2017). Exploring integrated thinking in integrated reporting – an exploratory study in Australia. *Journal of Intellectual Capital*, v. 18, n. 2, pp. 330-353.
- FERNÁNDEZ, L. V, BERTIN, M. J. & PINEAUR, F. V. (2015). Prácticas de responsabilidade social reputación corporativa Y desempeño financiero. *Revista de Administração de Empresas*, v. 55, n. 3, pp. 329-344.
- FERREIRA, C. S. & SANTOS, E. N. (2014). Políticas Públicas Educacionais: apontamentos sobre o direito social da qualidade na educação. *Revista LABOR*, v. 1, n. 11, pp. 146-159.
- FONSECA, J. J. S. (2002). Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC.
- FREEMAN, R. E. & REED, D. L. (1983). Stockholders and Stakeholders: a new perspective on corporate governance. *California Management Review*, v. 25, n. 3, pp. 88-106.
- FREEMAN, R. E. (1984). *Strategic Management: A stakeholder approach*. Boston: Pitman.
- FREEMAN, R. E., HARRISON, J. S. & WICKS, A. C. (2007). *Managing for Stakeholders: Survival, Reputation and Success*. New Haven: Yale University Press.
- FRIEDMAN, M. (1970). The social responsibility of business is to increase its profits. *New York Times Magazine*, September v. 13, pp. 32-33, pp. 122-124.
- FRIGOTTO, G., CIAVATTA, M. & RAMOS, M. (2005). A política de educação profissional no Governo Lula: um percurso histórico. *Educação e Sociedade*, v. 26, n. 92, pp. 1087-1113.

- FROOMAN, J. (1999). *Stakeholder influence strategies*. *Academy of Management Review*, vol. 24, n. 2, pp. 191-203.
- GIL, A. C. (1995). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. (3ª edição). São Paulo: Atlas.
- GIL, A. C. (2002). *Técnicas de pesquisa em economia e elaboração de monografias*. São Paulo: Atlas.
- GLOBAL REPORTING INITIATIVE (GRI). (2008). *Sustainability Reporting Guidelines*. Disponível em <http://www.globalreporting.org> [Consultado em 2017-03-30, 08:00h].
- GLOBAL REPORTING INITIATIVE (GRI). (2015a). *Manual de implementação das diretrizes G4*. Disponível em <https://www.globalreporting.org/resource/library/Brazilian-Portuguese-G4-Part-Two.pdf> [Consultado em 2017-03-20, 08:00h].
- GLOBAL REPORTING INITIATIVE (GRI). (2015b). *Princípios para relato e conteúdos padrão das diretrizes G4*. Disponível em <https://www.globalreporting.org/resource/library/Brazilian-Portuguese-G4-Part-One.pdf> [Consultado em 2017-03-20,13:00h].
- GREILING, D., TRAXLER, A. A. & STÖTZER, S. (2015). Sustainability reporting in the Austrian, German and Swiss public sector. *International Journal of Public Sector Management*, vol. 28, pp. 404 – 428.
- HERMANN, W. & BOVO, V. (2005). *Mapas Mentais: enriquecendo inteligências: captação, seleção, organização, síntese, criação e gerenciamento de informação*. (2ª edição). Campinas: Walther Hermann & Viviani Bovo.
- IFTM. (2013). Relatório de Gestão do Instituto Federal do Triângulo Mineiro do Exercício 2013. Disponível em http://www.iftm.edu.br/processo_contas/pdf/Relatorio_Gestao_2013.pdf [Consultado em 2016-11- 10,10:00h].
- IFTM. (2014). Relatório de Gestão do Instituto Federal do Triângulo Mineiro do Exercício 2014. Disponível em http://www.iftm.edu.br/processo_contas/pdf/Relatorio_Gestao_2014.pdf [Consultado em 2016-11-10, 12:00h].
- IFTM. (2015). Relatório de Gestão do Instituto Federal do Triângulo Mineiro do Exercício 2015. Disponível em http://www.iftm.edu.br/processo_contas/pdf/Relatorio_Gestao_2015.pdf [Consultado em 2016-11-10, 13:00h].
- IFTM. (2016). Relatório de Gestão do Instituto Federal do Triângulo Mineiro do Exercício 2016. Disponível em http://www.iftm.edu.br/processo_contas/pdf/Relatorio_Gestao_2016.pdf [Consultado em 2016-11-10, 15:00h].
- INDICADORES DO IFTM. (IFTM). (2017). Disponível em indicadores.iftm.edu.br [Consultado em 2017-04-30,17:00h].

- INEP/MEC. (2015a). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira: *Censo da Educação Superior*. Brasil. Disponível em <http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior> [Consultado em 2017-05-20, 18:00h].
- INEP/MEC. (2015b). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira: *SINAES*. Brasil. Disponível em <http://portal.inep.gov.br/sinaes> [Consultado em 2017-04-30, 18:00h].
- INFORMATIVO IFTM. (2017). Informativo IFTM em Ação. Disponível em <http://www.iftm.edu.br/comunicacao/informativo/> [Consultado em 2017-04-25, 18:00h].
- INSTITUCIONAL IFTM. (2016). Portifólio do IFTM. Disponível em <http://www.iftm.edu.br/aceso-a-informacao/institucional/documentos/Portfolio.pdf> [Consultado em 2017-05-15, 13:00h].
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). (2009). *História – Rio 92*. Brasil. Disponível em http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2303:catid=28&Itemid=23 [Consultado em 2017-01-30, 09:00h].
- INSTITUTO ETHOS. (2017). *Glossário*. Disponível em <https://www3.ethos.org.br/wp-content/uploads/2017/06/Gloss%C3%A1rio-2017.pdf> [Consultado em 2017-03-21, 09:30h].
- INSTITUTO OBSERVATÓRIO SOCIAL. (2004). *Responsabilidade Social Empresarial: perspectivas para a atuação sindical*. Brasil. Disponível em <http://www.observatoriosocial.org.br/?q=biblioteca/responsabilidade-social-empresarial-perspectivas-para-atuacao-sindical> [Consultado em 2017-01-20, 13:00h].
- INSTRUÇÃO NORMATIVA – TCU Nº 63, de 1º de setembro de 2010. Disponível em www.tcu.gov.br/Consultas/Juris/Docs/judoc/IN/20100903/INT2010-063.rtf [Consultado em 2017-05-15, 08:00h].
- IUDICIBUS, S. & MARION, J. C. (2001). *Dicionário de termos de contabilidade*. São Paulo: Atlas.
- JENNIFER HO, L. C. & TAYLOR, M. E. (2007). An empirical analysis of triple bottom-line reporting and its determinants: evidence from the United States and Japan. *Journal of International Financial Management & Accounting*, v. 18, n. 2, pp. 123-150.
- JENSEN, M. & MECKLING, W. (1976) Theory of the firm: Managerial Behavior, agency costs and ownership structure. *Journal of Financial Economics*, v. 3, n. 4, pp. 305-360.
- JIMÉNEZ, C. G., MARTÍNEZ, A. G. & LÓPEZ, M. A. (2016). Propuestade indicadores de la Responsabilidad Social Universitaria conforme a la Guía G4 del GRI: el caso de la

- Universidadde Córdoba. *Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa*, v. 87, pp.103-13.
- JOBERT, B. & MULLER, P. (1987). *L'Etat en action. Politiques publiques et corporatismes*. Paris: PUF.
- JONGBLOED, B, ENDERS, J. & SALERNO, C. (2008). Higher education and its communities: interconnections, interdependencies and a research agenda. *Higher Education*, v. 56, n. 3, pp. 303-324.
- JORGE, M. L. & PEÑA, F. J. A, (2015). Análisis de la responsabilidad social universitária desde diferentes enfoques teóricos. *Revista Iberoamericana de Educación Superior*, v. 6, n. 15. Disponível em <https://ries.universia.net/article/view/1053/1133> [Consultado em 2017-06-25,19:00h].
- KARKOTLI, G. & ARAGÃO, S. D. (2004). *Responsabilidade Social: uma contribuição à gestão transformadora das organizações*. Rio de Janeiro, Vozes.
- LAKATOS, E. M. (1991). *Métodos Científicos*. In: Fundamentos de metodologia científica. SP: Atlas.
- LAKATOS, E. M. & MARCONI, M. A. (2001). *Fundamentos metodologia científica*. (4ª edição). São Paulo: Atlas.
- LAWRENCE, T., B. (1999). Institucional Strategy. *Journal of Management*, v. 25, n. 2, pp.161-188.
- LEFF, E. (2012). *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. (9ª edição). Rio de Janeiro: Vozes. Tradução Lucia Mathilde Endilich Orth.
- LEI N. 8.443, de 16 de julho de 1992. Dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União e dá outras providências. Brasil. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8443.htm [Consultado em 2017-01-10,14:00h].
- LEI N. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasil. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm [Consultado em 2017-01-08,15:00h].
- LEI N. 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providencias. Brasil. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm [Consultado em 2017-05-10,16:00h].
- LEI N. 11.892, de 29 de Dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e

- dá outras providências. Brasil. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm [Consultado em 2017-01-08,13:00h].
- LEI COMPLEMENTAR N. 131, de 27 de maio de 2009. Acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Brasil. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp131.htm [Consultado em 2017-01-16,07:30h]
- LEI N. 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Brasil. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm [Consultado em 2017-01-08,17:00h].
- LEONEL JÚNIOR, R. S. & CUNHA, C. R. (2013). Atores, trabalho institucional e a institucionalização da estratégia de diversificação em uma cooperativa agroindustrial. *Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos*, v. 10, n. 1, pp. 81-98.
- LOZANO, R. (2011). The state of sustainability reporting in universities. *International Journal of Sustainability in Higher Educacion*, v. 12, n. 1, pp. 67-78.
- LUCENA, S. L. E TRAVASSOS, S. K. M. (2009). Análise Corporativa dos Relatórios de Sustentabilidade do Global Reporting Initiative com Ênfase nas Empresas de Capital Aberto com Atuação no Brasil. *Revista Eletrônica de Ciências*, v. 2, n. 1, pp. 69-82. Disponível em: <http://veredas.favip.edu.br/ojs/index.php/veredas1/article/view/124/241> [Consultado em 2016-12-29,13:00h].
- LUEG, K. LUEG, R. ANDERSEN, K. & DANCIANU, V. (2016). Integrated reporting with CSR practices: A pragmatic constructivist case study in a Danish cultural setting. *Corporate Communications: An International Journal*, v. 21, n.1, pp. 20-35.
- MAINARDES, E. W., ALVES, H., RAPOSO, M. & DOMINGUES, M. J. (2010). Categorização por importância dos *stakeholders* das universidades. *Revista Ibero-Americana de Estratégia*, v. 9, n.3, p. 5-40.

- MALDONADO, C. C. (2012). “*La Responsabilidad Social de la Universidad*”, in GALÁN, J. I; MIEIRA; A. S. Ediciones Universidad de Salamanca, *Advances in Colección Aquilafuente*, pp. 141-160.
- MATTAR, N. F. (2008). *Pesquisa de marketing*. (4ª edição). São Paulo: Atlas.
- MAXIMIANO, A. C. A. (2005). *Teoria Geral da Administração – Da Revolução Urbana à Revolução Digital*. São Paulo: Atlas.
- MELO NETO, F. P. (1999). *Responsabilidade social e cidadania empresarial: a administração do terceiro setor*. Rio de Janeiro: Qualitymark.
- MITCHELL, R., AGLE, D. J. & WOOD, B. R. (1997). Toward a theory of stakeholder identification and salience: defining the principle of who and what really counts. *Academy of Management Review*, v. 22, n. 4, pp. 853-886.
- MMA. (2016). Portal do Ministério do Meio Ambiente. Brasil. Disponível em <http://www.mma.gov.br/legislacao/item/8067-cap%C3%ADtulo-36-da-agenda-21> [Consultado em 2016-12-12, 13:00h].
- MONTAGNA, D. (2015). *Responsabilidade Social Empresarial: sustentabilidade ou estratégia de negócio?* Dissertação de Mestrado. Departamento de Ciências Econômicas e Empresariais e Tecnológicas da Universidade Autônoma de Lisboa, Lisboa.
- MORGAN, R.M. & HUNT, S. D. (1994). The Commitment-Trust Theory of Relationship Marketing. *Journal of Marketing*, v. 58, n. 3, pp. 20-38.
- NASCIMENTO, A. S. G; RODRIGUES, M. F. & NUNES, A. O. (2016). A pertinência do enfoque Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) na educação profissional e tecnológica. *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*, v. 2, n. 11, pp. 117-129.
- OLIVEIRA, J. A. P. (2008). *Empresas na sociedade: sustentabilidade e responsabilidade social*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- OLIVEIRA, H. M. S. & RIBEIRO, N. M. R. (2016). Governo das sociedades e responsabilidade social: estudo de caso das empresas do PS120. *Revista de Contabilidade de Finanças*, n. 124, pp. 24-32.
- OLIVER, C. (1991). Strategic responses to institucional processes. *Academy of Management Review*, v. 16, n. 1, pp. 145-179.
- PACHECO, E. (2010). *Os Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica*. Brasília: MEC/SETEC.

- PACHECO, E. M, PEREIRA, L. A. C. & SOBRINHO, M. D. (2010). Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: Limites e Possibilidades. *Linhas Críticas*, v. 16, n. 30, pp. 71-88.
- PACHECO, E. (2011). *Institutos Federais: Uma revolução na educação profissional e tecnológica*. São Paulo: Moderna.
- PACHECO, E. (2012). *Perspectivas da educação profissional técnica de nível médio*. São Paulo: Moderna.
- PASINATO, J. & BRIÃO, V.B. (2014). Construção de indicadores para relatórios de sustentabilidade de uma instituição de ensino superior. *Revista CIATEC*, v. 6, n. 1, pp. 48-64.
- PAVLOPOULOS, A., MAGNIS, C. & IATRIDIS, G. E. (2017). Integrated reporting: Is it the last piece of the accounting disclosure puzzle? *Journal of Multinational Financial Management*, v. 41, pp. 23-46.
- PINHEIRO, S. (2012). *Responsabilidade Social Empresarial: Uma Abordagem Atual*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Porto.
- POJASEK, R. B. (2008). *The Five Basics of Sustainability*. Cambridge: Harvard.
- PONTES, A. S.M., CARNEIRO, C, PETRY, D. R., PILATTI, C. A. & SEHNEM, S. (2015). Sustentabilidade e Educação Superior: análise das ações de sustentabilidade e duas instituições de ensino superior de Santa Catarina. *Revista de Administração UFSM*, v.8, pp. 84-103.
- PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. (2017). Brasil. Disponível em http://www.portaltransparencia.gov.br/sobre/Estatisticas_visitacao/abril-2017.pdf [Consultado em 2017-05-15, 16:00h].
- PORTAL DA REDE FEDERAL DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA. (2016). *Expansão da Rede Federal*. Brasil. Disponível em <http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal> [Consultado em 2017-05-10, 08:00h].
- PORTARIA TCU n. 321, de 30 de novembro de 2015. Dispõe sobre as orientações para a elaboração de conteúdos dos Relatórios de Gestão e de informações suplementares referentes ao exercício de 2015, bem como sobre a operacionalização do Sistema de Prestação de Contas, conforme as disposições da Decisão Normativa-TCU 146, de 30 de setembro de 2015. Disponível em http://www.cgu.gov.br/sobre/legislacao/arquivos/portarias/Portaria_TCU_321_2015 [Consultado em 2017-03-12,15:30h].

- PORTER, M. E. & KRAMER, M. R. (2002). The Competitive advantage of corporate philanthropy. *Harvard Business Review* v. 80, n. 12, pp. 56-58.
- PORTER, M. E. & KRAMER, M. R. (2006). Strategy and Society: The Link Between Competitive Advantage and Corporate Social Responsibility. *Harvard Business Review* v. 84, pp. 78-92.
- QUEZADA, R. G. (2014). La responsabilidad social universitaria como política pública: un estudio de caso. *Documentos y Aportes en Administración Pública y Gestión Estatal*, v.14, pp. 103-127.
- REUNI/MEC. (2010). *Expansão*. Disponível em [http://reuni.mec.gov.br / index. php? Option =com_content&view=article&id=100&Itemid=81](http://reuni.mec.gov.br/index.php?Option=com_content&view=article&id=100&Itemid=81) [Consultado em 2017-15-01, 14:20h].
- RIBEIRO, D. (1982). *A universidade necessária*. (4ª edição). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- RICHARDSON, R. J. (1999). *Pesquisa social: métodos e técnicas*. (3ª edição). São Paulo: Atlas.
- RICO, E. M. (2001). *Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate*. São Paulo: Cortez.
- ROCHA, T. & GOLDSCHMIDT, A. (2010). *Gestão dos Stakeholders: como gerenciar o relacionamento e a comunicação entre a empresa*. São Paulo: Saraiva.
- RONEN, J. & YAARI, V. (2002). Incentives for voluntary disclosure. *Journal of Financial Markets*, v. 5, pp. 349-390.
- RUFINO, M. A. & MACHADO, M. R. (2015). Fatores Determinantes da Divulgação de Informações Voluntária Social: Evidências Empíricas no Brasil. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, v. 9, n. 4, pp.-380-396.
- SCHERMERHORN, J. R. (2006). *Administração: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: LTC.
- SCOTT, W. R. (1995). *Institutions and Organizations*. Stanford University, USA: Sage Publications.
- SETIA, N., ABHAYAWANSA, S., JOSHI, M. & HUYNH, A. V. (2015). Integrated reporting in South Africa: some initial evidence. *Sustainability Accounting, Management and Policy Journal*, v. 6, n. 3, pp. 397-424.
- SEVERO, E. A., GUIMARÃES, J. C. F., TONDOLO, R. R. P, VIEIRA, P. S. & SANTOS, J. (2016). Análise da sustentabilidade ambiental, responsabilidade social e inovação de produto: um estudo empírico em empresas do Sul e Norte do Brasil. *Revista Espacios*, v.

- 37, n. 1, pp. 9-23. Disponível em <http://www.revistaespacios.com/a16v37n01/16370109.html> [Consultado em 2017-04-30,11:00h].
- SILVA, L. G., BASCHIERA, P., GIANEZINI, V. J. & BRANDÃO, J. (2017). *Stakeholders* Organizacionais: identificação, classificação e um modelo estratégico de tomada de decisões. *Revista Spacios*, v. 38, n. 17, pp. 21-34. Disponível em <http://www.revistaespacios.com/a17v38n17/a17v38n17p21.pdf> [Consultado em 2017-05-01,16:00h].
- SHOCKER, A. & SETHI, S. (1973). An approach to incorporating social preferences in developing corporate action strategies. *California Management Review*, v. 15, n. 4, pp. 95-107.
- SHUM, P. K. & YAM, S. L. (2011). Ethics and Law: Guiding the Invisible Hand to Correct Corporate Social Responsibility Externalities. *Journal of Business Ethics*, v. 98, n.4, pp.549-571.
- SMETS, M.; MORRIS, T. & GREENWOOD, R. (2012). From Practice to Field: a multi-level model of practice-driven institucional change. *Academy of Management Journal*, v. 55, n. 4, pp. 877-904.
- SUCHMAN, M. (1995). Managing Legitimacy: Strategic and Institutional Approaches. *Academy of Management Journal*, v. 20, n. 3, pp. 571-610.
- TACHIZAWA, T. (2011). *Gestão Ambiental e Responsabilidade Social Corporativa: Estratégias de negócios focadas na realidade brasileira*. (7ª edição). São Paulo: Atlas.
- TAUCHEN, J. & BRANDLI, L. L. (2006). A Gestão Ambiental em Instituições de Ensino Superior: Modelo para implantação em Campus Universitário. *Gestão e Produção*, v. 13, n. 3, pp. 503-515.
- TENÓRIO, F. G. (2004). *Responsabilidade Social Empresarial: Teoria e Prática*. Rio de Janeiro: FGV.
- TRINDADE, H. (2000). Saber e poder: os dilemas da universidade brasileira. *Estudos Avançados*, v. 14, n. 40, pp. 122-133.
- TRISTÃO, M. (2004). *A educação ambiental na formação de professores*. São Paulo: Annablume.
- UNERMAN, J. (2000), “Methodological issues – reflections on quantification in corporate social reporting content analysis”. *Accounting Auditing and Accountability Journal*, vol. 13, n. 5, pp. 667-681.

- VALLAEYS, F. (2006). Que significa responsabilidade social universitária? Revista da Associação Brasileira de Ensino Superior, n.36, v. 24, pp. 35-55. Disponível em <http://abmes.org.br/arquivos/publicacoes/Estudos36.pdf> [Consultado em 2017-06-26,13:00h].
- VOLPI, M. T. (1996). A universidade e sua responsabilidade social. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- YIN, R. (1994). *Case Study Research: Design and Methods*. (2ª edição). Thousand Oaks: SAGE Publications.

ANEXOS

ANEXO I INDICADORES GRI

Conteúdo e Categoria	Subcategoria	Aspecto	Detalhamento
Conteúdo padrão			G4- 1: Declaração do principal tomador de decisão da organização sobre a relevância da sustentabilidade para a organização e sua estratégia de sustentabilidade.
			G4- 3: Nome da organização.
			G4- 4: Principais marcas, produtos e serviços.
			G4- 5: Localização da sede da organização.
			G4- 6: Número de países nos quais a organização opera.
			G4- 7: Natureza e forma jurídica
			G4- 8: Mercados em que a organização atua.
			G4- 9: Porte da organização.
			G4- 10: Mão de obra
			G4- 11: Percentual do total de empregados cobertos por acordos de negociação coletiva.
			G4- 12: Cadeia de fornecedores da organização.
			G4- 13: Mudanças significativas ocorridas no decorrer do período coberto pelo relatório.
			G4- 14: Como a organização adota a abordagem ou princípio da precaução.

			G4- 15: Cartas, princípios ou outras iniciativas desenvolvidas externamente de caráter econômico, ambiental e social que a organização subscreve ou endossa.
			G4- 16: Participação em associações e organizações nacionais ou internacionais de defesa
			G4- 20: Relato do Limite do Aspecto dentro da organização.
			G4- 21: Relato do limite fora da organização.
			G4- 22: Relato do efeito de quaisquer reformulações de informações fornecidas em relatórios anteriores e as razões para essas reformulações.
			G4- 23: Relato das alterações significativas em relação a períodos cobertos por relatórios anteriores em Escopo e Limites do Aspecto.
			G4- 24: Lista de grupos de <i>stakeholders</i> engajados pela organização.
			G4- 25: Base usada para a identificação e seleção de <i>stakeholders</i> para engajamento.
			G4- 26: Abordagem adotada pela organização para engajar <i>stakeholders</i> .
			G4- 27: Principais tópicos e preocupações levantadas durante o engajamento de <i>stakeholders</i> .
			G4- 28: Período coberto pelo relatório para as informações apresentadas.
			G4- 29: Data do relatório anterior mais recente.
			G4- 30: Ciclo de emissão de relatórios.
			G4- 31: Ponto de contato para perguntas sobre o relatório ou seu conteúdo.
			G4- 32: Relate a opção “de acordo” escolhida pela organização
			G4- 33: Relatório de verificação.
			G4- 34: O papel desempenhado pelo mais alto órgão de governança na avaliação do desempenho econômico, ambiental e social.
			G4- 56: valores, princípios, padrões e normas de comportamento da organização, como códigos de conduta e de ética.

Conteúdo Específico: Categoria Econômica		Desempenho Econômico	G4- EC1: Valor econômico direto gerado e distribuído
			G4- EC2: Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as atividades da organização em decorrência de mudanças climáticas.
			G4- EC3: Cobertura das obrigações previstas no plano de pensão de benefício
			G4- EC4: Assistência financeira recebida do governo
			G4- EC5: Variação da proporção do salário mais baixo, discriminado por gênero, comparado ao salário mínimo local em unidades operacionais importantes
			G4- EC6: Proporção de membros da alta direção contratados na comunidade local em unidades operacionais importantes
		Impactos Econômicos Diretos	G4 - EC7: Desenvolvimento e impacto de investimentos em infraestrutura e serviços oferecidos
			G4 - EC8: Impactos econômicos indiretos significativos, inclusive a extensão
		Práticas de compra	G4 - EC9: Proporção de gastos com fornecedores locais em unidades operacionais
Conteúdo Específico: Categoria Ambiental		Materiais	G4- EN1: Materiais usados, discriminados por peso ou volume
			G4- EN2: Percentual de materiais usados provenientes de reciclagem
			G4- EN3: Consumo de energia dentro da organização
		Energia	G4- EN4: Consumo de energia fora da organização
			G4- EN5: Intensidade energética
			G4- EN6: Redução do consumo de energia
			G4- EN7: Reduções nos requisitos energéticos de produtos e serviços
		Água	G4- EN8: Total de retirada de água por fonte
			G4- EN9: Fontes hídricas significativamente afetadas por retirada de água
			G4- EN10: Percentual e volume total de água reciclada e reutilizada

		Biodiversidade	G4- EN11: Unidades operacionais próprias, arrendadas ou administradas dentro ou nas adjacências de áreas protegidas e áreas de alto índice de biodiversidade situadas fora de áreas protegida
			G4- EN12: Descrição de impactos significativos de atividades, produtos e serviços sobre a biodiversidade em áreas protegidas e áreas de alto índice de biodiversidade situadas fora de áreas protegidas
			G4- EN13: Habitats protegidos ou restaurados
			G4- EN14: Número total de espécies incluídas na lista vermelha da IUCN e em listas nacionais de conservação com habitat situados em áreas afetadas por operações da organização, discriminadas por nível de risco de extinção
		Emissões	G4- EN15: Emissões diretas de gases de efeito estufa
			G4- EN16: Emissões indiretas de gases de efeito estufa provenientes da aquisição de energia
			G4- EN17: Outras emissões indiretas de gases de efeito estufas
			G4- EN18: Intensidade de emissões de gases de efeito estufa
			G4- EN19: Redução de emissões de gases de efeito estufa
			G4- EN20: Emissões de substâncias que destroem a camada de ozônio
		Efluentes e resíduos	G4- EN21: Emissões de NOx,SOx e outras emissões atmosféricas significativas
			G4- EN22: Descarte total de água, discriminado por qualidade e destinação
			G4- EN23: Peso total de resíduos, discriminado por tipo e método de disposição
			G4- EN24: Número total e volume de vazamentos significativos
			G4- EN25: Peso de resíduos transportados, importados, exportados ou tratados considerados perigosos nos termos da convenção da basileia e percentual de carregamentos de resíduos transportados internacionalmente
			G4- EN26: Identificação, tamanho, status de proteção e valor da biodiversidade de corpos d'água e habitats relacionados significativamente afetados por descargas e drenagem de água realizados pela organização

		Produtos e Serviços	G4- EN27: Extensão da mitigação de impactos ambientais de produtos e serviços
			G4- EN28: Percentual de produtos e suas embalagens recuperados em relação ao total de produtos vendidos, discriminados por categoria de produtos
		Conformidade	G4- EN29: Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não monetárias aplicadas em decorrência da não conformidade com leis e regulamentos ambientais
			G4- EN30: Impactos ambientais significativos decorrentes do transporte de produtos e outros bens e materiais usados nas operações da organização, bem como do transporte de seus empregados
		Aspecto Geral	G4- EN31: Total de investimentos e gastos com proteção ambiental, discriminado por tipo
		Avaliação ambiental dos fornecedores	G4- EN32: Percentual de novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais
		Aspecto Geral	G4- EN33: Impactos ambientais negativos significativos reais e potenciais na cadeia de fornecedores e medidas tomadas a esse respeito
		Impactos Ambientais	G4- EN34: Número de queixas e reclamações relacionadas a impactos ambientais registradas, processadas e solucionadas por meio de mecanismo formal
Conteúdo Específico: Categoria Social	Práticas Trabalhistas e Trabalho decente	Emprego	G4- LA1: Número total e taxas de novas contratações de empregados e rotatividade de empregados por faixa etária, gênero e região
			G4- LA2: Benefícios concedidos a empregados de tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários ou em regime de meio período, discriminados por unidades operacionais importantes da organização
			G4- LA3: Taxas de retorno ao trabalho e retenção após uma licença maternidade/paternidade, discriminadas por gênero
		Relações Trabalhistas	G4- LA4: Prazo mínimo de notificação sobre mudanças operacionais e se elas são especificadas em acordos de negociação coletiva
		Saúde e Segurança do Trabalho	G4- LA5: Percentual da força de trabalho representada em comitês formais de saúde e segurança, compostos por empregados de diferentes níveis hierárquicos, que ajudam a monitorar e orientar programas de saúde e segurança no trabalho

			G4- LA6: Tipos e taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmo e número de óbitos relacionados ao trabalho, discriminados por região e gênero
			G4- LA7: Empregados com alta incidência ou alto risco de doenças relacionadas à sua ocupação
			G4- LA8: Tópicos relativos à saúde e segurança cobertos por acordos formais com sindicatos
		Treinamento e Educação	G4- LA9: Número médio de horas de treinamento por ano por empregado, discriminado por gênero e categoria funcional
			G4- LA10: Programas de gestão de competências e aprendizagem contínua que contribuem para a continuidade da empregabilidade dos empregados em período de preparação para a aposentadoria
			G4- LA11: Percentual de empregados que recebem regularmente análises de desempenho e de desenvolvimento de carreira, discriminado por gênero e categoria funcional
		Diversidade, Igualdade e Oportunidade	G4- LA12: Composição dos grupos responsáveis pela governança e discriminação de empregados por categoria funcional, de acordo com gênero, faixa etária, minorias e outros indicadores de diversidade
		Igualdade de remuneração para homens e mulheres	G4- LA13: Razão matemática do salário e remuneração entre mulheres e homens, discriminada por categoria funcional e unidades operacionais relevantes
		Avaliação de fornecedores em práticas trabalhistas	G4- LA14: Percentual de novos fornecedores selecionados com base em critérios relativos a práticas trabalhistas
			G4- LA15: Impactos negativos significativos reais e potenciais para as práticas trabalhistas na cadeia de fornecedores e medidas tomadas a esse respeito
		Mecanismos de queixas e reclamações relacionadas a práticas trabalhistas	G4- LA16: Número de queixas e reclamações relacionadas a práticas trabalhistas registradas, processadas e solucionadas por meio de mecanismo formal

	Direitos humanos	Investimentos	G4- HR1: Número total e percentual de acordos e contratos de investimentos significativos que incluem cláusulas de direitos humanos ou que foram submetidos à avaliação referente a direitos humanos
			G4- HR2: Número total de horas de treinamento de empregados em políticas de direitos humanos ou procedimentos relacionados a Aspectos dos direitos humanos relevantes para as operações da organização, incluindo o percentual de empregados treinados
		Não discriminação	G4- HR3: Número total de casos de discriminação e medidas corretivas tomadas
		Liberdade de associação e negociação coletiva	G4- HR4: Operações e fornecedores identificados em que o direito de exercer a liberdade de associação e a negociação coletiva possa estar sendo violado ou haja risco significativo e as medidas tomadas para apoiar esse direito
		Trabalho infantil	G4- HR5: Operações e fornecedores identificados como de risco para a ocorrência de casos de trabalho infantil e medidas tomadas para contribuir para a efetiva erradicação do trabalho infantil
		Trabalho forçado ou análogo ao escravo	G4- HR6: Operações e fornecedores identificados como de risco significativo para a ocorrência de trabalho forçado ou análogo ao escravo e medidas tomadas para contribuir para a eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou análogo ao escravo
		Práticas de segurança	G4- HR7: Percentual do pessoal de segurança que recebeu treinamento nas políticas ou procedimentos da organização relativos a direitos humanos que sejam relevantes às operações
		Direitos dos povos indígenas e tradicionais	G4- HR8: Número total de casos de violação de direitos de povos indígenas e tradicionais e medidas tomadas a esse respeito
		Avaliação	G4- HR9: Número total e percentual de operações submetidas a análises ou avaliações de direitos humanos de impactos relacionados a direitos humanos
		Avaliação de fornecedores em direito humanos	G4- HR10: Percentual de novos fornecedores selecionados com base em critérios relacionados a direitos humanos
			G4- HR11: Impactos negativos significativos reais e potenciais em direitos humanos na cadeia de fornecedores e medidas tomadas a esse respeito

		Mecanismos de queixas e reclamações relacionadas a direitos humanos	G4- HR12: Número de queixas e reclamações relacionadas a impactos em direitos humanos registradas, processadas e solucionadas por meio de mecanismo formal	
	Sociedade	Comunidades locais	G4- SO1: Percentual de operações com programas implementados de engajamento da comunidade local, avaliação de impactos e desenvolvimento local G4- SO2: Operações com impactos negativos significativos reais e potenciais nas comunidades locais	
		Combate a corrupção	G4- SO3: Número total e percentual de operações submetidas a avaliações de riscos relacionados à corrupção e os riscos significativos identificados G4- SO4: Comunicação e treinamento em políticas e procedimentos de combate à corrupção G4- SO5: Casos confirmados de corrupção e medidas tomadas	
			Políticas Públicas	G4- SO6: Valor total de contribuições para partidos políticos e políticos, discriminado por país e destinatário/beneficiário
			Concorrência Desleal	G4- SO7: Número total de ações judiciais movidas por concorrência desleal, práticas de truste e monopólio e seus resultados
		Conformidade	G4- SO8: Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não monetárias aplicadas em decorrência da não conformidade com leis e regulamentos	
		Avaliação de fornecedores em impactos na sociedade	G4- SO9: Percentual de novos fornecedores selecionados com base em critérios relativos a impactos na sociedade	
			G4- SO10: Impactos negativos significativos reais e potenciais da cadeia de fornecedores na sociedade e medidas tomadas a esse respeito	
		Mecanismos de queixas e reclamações relacionadas a impactos na sociedade	G4- SO11: Número de queixas e reclamações relacionadas a impactos na sociedade registradas, processadas e solucionadas por meio de mecanismo formal	

	Responsabilidade pelo produto	Saúde e segurança do cliente	G4- PR1: Percentual de categorias de produtos e serviços significativas para as quais são avaliados impactos na saúde e segurança buscando melhorias
			G4- PR2: Número total de casos de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relacionados aos impactos causados por produtos e serviços na saúde e segurança durante seu ciclo de vida, discriminados por tipo de resultado
		Rotulagem de produtos e serviços	G4- PR3: Tipo de informações sobre produtos e serviços exigidas pelos procedimentos da organização referentes a informações e rotulagem de produtos e serviços e percentual de categorias significativas sujeitas a essas exigências
			G4- PR4: Número total de casos de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos a informações e rotulagem de produtos e serviços, discriminados por tipo de resultados
			G4- PR5: Resultados de pesquisas de satisfação do cliente
		Comunicação de marketing	G4- PR6: Venda de produtos proibidos ou contestados
			G4- PR7: Número total de casos de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio, discriminados por tipo de resultados
		Privacidade do cliente	G4- PR8: Número total de queixas comprovadas relativas à violação de privacidade e perda de dados de clientes
		Conformidade	G4- PR9: Valor monetário de multas significativas aplicadas em razão de não conformidade com leis e regulamentos relativos ao fornecimento e uso de produtos e serviços
		Total de conteúdos publicados	

ANEXO II – GUIÃO DE ANÁLISE DE DADOS

1 – Nome da instituição: _____

2- Período de análise: 2013 a 2016

3- Informações publicadas no Relatório de Gestão:

3.1 – Informações contábeis

	2013	%	2014	%	2015	%	2016	%
Ativo Circulante								
Ativo Não Circulante								
Ativo Compensado								
Ativo/ Passivo Total								
Passivo Circulante								
Passivo Não Circulante								
Passivo Compensado								
Patrimônio Líquido								

3.2 – Informações financeiras

Resultado no período de 2013 a 2016: _____

Autonomia Financeira de 2013 a 2016: _____

Rendibilidade Operacional Ativo de 2013 a 2016: _____

Liquidez Geral de 2013 a 2016: _____

3.3 – Indicadores socioeconômicos

Indicadores		Fórmula de cálculo	Exercícios			
			2013	2014	2015	2016

3.4 – Indicadores acadêmicos

Indicadores		Fórmula de cálculo	Exercícios			
			2013	2014	2015	2016

3.5 – Indicadores administrativos

Indicadores		Fórmula de cálculo	Exercícios			
			2013	2014	2015	2016

3.6 – Indicadores de gestão de pessoas

Indicadores		Fórmula de cálculo	Exercícios			
			2013	2014	2015	2016

3.7 – Informações Ambientais:

4- Informações publicadas no periódico “IFTM em Ação”:

4.1 – Programas e projetos de RS e sustentabilidade

Programa ou Projeto	Abrangência	Foco	Descrição	Stakeholders

4.2 – Ações e práticas relacionadas à RS e sustentabilidade

5 – Paralelo GRI versus Relatório de Gestão IFTM

Indicadores GRI	Conteúdo	Informações do Relatório de Gestão 2013 a 2016	Aplica	Publica	Qualidade da publicação	
					Menciona	Mensura